

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Leonel Brizola e a Rede do Esclarecimento (1963-1964)

Diego Martins Dória Paulo

01/01/2016

Índice

RESUMO	3
ABSTRACT	4
Introdução.....	5
Capítulo 1 - Esclarecimento no Rádio	18
Formação histórica do rádio no Brasil.....	19
A Campanha da Legalidade: Brizola e a experiência política do rádio.....	26
Rádio Mayrink Veiga	34
Brizola no rádio	40
Capítulo 2 - O Panfleto e a Rede do Esclarecimento.....	59
O Panfleto: uma análise da documentação	60
Reformismo em <i>O Panfleto</i>	67
<i>O Panfleto</i> e Brizola: a construção da liderança popular	72
Reformando a ordem	82
Capítulo 3 – Os Grupos de Onze e a Rede do Esclarecimento	86
Versões e controvérsias sobre os Grupos de Onze Companheiros	86
Grupos dos Onze: um braço armado de Brizola?.....	94
Grupos dos Onze em <i>O Panfleto</i> : uma análise do manifesto de Brizola.....	107
Considerações finais.....	113
REFERÊNCIAS.....	118

RESUMO

A presente dissertação debate a estratégia política de Leonel Brizola à frente da chamada Rede do Esclarecimento, organização que agrupava a Rádio Mayrink Veiga, o jornal impresso *O Panfleto* e os “Grupos de Onze” com objetivo autoproclamado de defender a democracia e a instituição das “reformas de base”. Ao longo do trabalho, objetivamos também analisar a importância da organização no projeto pessoal de disputa política de Leonel Brizola no interior do campo político-partidário brasileiro.

Palavras-chave: Leonel Brizola – Rede do Esclarecimento – O Panfleto – Rádio Mayrink Veiga – Grupos de Onze

ABSTRACT

This work discusses the Leonel Brizola's political strategy ahead of the so called "Rede do Esclarecimento", organization that agrouped Radio Mayrink Veiga, the newspaper *O Panfleto* and the "Grupos de Onze" with self-proclaimed aim of defending democracy and the institution of "reformas de base" in Brazil's 1960. Throughout the work, we aim to also analyze the importace of organization in the political dispute of personal Project of Leonel Brizola within the Brazilian political Field.

Keywords: Leonel Brizola – Rede do Esclarecimento – Rádio Mayrink Veiga – O Panfleto – Grupos de Onze

Introdução

“Onde estão os Grupos de Onze?”, perguntava uma voz em cadeias de rádio brasileiras na noite do dia 31 de março de 1964. O dono da arenga era Leonel Brizola; o objeto de súplica, grupos populares organizados a pedido do então deputado federal da Guanabara em novembro do ano anterior, com objetivo de “defender o regime democrático e lutar contra a espoliação internacional do Brasil”¹. Naquela noite e durante toda a madrugada, enquanto o golpe era articulado e executado, porém, nenhuma resposta atendeu ao chamado². A democracia dormia. Seu sono duraria mais de duas décadas.

Mais fácil do que dar resposta à pergunta de Brizola é explicar, ao menos em termos gerais, o que eram esses grupos. Para tanto, claro está, é necessário relacionar sua criação ao contexto histórico em que ela se insere. Era 1963, tempo de crise econômica³. No início daquele ano, João Goulart recuperara suas prerrogativas presidenciais, após plebiscito que deu fim à “solução parlamentarista”.⁴ De posse integral de seus poderes, Jango despertava esperanças nas esquerdas reformistas: com a nova configuração do executivo, o presidente finalmente teria meios para colocar as “reformas de base” na ordem do dia. O impasse causado pela resistência do Congresso às medidas⁵, no entanto, teria auxiliado na radicalização política que tomou lugar

¹ A finalidade do grupo está expressa em seu panfleto de criação, assinado por Leonel Brizola, e publicado em seu espaço no semanário *O Panfleto*. (FERREIRA, 2008)

² Autores como Marli de Almeida Baldissera (2005) tentam justificar a ausência de resposta por um suposto “desconhecimento do assunto” por parte dos membros dos grupos. Aqui, não se concorda com a suposta passividade política expressa por essa “ignorância popular”. Para mais, ver: BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os Grupos de Onze?** Os Comandos Nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS. Passo Fundo: UPF, 2005.

³ De acordo com a argumentação de Francisco de Oliveira, 1963 marca, durante o período que se estende de 1945 a 1964, o único ano em que os investimentos empresariais chegam perto de não obterem crescimento percentual em relação ao ano anterior, advindo daí os desdobramentos conhecidos sobre uma economia de tipo capitalista. Nesse sentido, o capitalismo brasileiro, que se encontrou em processo de acelerado crescimento e concentração de renda desde a implantação do Plano de Metas, foi causador da ampliação da turbulência política, que, todavia, não pode ser reduzida aos condicionantes das estruturas econômicas (OLIVEIRA, 1975). A análise de Moraes e Mantega (1991) vai em direção similar, assinalando, contudo, que o ano de 1963 é o de aparecimento de uma crise, que, porém, engendra-se durante os primeiros momentos da década. Há ainda quem defenda a confluência de três crises naquela conjuntura (MELO, 2009), hipótese que nos parece fecunda. Ver: MELO, Demian. O plebiscito de 1963. Inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta. Dissertação de mestrado – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009, 227 p.

⁴ Esse arranjo impediu um golpe militar em 1961, quando da posse de Jango.

⁵ O ponto fulcral de discórdia foi a questão da reforma agrária, que compunha o plano reformista de João Goulart. Enquanto setores do PTB desejavam a redistribuição de terras sem indenização aos antigos donos, outras esferas do partido aceitavam recompensar os latifundiários com títulos da dívida pública emitidos pelo Estado. Já o PSD insistia que a Constituição Federal de 1946 – que determinava a

naquele período.⁶ Insistente em uma estratégia de conciliação entre centristas e esquerdistas, a João Goulart também se costuma atribuir parte da responsabilidade pela perda de sustentação presidencial,⁷ sobretudo de alas extremas dos trabalhistas que recusavam aliança com os pessedistas, vistos como responsáveis por frear as reformas “na lei”.⁸ Por conseguinte, na medida em que se relutava por reabilitar a combalida, mas histórica, aliança PTB-PSD, alas das esquerdas à época vistas como radicais se afastavam do presidente. O período, portanto, foi marcado pelo enfraquecimento político de Jango – embora sua popularidade se conservasse alta.⁹ As turbulências políticas daí advindas possibilitaram uma tentativa de golpe de Estado¹⁰ e a emergência

remuneração prévia de ex-proprietários em caso de reorganização fundiária – fosse cumprida. (FERREIRA, 2011)

⁶ Essa radicalização, além dos condicionantes estruturais aludidos acima, teria se ampliado pela atitude do próprio presidente (FIGUEIREDO, 1993), (FERREIRA, 2011), (GASPARI, 2002). João Goulart, respeitando sua carreira política pretérita, não queria romper com as esquerdas, mesmo as alas mais radicais, que à época queriam que o presidente passasse por cima da resistência do Congresso e aprovasse as medidas “na lei ou na marra”, nos dizeres atribuídos a Francisco Julião, um dos líderes das Ligas Camponesas. Entretanto, ao trabalhista, em respeito à legalidade constitucional, não interessava romper com o centro e o PSD, dono da maior parte das cadeiras do legislativo nacional (DELGADO, 2011). Assim, Jango apostou em uma política de conciliação que foi reprovada como conservadora por setores do PTB e pela Frente de Mobilização Popular, liderados por Leonel Brizola. Com o afastamento das esquerdas, seu tradicional sustentáculo eleitoral, bem como a tradicional oposição da UDN, Goulart corria sérios riscos de se isolar politicamente, perdendo qualquer base de sustentação – o que poria em risco a manutenção do seu mandato (FERREIRA, 2011). Nesse sentido, segundo Argelina Figueiredo e autores que partem de sua reflexão, no transcorrer daquele ano, os caminhos políticos se estreitaram para o presidente, restando-lhe poucas opções de governo: uma política de centro, dominada pelos pessedistas, na qual provavelmente o plano de reformas não seria realizado, ou seria efetuado apenas parcialmente; uma aliança ainda mais conservadora, com elementos do exército, o que frearia a polarização política às custas da independência do executivo; uma aproximação com a “esquerda positiva”, nos dizeres de San Tiago Dantas, representada na Frente Popular Pelas Reformas de Base, o que salvaria seu mandato e as instituições democráticas, mas negaria seu passado reformista; e, por último, o alinhamento a grupos mais radicais do PTB e das esquerdas, liderados à época por Leonel Brizola (FIGUEIREDO, 1991), (FERREIRA, 2011), (REIS, 2000).

⁷ Como se verá mais à frente, há extensa bibliografia que prefere atribuir fundamentos personalistas à crise política que culminou com o golpe de 64, dentre tais obras consta em posição eminente o trabalho de um brasilianista, Thomas Skidmore. Ver: SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Record, 2003.

⁸ Como já mencionado, o partido compunha a maior bancada do legislativo, ocupando 30,3% das cadeiras. O PTB, que vinha logo atrás, com 29,8%, não podia aprovar sozinho as emendas constitucionais necessárias para se realizar medidas como a reforma agrária almejada pelo partido, isto é, sem indenizações prévias. (DELGADO, 2011, 142)

⁹ Um dos maiores exemplos foi a vitória de Goulart no plebiscito que decidiria a continuidade do parlamentarismo, que limitava seus poderes, ou o retorno do presidencialismo. Com cerca de 70% dos votos, o povo brasileiro entregou plenos poderes do executivo a Jango, apesar da resistência da direita radical e de campanha midiática contra o trabalhista. Pouco depois, em 1964, às vésperas do golpe, o Ibope realizou um levantamento para averiguar a aceitação do governo. O resultado, ocultado por muitos anos, foi recentemente publicado, dando conta que a margem de aprovação se manteve em patamares parecidos, a despeito da turbulência política do biênio analisado.

¹⁰ Levada a cabo por sargentos em Brasília, que chegaram a cercar a capital federal e detiveram o centro do poder brasileiro por algumas horas.

de conspirações,¹¹ inclusive por parte da esquerda, na letra de uma das matrizes historiográficas em disputa pela revisão daquela História¹². Posto isso, 1963 é marcado pelas tentativas de um presidente em se manter no poder e cumprir seu programa de governo, baseado nas “reformas de base”. As condições estruturais e subjetivas acima expostas impediriam tanto uma coisa quanto outra.

É tendo esse panorama em mente que Lucilia de Almeida Neves Delgado afirma a incompatibilidade de setores das esquerdas com o executivo e o Congresso do momento. De acordo com a autora, a falta de representatividade nessas esferas do poder teria contribuído para o surgimento de outras organizações políticas de representação.¹³ Como forma de pressionar os três poderes por interesses de classe, operários se organizaram na Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). A União Nacional dos Estudantes (UNE), igualmente vista como “radical” na luta por interesses estudantis e pelas reformas de base, também desempenhou papel de relevo na política do período. Tais agrupamentos e outros se uniram na Frente de Mobilização Popular (FMP), liderada por Leonel Brizola, cujo objetivo era unir as camadas populares na “luta reformista e nacionalista” do momento.¹⁴ Conciliadas em uma “frente radical”,¹⁵ as esquerdas lutavam pelas reformas agrária e eleitoral, principalmente. Percebe-se, pois, a formação de blocos populares na sociedade civil cujo objetivo era pressionar os poderes em um sentido desejado. Essa reorganização do Estado¹⁶ demonstra, dentre outras

¹¹ É conhecida a articulação do complexo golpista composto por organizações como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro da Ação Democrática (IBAD) e a Escola Superior de Guerra, tratada por vasta historiografia que tem em sua matriz de análise o trabalho de René Dreifuss (2005). Ver: DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 2005.

¹² Aqui se refere à tese do *duplo golpe*. De acordo com parte dos historiadores que se dedicam ao tema e período, estava em marcha no Brasil dos anos 1960 um nível de radicalização política que ensejaria desprezo pela democracia. A expressão máxima do desapego institucional seria a tentativa de subversão do sistema por meio de um golpe de Estado, à época planejado tanto pela direita quanto pela esquerda. Essa matriz de interpretação historiográfica é atualmente criticada como revisionista por obra de marxistas que apontam falta de evidências a sustentar a tese (MELO, 2006). Ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. **O governo Lula e a construção da memória do regime civil-militar**. In: PINTO, Antônio Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. O passado que não passa. A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013; MELO, Demian. A miséria da historiografia. **Outubro**, São Paulo, n. 14, p. 111-130, 2006.

¹³ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Partidos políticos e frentes parlamentares. Projetos, desafios e conflitos na democracia**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹⁴ As reformas de base, especialmente a reforma agrária, claro, eram o baluarte que uniam as congregações populares.

¹⁵ Como detratores a conceituaram, principalmente na imprensa conservadora, em clara tentativa de jogar a opinião pública contra a organização.

¹⁶ Aqui, entendemo-lo no sentido gramsciano, isto é, de modo ampliado, congregando em um todo tanto a sociedade política, o Estado estrito, quando a sociedade civil, os *aparelhos privados de hegemonia*. (GRAMSCI, 1999, v.3)

coisas, o que alguns identificam como a defasagem do sistema partidário vigente,¹⁷ ao qual a formação de frentes parece uma solução capaz de melhor compatibilizar o jogo democrático com as demandas sociais.¹⁸

É nessa ambiência que se insere a criação dos “Grupos de Onze”. Brizola, que chegou a considerar João Goulart como um governante que não exercia o poder de fato¹⁹, em novembro de 1963 exorta à criação das referidas organizações, por meio de programa de rádio na emissora *Mayrink Veiga*, sediada no Rio de Janeiro. Na esteira das conclamações radiofônicas, documento assinado pelo deputado pedia que populares se organizassem em grupos de onze pessoas, “semelhantes a um time de futebol”, a fim de garantir a manutenção da ordem democrática e a imediata realização das mencionadas reformas, especialmente a agrária.²⁰ Milhares de pessoas atenderam aos apelos do deputado.²¹ Por conseguinte, antes do fim daquele ano, a suspeita era de que havia “Grupos de Onze” espalhados por todo o território nacional,²² prontos para suprir as demandas por luta nacionalista e reformista vindas de Leonel Brizola.²³ Ainda assim, porém, os chamados de Leonel Brizola na noite de 31 de março não foram atendidos.

O fito de nossa pesquisa, no entanto, não é explicar o porquê do silêncio dos grupos – resposta que já foi esboçada em outro lugar, ainda que, ao meu ver, de modo bastante insuficiente, por apostar na ignorância daqueles que se alistavam nos grupos²⁴. Em vez disso, procuramos inicialmente explicar o que foram os Grupos de Onze – proposição que foi rapidamente superada na prática de pesquisa, devido ao que entendemos como impossibilidade de explicar os grupos por si mesmos. Isso porque entendemos que “Os Grupos de Onze” eram a parte final de uma engrenagem que não se esgotava ali, logo não podendo ser analisados somente isoladamente, isto é, por

¹⁷ DELGADO, *Op Cit.*

¹⁸ Há que ressaltar aqui a polêmica dessa interpretação. Isso porque trabalhos como o de Antônio Lavareda (2011) sustentam que o sistema partidário, em vez de estar em crise, na verdade se fortalecia naquela conjuntura. Ver: LAVAREDA, Antônio. **Democracia nas urnas**. São Paulo: Revan, 2011.

¹⁹ De acordo com Brizola, enquanto João Goulart não utilizasse seu poder de presidente para corresponder às expectativas populares, para se “alinhar ao povo”, combatendo, assim, o “antipovo”, os isto é, os espoliadores internacionais, ele não teria de fato o controle do país. (FERREIRA, 2008)

²⁰ Uma das fontes a serem estudadas é localizável em editoriais do semanário *O Panfleto*, no qual Leonel Brizola dispunha de uma coluna. Além disso, o documento fundador dos “Grupos de Onze” também pode ser encontrado em sites virtuais, que o disponibilizaram. Ver: www.documentosrevelados.com.br/repressao/grupo-dos-onze-companheiros-liderado-por-brizola-para-barrar-e-avancar-com-as-reformas (acessado em 06/01/2013)

²¹ BALDISSERA. *Op Cit.*

²² Tal suspeita era disseminada, sobretudo, pela imprensa conservadora, que acusava a manobra de golpista e os “grupos de onze” de protoexército revolucionário.

²³ BALDISSERA. *Op Cit.*

²⁴ *Idem, ibidem.*

documentos como sua ata de formação e os discursos de Leonel Brizola quando de sua convocação. Do modo como aqui se compreende, os também chamados “Comandos Nacionalistas” eram parte de uma iniciativa que articulava a mobilização popular à rádio *Mayrink Veiga* e o jornal impresso *O Panfleto*. Em outras palavras, a linha política, elaborada e defendida nos meios de comunicação referidos, era difundida na prática por meio dos “Grupos de Onze”, que, a julgar por depoimentos de homens que participaram dessas organizações, eram como células de difusão ideológica dos nacional-reformistas e de Leonel Brizola²⁵. Em outras palavras, seus integrantes deveriam ouvir as intervenções brizolistas na rádio *Mayrink Veiga* e, a partir daí, fundamentar sua atuação. Assim, os debates políticos que eram articulados em *O Panfleto* e na *Rádio Mayrink Veiga* (com frequência, na rádio apenas se lia o publicado no jornal, mas não sempre) encontravam nos grupos importante plataforma de difusão. Brizola esboçou o nome dessa organização em uma de suas intervenções pelo rádio. Era a “Rede do Esclarecimento”, responsável por “conscientizar e organizar politicamente o ‘povo’ na defesa de seus interesses”²⁶. Aqui recuperamos sua nomenclatura.

Tomando tal organização como objeto de estudo, assim, este projeto de pesquisa propõe correlacioná-la ao contexto histórico do Brasil que antecedeu ao golpe de 1964, do modo como entendemos marcado por uma *crise orgânica* que encetou o embate por diferentes formas societárias²⁷. Além disso, é objetivo dessa pesquisa inserir a criação

²⁵ PACHECO, Diego. **Os times do povo**. Os grupos dos onze e a memória trabalhista em Santa Catarina. *Visão Global*, Joaçaba, v. 14, n. 2, jul/dez 2011, p. 229-250.

²⁶ Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 3

²⁷ Gramsci conceitua *crise orgânica* como um momento em que crises de diferentes temporalidades se entrecruzam em uma quadra histórica – compondo, assim, um momento de abalo profundo na ordem vigente, que possibilita o aflorar de novos projetos sociais. Estes, na sequência do raciocínio, entram em disputa para pautar o futuro da sociedade em crise (GRAMSCI, 1999d, p. 317). Assim, a radicalização dos movimentos sociais e da atuação das partidos políticos instituídos, embora para uns possa não ter abalado o sistema partidário (LAVAREDA, 2012), em muitos casos trouxe instabilidade para a sociedade *por fora* de sua lógica de representação. A turbulência de março de 64, com comícios e passeatas, e movimentos que antecederam o mês de agonia do regime de 46 – que alguns enxergaram como indícios da conjuntura pré-revolucionária que se viveu (FERNANDES, 2005), (GORENDER, 1999) – habilitam a qualificação do período como um momento de crise política. Sobre a crise econômica já se apontou preliminarmente, podendo-se aqui afirmar sua lógica, que, se não absolutamente, em alguma medida ajuda a compreender mobilizações populares que foram como caixa de ressonâncias dessa *dupla dinâmica* de crise (MELO, 2009). De uma maneira demasiado esquemática, pode-se sintetizar a crise econômica como a síntese de dois movimentos distintos, mas correlacionados: a crise de realização no Departamento II do setor secundário, isto é, da indústria de bens de consumo não-duráveis, ocasionada pela inflação que corria a capacidade de consumo dos setores populares desde fins do governo JK. O aumento do pauperismo popular proporcionaria o recrutamento da contestação ao governo, sobretudo dada as medidas impopulares que se pretendeu adotar, como o Plano Trienal, refutada pelas lideranças sindicais e movimentos sociais. Nessa ambiência, o investimento externo entrou em viés de baixa, dada a instabilidade política não assegurar o retorno das inversões do sistema internacional no território brasileiro. Francisco de Oliveira qualifica o declínio dos investimentos como a reação dos setores

da *Rede do Esclarecimento* no projeto político de Brizola no período, identificável através de discursos proferidos em comícios e editoriais promovidos por semanário carioca.²⁸ Se julgarmos que o deputado petebista tinha um projeto pessoal no campo político-partidário – praticado através da sua utilização da rádio *Mayrink Veiga*, do impresso *O Panfleto* e dos “Grupos de Onze” – a *Rede* aparece como um aspecto dessa disputa pelo poder. Assim, por meio de seu estudo é possível refletir sobre o projeto político dos nacional-reformistas - a ala mais à esquerda do PTB e de outros partidos, inclusive clandestinos, como o PCB - que se notabilizou pela ferrenha defesa das reformas de base; e os interesses individuais de Leonel Brizola que motivam tal empreendimento. Pierre Bourdieu, em suas pesquisas sociológicas, cunhou o conceito de ação *duplamente determinada*, para explicar aspectos da disputa política que envolvem simultaneamente projetos *de classe* e pessoais. Cremos poder utilizar essa reflexão para sustentar nossa análise²⁹.

Observando especificamente o papel dos “Grupos de Onze” nessa perspectiva, pode-se identificá-los como uma tentativa brizolista de aumentar seu próprio capital político-partidário, ao se construir por meio daquelas agências como um líder popular. Assim, os tais grupos emergem não só como mecanismo de pressão sobre o legislativo e o executivo na luta pelas reformas de base, mas como etapa fundamental na organização social em torno do projeto de poder de Leonel Brizola, que, na proposta desta pesquisa, envolvia a formulação de um novo pacto de sociedade – daí suas determinações de classe e individuais. Sob tal abordagem, podemos compreender os “Grupos de Onze” tanto como uma etapa de expansão democrática da vida política nacional quanto um momento de construção social de uma formação social ulterior, que, porém, nunca se

burgueses à permeabilidade do governo brasileiro – conhecido por parte da historiografia como *populista*, dada sua relação com os trabalhadores urbanos – a reivindicações populares (2003, p. 87-88). Contribuiria também para a retração do capital externo no país a “ameaça de *comunização*” do país, alardeada pela grande imprensa (O’DONNELL, 1975). Nesse sentido, a crise que se inicia por uma defasagem de realização em um dos setores da indústria rapidamente se espalha para os demais, atingindo seu auge em 1963, primeiro ano em que os investimentos externos decaem frente a média verificada no exercício anterior. Ver sobre a conjuntura no Brasil: OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003; MORAES, Maria. Considerações sobre a crise de 1964. In: MANTEGA, G & SOARES, M. **Acumulação monopolista e crise no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997; LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas**. O processo partidário-eleitoral brasileiro. São Paulo: Revan, 2011; GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1999. FERNANDES, Florestan. Revolução ou contra-revolução? In: _____. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980. Sobre o conceito de *crise orgânica*: GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v.4; CASTELO, Rodrigo. Gramsci e o conceito de crise orgânica. **Margem esquerda**. São Paulo: Boitempo, 2012, v.19, p. 69-83.

²⁸ Refiro-me a *O Panfleto: o jornal do homem de rua*, que aqui servirá como fonte de estudo do pensamento brizolista.

²⁹ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999, p. 12.

realizou, golpeada que foi na resolução dada àquela conjuntura de crise. O referencial teórico aqui proposto, todavia, não pretende substituir a análise empírica do processo histórico, mas iluminá-la. Assim, investigar a documentação, isto é, as instruções de criação das referidas organizações e os discursos políticos proferidos pelo deputado, tanto em seu programa de rádio quanto nos editoriais de *O Panfleto* assinados por Brizola, permitirá saber em que medida é possível considerar os “Grupos de Onze” como aqui se tem sugerido.

Por conseguinte, procurar-se-á averiguar a fecundidade heurística das hipóteses arroladas. Nesse sentido, investigar os “Grupos de Onze” como organizações cujo objetivo estão para além daqueles expressos no seu documento de fundação, isto é, a manutenção da democracia e a conquista das reformas de base, tende a contribuir com a interpretação de um objeto pouco estudado da história brasileira. Testando-se tal hipótese, pode-se trazer à tona processos históricos esquecidos pela memória coletiva e histórica, notadamente aqueles referentes aos diferentes projetos políticos em disputa no pré-64. Afinal de contas, na ótica indicada, os “Grupos de Onze” servem em períodos democráticos à arregimentação de apoio à causa brizolista, o mesmo sendo expresso na sociedade civil por meio das organizações. Na lógica da argumentação, por conseguinte, o então deputado eleito pela Guanabara angariaria capital político e representação particular no seio do Estado,³⁰ parte importante para a projeção no campo político-partidário, como já se defendeu. Esse protagonismo de Brizola na organização, claro está, é verificável em análise ao seu projeto fundador, no qual fica patente a hierarquização que submetia os membros dos grupos à posição de inferioridade em relação ao referido político. Ganha vida, pois, a interpretação que condiciona de modo dialético o projeto social maior dos nacional-reformistas a interesses mais particulares de Brizola. O Brasil deveria ser reformado, mas por Brizola, figura de proa da transformação. Se os supostos ganhos de desenvolvimento brasileiro se expressariam na superação dos “arcaísmos sociais” - o latifúndio, o coronelismo, a miséria, etc -³¹, a capitalização simbólica pelo político petebista é evidente.

³⁰ Aqui não se concebe o Estado como uma instância separada do resto da sociedade. Na lógica argumentativa deste pré-projeto de pesquisa, o Estado está imiscuído na sociedade, que se separa em duas instâncias, política e civil, apenas analiticamente. O corpo social como um todo, assim, é uma arena de disputa entre aparelhos privados de hegemonia, como apontou Antônio Gramsci.

³¹ Tal era a crença de diversos setores sociais do período. A *dualização estrutura econômica brasileira*, que separava um setor atrasado e outro, avançado, foi criticada argutamente por Francisco de Oliveira,

Assim, na reflexão que aqui se propõe, defende-se que, no bojo da disputa por diferentes modelos políticos e sociais, houve espaço para se fazer avançar projetos pessoais, como o estudo desse caso permite afirmar. A ideologia³² difundida por meio da Rede do Esclarecimento, assim, aparece como duplamente determinada³³: tanto pelos interesses dos nacional-reformistas, isto é, no combate pelas reformas de base; quanto pelos desígnios de Brizola na busca por ascensão política *nos limites da democracia*. Não à toa os métodos escolhidos por esse político no mencionado período são similares aos verificados em outra crise, a de 1961, quando, por meio da Cadeia da Legalidade, Brizola atingiu o patamar de político nacionalmente conhecido. Reeditar o sucesso pessoal anterior permitiria ao petebista atingir outro nível de projeção, talvez suficiente para alcançar objetivos maiores no plano pessoal.

Em termos de marco temporal, a problemática acima exposta se insere no período presidencialista do governo João Goulart (1963-1964). A respeito desse biênio, a academia devotou atenção especialmente ao seu fim. Nesse sentido, a relativamente escassa produção historiográfica sobre os anos de governo janguista recaíram invariavelmente, salvo raras exceções,³⁴ sobre os processos que engendraram o golpe de 1964. Assim, a produção sobre o evento tendeu a se organizar em torno de alguns temas, problemas e correntes interpretativas.

De maneira geral, a corrente mais explorada atualmente é a que tem em uma de suas matrizes historiográficas no trabalho de Argelina Figueiredo, “Democracia ou reformas”. A lógica dessa argumentação, recuperada e aprofundada pelos que seguiram por esse caminho, aponta para o acirramento e radicalização das disputas políticas entre direitas e esquerdas no início dos anos 1960. O aumento dos conflitos teria reduzido o espaço de ação de João Goulart que, isolado, teria adotado um dos lados, o das

que demonstra a funcionalizada do *atrasado* à acumulação capitalista *do moderno*. Ver: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

³² O conceito de ideologia está aqui utilizado como o proposto por Antônio Gramsci, para quem ela nada tinha de *equivoco*, antes exprimindo uma *percepção* do real. No caso, essa representação é tributária de um interesse político, imbricado, por sua vez, na perspectiva social dos nacional-reformistas. Contudo, deter a análise do projeto político brizolista nos limites dos interesses do nacional-reformismo é empobrecedor. Isso porque, do modo como entendemos, objetivos pessoais perpassavam – às vezes até em posição de protagonismo – as motivações de Brizola na *Rede do Esclarecimento*.

³³ Tendo em vista o exposto na nota anterior, defende-se, que a *ideologia* difundida por Brizola através da Rede do Esclarecimento era duplamente determinada, isto é, atendia tanto aos interesses do grupo nacional-reformismo quanto aos objetivos pessoais de ascensão política do então deputado federal pela Guanabara. Ver: BOURDIEU, Pierre. *Op cit*, p. 12.

³⁴ Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre memória e história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

esquerdas, a partir do Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964. A autora, então, busca relacionar a redução das opções *moderadas* possíveis com a radicalização do espectro político e, por conseguinte, o desapego da democracia por parte daqueles setores extremistas³⁵.

O rumo indicado seria aprofundado por Daniel Aarão Reis. Ex-combatente da luta armada contra a ditadura, o historiador tem se destacado por textos em que aponta o “déficit democrático” como característica dos principais agentes políticos brasileiros no início dos anos 60. À ditadura de direita, que vimos efetivamente ocorrer, assim, poderia se impor como alternativa um regime autoritário de esquerda, sendo a radicalização das posições um indício daquele déficit³⁶.

De acordo com o que entendemos, a interpretação da ditadura – e do golpe – por essa matriz historiográfica é tributária da concepção da concepção de democracia pelos seus seguidores. No primeiro caso, temos uma oposição entre “reformas” e “democracia”, anunciada já no título da obra. A democracia, assim, seria um regime político em que reformas estruturais teriam de estar forçosamente ausente, do contrário sua própria conceituação como democracia estaria ameaçada. Essa observação, feita talvez primeiramente por Demian Melo (2006), parece-me especialmente adequada se relacionarmos o contexto de produção ao texto – tratava-se dos anos 90 e da fase mais marcadamente *neoliberal* da História do Brasil até aqui, em que as reformas, quando se anunciavam, eram na verdade contrarreformas. No segundo caso, as disputas de Grande Política, como chamaria Antônio Gramsci os embates entre projetos societários substancialmente distintos, aparecem como *déficit democrático*, e a democracia como o domínio da pequena política, ainda na conceituação do marxista sardo. Produzida nos anos 2000, a tese de Daniel Aarão Reis parece, dado o exposto, sintomática da hegemonia burguesa construída no Brasil dos anos 1990, conforme apontamentos de estudiosos do tema³⁷.

Em outro campo historiográfico se alinham os adeptos do marxismo. Para estes, o golpe de 1964 foi uma ação de classe, mais ou menos coordenada por setores da

³⁵ FIGUEIREDO, Argelina Cheilub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política (1961-1964). São Paulo: Paz e Terra, 1993

³⁶ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

³⁷ IASI, Mauro. L. As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006; FONTES, Virgínia. Brasil e o capital imperialismo. Teoria e história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

burguesia que, articulados por um complexo institucional e empresarial constituído pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Escola Superior de Guerra (ESG), desfecharam ataque sobre os setores populares, impondo-lhes um projeto de Brasil específico, interado na lógica do capitalismo internacional. Via de regra, seguem a tese original de René Dreifuss, um dos primeiros a utilizar o paradigma das classes sociais para explicar os eventos transcorridos entre 1961 e 1964³⁸. Os desdobramentos a partir dessa matriz historiográfica avançaram no sentido de caracterizar a fundação do regime militar como um episódio na história da *contrarrevolução permanente e preventiva brasileira*³⁹

Outras linhas interpretativas se debruçaram sobre o tema: uma de cunho personalista, preocupada em atribuir aos sujeitos papel demasiadamente relevante nas explicações históricas, culpou a “fraqueza e a inépcia” de João Goulart pela interrupção do processo democrático;⁴⁰ outra, mais recente, buscou ressaltar o desejo pretérito dos militares em assumir o poder, já demonstrado em crises da república brasileira, como 1954 e 1961. Além disso, há o “novo ciclo produtivo”. Este, nas palavras de Delgado⁴¹, estaria sendo influenciado pelo acesso a documentação inédita e pelo surgimento de novas problemáticas, notadamente a relação entre memória e História.⁴²

O que se propõe, pois, é o estudo de um projeto político em alguma medida *progressista*, que não se confunde com o advento de uma sociedade socialista, embora

³⁸ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

³⁹ A matriz a fundamentar principalmente essa análise, que se baseia em uma perspectiva de longa duração, é o estudo de Florestan Fernandes, *a Revolução Burguesa no Brasil*. Na obra, o sociólogo analisa as diferentes formas de dominação da burguesia na sociedade brasileira, sendo, pois, o período militar apenas o recrudescimento e a revelação de um autoritarismo que o precedera, mas sob outra modalidade. Para Fernandes, assim, mesmo o chamado regime populista contava com uma *burguesia no poder*, suas hipóteses diferindo, portanto, em alguma medida daquelas avançadas por autores que apostam na caracterização de um Estado de compromisso entre as classes dominantes – que, assim, relativa e aparentemente se apartara da sociedade – para entender o período que se estende de 1945 a 1964 (WEFFORT, FAUSTO). A inflexão de regime – e de forma de dominação – explica-se pela conjuntura dos anos 1960, período no qual a mobilização crescente dos setores populares levou o Brasil a uma situação pré-revolucionária. Ver: FLORESTAN, Fernandes. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2009. LEMOS, Renato. **Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964**. (mimeo) Disponível http://www.ifcs.ufrj.br/~lemp/imagens/textos/Contrarrevolucao_e_ditadura_no_Brasil.pdf

⁴⁰ Na visão de Thomas Skidmore (2003), João Goulart seria um “populista de baixa qualidade”, “incapaz de equilibrar correntes políticas conflitantes durante seu mandato”. A inabilidade do presidente, assim, aparece como responsável por afastar sua base de sustentação política. O golpe, na lógica da proposta, teria sido desfechado por culpa do próprio Jango e de sua incompetência em desempenhar o papel que lhe cabia no jogo democrático.

⁴¹ DELGADO. *Op Cit.*

⁴² *Idem. Ibidem.*

os elementos de política participativa nele contidos fossem similares àqueles posteriormente adotados como pontos fundamentais na construção de um socialismo democrático⁴³. A diferença, porém, é de estratégia: enquanto no ideal eurocomunista do *socialismo democrático* o elemento democratizante é visto como *caminho para a revolução*, na ampliação da participação política aqui analisada está contido um modo de luta *contrarrevolucionário*, de associação das camadas populares à ideia de cidadania⁴⁴. Em outras palavras, considera-se aqui o aprofundamento da democracia como meio de associar os trabalhadores ao sistema capitalista e ao regime democrático de limites burgueses, a fim de cooptá-los para o seio da ordem social. Assim, identifica-se nessa tática, especificamente por parte de Leonel Brizola, um meio de canalizar as insatisfações populares naquela conjuntura de crise. Por meio da mobilização intentada, objetivos políticos dos nacional-reformistas, que fundamentalmente consistiam em uma gestão democratizante do capitalismo no Brasil, eram percebidos como realizáveis. Através da mesma tática, a posição de liderança de Brizola era, ao mesmo tempo, ampliada e legitimada.⁴⁵

Nesse sentido, enfatiza-se o caráter *capitalista e burguês* do objeto em análise, haja vista a inserção – controlada – das camadas populares em um regime adaptado ao sistema vigente – embora o seu elemento democratizante rompesse com o *pacto de proprietários* implantado no Brasil pela Revolução de 1930⁴⁶, e nesse sentido fosse *progressista*. É esta a

⁴³ Refiro-me à ampliação da participação política popular, defendida por Carlos Nelson Coutinho (COUTINHO *apud* LÖWY, 2006) e Èric Hobsbawm (1989).

⁴⁴ Essa operação é *hegemônica*, de acordo com a conceituação de Gramsci, porque, embora atenda a interesses das camadas que busca cooptar, mantém intacto o *essencial* da estrutura social que fundamenta a posição de dominação de um determinado grupo. Nos dizeres de Gramsci, “o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não se pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2000c, P.33)

⁴⁵ Isso não elimina, do modo como entendemos, a autonomia das classes trabalhadoras frente a esses líderes *demagógicos*, como consagrou uma visão liberal de época sobre esse tipo de política de cooptação.

⁴⁶ Tal expressão é utilizada para expressar o modo como se operou a resolução de importante crise que condicionou a “Revolução de 1930”. Autores como Francisco Weffort e Octávio Ianni operam com a noção para tentar exprimir o “*acordo*” entre classes realizado durante àquele momento histórico. Por meio desse *pacto*, construiu-se a transição para outro tipo de modelo sócio-econômico – pautado na objetivação do capitalismo e no desenvolvimento industrial *para dentro* – sem alterações nas estruturas que fundamentavam o poder da oligarquia agrária. A maturação da sociedade burguesa no Brasil foi construída à moda prussiana, como nomearia Lênin, ou sob o signo da *modernização conservadora*, nos dizeres de Barrington Moore Jr, isto é, sem romper com características consideradas como “arcaísmos” do ponto de vista da transformação capitalista *padrão*. Há que ressaltar que precisamente aí reside a especificidade do capitalismo brasileiro, isto é, o *nosso ornitorrinco*: por meio da operacionalização da *acumulação primitiva de capital* entre duas regiões diferentes do mesmo território nacional, engendrou-se

“Rede do Esclarecimento”, sobre a qual a historiografia não se debruçou em um análise de conjunto⁴⁷. Seu elemento dinamizador eram os “Grupos de Onze”, sobre o que pouco se escreveu, tirando alguns artigos que buscam analisar sua realização no âmbito local.⁴⁸ Além disso, Jorge Ferreira os arrolou em trabalho sobre a “tática de confronto das esquerdas” durante o governo presidencialista de João Goulart.⁴⁹ Sua reflexão, contudo, não se dirige ao estudo pormenorizado do grupo, a referência a eles ocupando o espaço em meio a várias outras organizações que surgiram no período, o que nem de longe é o suficiente para esgotar as possibilidades de investigação sobre o assunto. Szatkoski, ao contrário, trata especificamente sobre a temática aqui sugerida, mas o preocupa outro tipo de problema. A pensadora se impõe a caracterizar os “Grupos de Onze” como “uma rebelião reprimida”. Evoca, por conseguinte, seu caráter potencialmente paramilitar, negligenciando seu funcionamento político no jogo democrático, e, portanto, não destaca sua influência na sociedade civil, como aqui se propôs analisar.

Essa dissertação, assim, divide-se em três capítulos. No primeiro, versaremos sobre o papel de Leonel Brizola à frente da Rádio Mayrink Veiga. Para tanto, objetivamos uma breve interpretação da história do rádio, bem como da carreira de Leonel Brizola, tentando demonstrar como essas duas trajetórias se entrecruzam no papel efetivado pela Rádio Mayrink Veiga na Rede do Esclarecimento.

No segundo capítulo, debateremos a função do jornal *O Panfleto* na Rede do Esclarecimento. Objetivamos mostrar ainda a articulação política existente no interior da redação do jornal, bem como o mesmo foi instrumentalizado por Leonel Brizola na construção de seu papel como líder popular.

a articulação dessas áreas – igualmente atuantes na composição do sistema econômico nacional (OLIVEIRA, 2003). LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Brasiliense, 1982. MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975. PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1977. OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

⁴⁷ Há, em vez disso, alguns trabalhos sobre O Panfleto e mesmo sobre a Rádio Mayrink Veiga. Estes, no entanto, consideram-nos separadamente.

⁴⁸ Tais trabalhos se ocupam com a recepção do projeto brizolista, não com a constituição e articulação do mesmo. Assim, esses estudos versam sobre temas variados, como a composição classista de “Grupos de Onze” espalhados por território nacional, notadamente Santa Catarina e Rio Grande do Sul, áreas mais estudadas (PACHECO, 2012). Alguns dos artigos aqui referidos também se questionam sobre o descumprimento das ordens de resistência que partiram da Leonel Brizola: chega-se a se falar em uma suposta “passividade política”, ou em “incompreensão acerca dos propósitos do grupo”. (BALDISSERA, 2005)

⁴⁹ FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. **Revista Brasileira de História**. V 24 n 47. São Paulo, 2007.

Por fim, no último capítulo, debateremos as interpretações sobre os Grupos dos Onze, bem como sua inserção na referida organização arquitetada por Leonel Brizola. Procurar-se-á mostrar qual tipo de inserção daquelas células populares na Rede do Esclarecimento, além de se analisar as funções políticas que aqueles grupos desempenharam nos anos de 1963 e 1964 no Brasil.

Capítulo 1 - Esclarecimento no Rádio

“Rede do Esclarecimento” foi o nome dado ao projeto criado por Leonel Brizola para a defesa das reformas sociais e do aprofundamento da democracia. Em outras palavras, por meio da empreitada, intentava-se assegurar a efetivação das chamadas “reformas de base”, compreendidas como fundamentais para a ampliação do desenvolvimento e da democracia social. Para alcançar tal objetivo, três frentes de atuação foram instauradas: a radiofônica, por meio da *Rádio Mayrink Veiga* e emissoras associadas; o jornalismo impresso, com *O Panfleto*; e a organização e mobilização popular, com os Grupos de Onze, que representavam a prática da estratégia política de Leonel Brizola e outros nacional-reformistas. A iniciativa, assim, integra-se à lógica de disputa de poder típica do PTB: articula a reconstrução do legado varguista por uma figura carismática, ciosa em encapar esse capital simbólico; e o uso dos meios de comunicação para a criação e fixação dessa nova liderança⁵⁰.

Em relação à frente radiofônica, interesse deste capítulo, a Rede do Esclarecimento contou ainda com a experiência de Leonel Brizola e do rádio no Brasil, cuja trajetória o coloca como um veículo de alcance massivo e marcado por um viés educacional. Nesse sentido, são basilares os eventos de 1961 - com a formação da Campanha da Legalidade, que teria garantido a posse de João Goulart na presidência da república – mas também as potencialidades do rádio, tais quais estas eram identificadas em sua época. Assim sendo, a escolha desse meio de atuação demonstra primeiro a representação radiofônica entre atores políticos do período, notadamente como veículo pedagógico e instrumental na luta política; segundo, a crença na capacidade própria de mobilização popular, fruto também da experiência de 1961.

Este capítulo, assim, objetiva investigar a trajetória da Rede do Esclarecimento no contexto da história do rádio no país, a fim de melhor entender a função da Rádio Mayrink Veiga naquela organização. Posteriormente, passaremos a analisar a luta política que assegurou a posse do presidente João Goulart, tendo por perspectiva a atuação da Campanha da Legalidade em seus sucessos – como veremos, evento

⁵⁰ Angela de Castro Gomes chamou atenção para essa particularidade do PTB no campo político-partidário dos anos 1950 e início dos 1960. De acordo com a autora, os trabalhistas tinham aprendido “desde o berço duas lições básicas: a eficácia de seu poder estava associada à força da representação que construía para ele mesmo; e a construção dessa representação estava associada à fixação de ideias que demandava variados e modernos meios de comunicação”. Ver: GOMES, Ângela de Castro. **Vargas e a crise dos anos 1950**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004 p. 139.

importantíssimo para se compreender os desdobramentos de 1964. Por fim, apresentada a formação histórica do rádio no Brasil, proceder-se-á a análise de seu uso pelo então deputado federal da Guanabara e um dos líderes da ala nacional-reformista do PTB, Leonel Brizola, imiscuído nos combates travados por ditas reformas estruturais. A seleção de temas que antecedem a análise dos discursos brizolistas no rádio é tentativa de se analisar diferentes estratos que compõem aquela realidade. Do modo como entendemos, a forma como Brizola se portou à frente dos microfones da *Mayrink Veiga* não seria a mesma se não estivessem postas as condições históricas de então, que, todavia, não se restringem àquela conjuntura, mas que, em suas diferentes temporalidades e aspectos mais relevantes, remontam mesmo ao período de chegada do rádio no Brasil. Por entendermos a realidade como uma *síntese de múltiplas determinações*⁵¹, considerou-se necessário o debate sobre algumas camadas históricas que, entrelaçando-se no objeto analisado, moldam-no em sua realização. Adotando tal perspectiva de análise, que nega tanto o determinismo mecanicista de tipo estruturalista quanto o pleno voluntarismo do individualismo metodológico, situamos o objeto em seu tempo, seguindo a senda apontada pela letra marxiana de 1859, segundo a qual o homem não faz a história conforme quer, mas de acordo com o que pode diante de condições dadas, de temporalidades que se iniciam previamente à sua existência. Também pressiona e molda sua ação, é claro, a interação com o ser social que supera todos e cada um dos homens, representando mais do que a mera soma de partes que o constituem. O homem não atua na história, portanto, soberanamente, agindo do nada e ao nada voltando após sua vida. Assumir tais princípios é caracterizar o indivíduo como a interseção de distintas temporalidades históricas. Ora, se pouco ele tem de original, menos ainda de exclusivo. Seus limites são os da sociabilidade que está deixando de ser; suas ideias revolucionárias, do tempo que ainda não é. Tentar reconstruir as diferentes histórias que se integram em um objeto específico é tarefa das mais árduas que o historiador, porém, deve se impor.

Formação histórica do rádio no Brasil

Analisar a genealogia do rádio é se debruçar sobre um objeto espinhoso, fronteira de debates acirrados em diversos pontos de observação. Da disputa pelo inventor do

⁵¹ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

engenho ao surgimento efetivo do veículo de comunicação social, muitas dúvidas pairam entre aqueles preocupados em determinar factualmente o processo de desenvolvimento da tecnologia. Na história do rádio brasileiro, o viés controverso não está ausente. Embora já utilizado desde os primeiros momentos do século XX, geralmente como tecnologia de auxílio a outros inventos, a radiocomunicação social esperaria o período entreguerras para aparecer no país.

Seu debute como veículo de massa nas terras brasileiras seria provavelmente em Pernambuco, como indica edição do *Jornal do Recife* de 25 de abril 1919⁵². No entanto, a demonstração das potencialidades do rádio no coração da capital da república, feita em evento científico de 1922, contribuiria decisivamente para a expansão de seu uso no país. Iniciou essa maré montante aquele que a história da comunicação social escolheria como patrono do veículo entre nós: Edgar Roquette-Pinto. Médico, antropólogo e futuro ocupante de uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, Roquette-Pinto, fundou em 1923, juntamente de Henrique Morize, presidente da Academia Brasileira de Ciências, a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*. O investimento na área tinha orientação bastante específica. O rádio era por ele considerado importante promotor educacional, fundamental para o processo de modernização pelo qual a nação necessitaria passar. Para Roquette-Pinto, homem da ciência, o instrumento amplificador se mostraria aliado na batalha da *civilização* contra o endêmico atraso brasileiro⁵³.

Por meio da *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, Roquette-Pinto lia notícias de jornais, dando origem ao radiojornalismo brasileiro; promovia palestras científicas e debates pedagógicos. Em um país de analfabetos, a informação, antes confinada à codificação escrita, teve seu acesso facilitado. Pelas ondas radiofônicas, assim, por iniciativa de personagens como as mencionadas, a potencialidade da educação se expandiu em uma nação cujo poder público dedicava pouca atenção ao assunto.

Mas que projeto educacional era defendido e praticado por Roquette-Pinto em sua rádio? De acordo com o próprio, a educação era de exímia importância na realidade social brasileira, que, naquele momento, ainda timidamente se urbanizava. Assim, embora o contingente de trabalhadores urbanos e o número de postos de trabalho para

⁵² JORNAL DO RECIFE. Recife: 25 de abril de 1919, p. 2

⁵³ ROQUETTE-PINTO, Edgar. “Raça e Povo” In: Academia Brasileira de Letras. Disponível em [HTTP://www.academia.gov.br/imortais/cads/17/roquette2.htm](http://www.academia.gov.br/imortais/cads/17/roquette2.htm) (acessado em 11/02/2015, às 15:56)

pessoas especializadas ainda fossem restritos, Roquette-Pinto se mirava no exemplo dos países europeus, onde o ensino, sobretudo técnico, já era mecanismo de inserção social. Nesse sentido, pode-se apontar que o tipo de educação defendida pela *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* era aquela adequada à lógica capitalista, que serviria, portanto, não a uma formação dita *crítica*, mas pragmaticamente à superação de barreiras para o ingresso no sistema. Em texto de sua autoria, aquele que foi considerado o patrono da radiofonia brasileira sintetiza sua preocupação com o combate ao analfabetismo, ao seu julgamento uma das principais causas da exclusão social de seu tempo: “se eu pudesse enviar uma mensagem a todo povo brasileiro, diria, ‘aprende a ler, não para ser letrado, mas para conseguir a educação social indispensável aos filhos de um país moderno’”⁵⁴.

A experiência da *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* indica os usos do rádio em seus primeiros momentos no Brasil, com linha programática enfatizando conteúdos instrutivos, formativos e educacionais. Pode-se caracterizar, portanto, o meio de comunicação como instrumento pedagógico de grande valor, ao menos nos olhos de seus primeiros financiadores.

A linhagem pedagógica se tornaria mais marcadamente mercantil após a Revolução de 1930. A partir de então, o rádio se tornaria um veículo de massas e adequado às novas forças sociais, que surgiam a reboque do progresso da industrialização verificado no país. Com efeito, a paisagem social e histórica do país sofreu importante inflexão a partir daquele ano, que se tornaria evidente progressivamente. Em que pese uma etapa da modernização capitalista se dar a partir do movimento da Aliança Liberal, porém, deve-se refutar qualquer explicação que atribua ao evento em si uma revolução burguesa brasileira de tipo clássico⁵⁵, marcada pelo desenvolvimento industrial, haja vista a consciência teleológica contida na interpretação⁵⁶.

A historiografia qualifica o governo de Getúlio Vargas como sendo fruto de uma política de compromisso de base social heterogênea, daí as medidas aparentemente contraditórias⁵⁷ de sua administração. A ambiguidade, todavia, dá lugar a uma

⁵⁴ *Idem. Ibidem.*

⁵⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1964

⁵⁶ É assim que Boris Fausto descarta a referida interpretação sobre o episódio. Ver FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. Historiografia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁵⁷ As debatidas ambivalências do primeiro governo Vargas se referem, sobretudo, à relação entre os setores primário e o secundário no Brasil. A suposta incoerência, além de fatores políticos já aqui

orientação, que, embora não fosse consciente, alinhou-se com os interesses daqueles que queriam um Brasil industrial⁵⁸. Assim, a festejada “Era Vargas” abriu as condições de possibilidade para a industrialização intensiva do país, que se basearia, neste momento, sobretudo em um processo de comumente chamado de “substituição de importações”⁵⁹.

abordados, deve-se à marcha capitalista diferenciada típica da sociedade brasileira. A industrialização e o desenvolvimento do capitalismo aqui foram processos *sui generis*. Portanto, deve-se logo descartar homologias mais profundas e diretas com as experiências europeias, principalmente no que tange à relação campo-cidade, ainda que o *pacto de proprietários* (MELO, 2009) vigente por aqui possa ser identificado, em suas linhas gerais, naqueles países que passaram pelas chamadas modernizações conservadoras (MOORE JR, 1979) – ou mesmo à conceituação de *via prussiana* feita por Lênin. Assim sendo, a nossa classe industrial não se ergueu de clava na mão contra os proprietários de terra. Ao contrário, a relação de proximidade os tornou aliados, apesar de seus interesses diversos (DREIFUSS, 2006, p. 31). Tal união estaria vinculada à mútua dependência entre os dois setores na conjuntura do pós-1930, marcada pela emergência política dos industriais e a crise internacional do capitalismo liberal (TAVARES, 1975). Enquanto esta reduziu o mercado externo do setor primário brasileiro, a ascensão do setor secundário representou a saída para a encruzilhada dos cafeicultores, criando um polo dinâmico interno catalisador do crescimento econômico, sobretudo pelo aumento da demanda agregada. Assim, Octávio Ianni (1977) ressalta que a defesa dos interesses dos agro-exportadores beneficia também os industriais, dado que se mantém um certo equilíbrio das contas externas. Evitando-se uma convulsão generalizada da economia brasileira, reiterando-se momentaneamente o seu papel na divisão internacional do trabalho, também se estaria assegurando o nível interno de empregos, fundamental para a manutenção do mercado interno, espaço prioritário de realização dos lucros dos industriais. Além disso, o crescimento industrial favorecia as inversões na zona rural brasileira, dado que se dava, conjuntamente àquele esforço modernizador, o aumento da demanda por matérias-primas e demais insumos fabris. Em suma, pode-se falar, com Dreifuss (2006, p.31), que “a interdependência dos setores industrial e agrário foi marcada por quatro fenômenos. Primeiramente, a demanda dos produtos industriais originou-se em parte dos setores agroexportadores. Em segundo lugar, os insumos necessários à industrialização foram comprados, em sua grande maioria, de centros estrangeiros, com receitas obtidas com exportações. Em terceiro lugar, os setores agrários eram produtores de matéria-prima para a incipiente indústria local, os setores agrários eram produtores de matéria-prima para a incipiente indústria local, assim como para empresas agroindustriais em desenvolvimento. E, por fim, houve um certo grau de interpenetração entre os setores agrário e industrial, resultante de laços familiares ou através de empresas interligadas”. Em outras palavras, além de fatores estritamente econômicos, outros âmbitos, como as relações pessoais, guiavam a convergência das classes dominantes urbanas e rurais no Brasil.

⁵⁸ No interior do movimento revolucionário, aqueles liberais que defendiam a “naturalidade” da divisão internacional do trabalho que relegava o Brasil a uma potência exportadora por conta de sua “vocaçãõ agrícola” foram combatidos ativamente por outros agentes históricos, que identificavam, já à época, industrialização com independência econômica e desenvolvimento social (BRESSER-PEREIRA, 2013, p.121). Dentre estes, teóricos autoritários, como Oliveira Vianna, identificavam desenvolvimento e industrialização como motivação do Estado, características do “iberismo” à brasileira (WERNECK SODRÉ, 1997). Nesse sentido, foram efetivos intelectuais orgânicos do grupo industrial no interior dos revolucionários, conquistando para esse setor social cada vez mais espaço do debate público sobre orientação econômica. Seguindo Sônia Regina de Mendonça, podemos afirmar que, de um modo geral, a corrente autoritária do pensamento social brasileiro e burocratas do Estado Novo convergiam em algumas convicções acerca do imperativo da industrialização. São elas “a) a consciência de que o desenvolvimento ocorrido no Brasil era um reflexo das flutuações do capitalismo mundial; b) a descoberta de que os surtos de desenvolvimento eram relacionados às conjunturas críticas do sistema capitalista; e c) a certeza de que as transformações do sistema econômico se associavam ao grau de nacionalização das decisões sobre políticas econômicas” (MENDONÇA, 2011, p. 40). Assim, ainda que divergissem acerca da relação com os trabalhadores – sobretudo na articulação entre coerção e harmonização de classes -, os ideólogos industriais e partícipes da estrutura estatal do varguismo concordavam no principal: a ênfase na industrialização era fulcral para a sustentação do discurso nacionalista adotado pelo novo regime e mesmo para (re)construção da nação brasileira intentada por ele.

⁵⁹ Já aqui se mencionou a relação de mútua dependência dos setores agrários e do processo de industrialização no Brasil à época do primeiro governo Vargas. No chamado processo de substituição de importações, por exemplo, o setor agrário foi, se não pedra angular, fator decisivo: era de sua atividade

Por conseguinte, vê-se que o conjunto de medidas adotadas pelo varguismo, que encontram seu coroamento no Estado Novo, contribuiu para um tipo de desenvolvimento industrial no país.

As transformações de base na sociedade brasileira repercutiriam em diversos setores. Getúlio Vargas, ainda no período provisório de seu governo, em ímpeto centralizador, baixou decretos para legislar sobre diversos setores da sociedade civil, dentre eles a difusão radiofônica. Subordinada então ao Ministério da Educação e Saúde Pública, o que é testemunho da identificação entre o veículo e o viés pedagógico dos primeiros momentos de sua utilização no país, a atividade logo recebe um decreto regulatório⁶⁰. A principal novidade da medida seria a introdução do informe publicitário na programação difundida pelo veículo. Com 10% do tempo de irradiação destinado à venda de publicidade, o rádio sofreria transformações profundas na sua forma de financiamento e, por conseguinte, na sua programação. A manutenção não mais dependeria do sistema de clubes e sociedades, comum nos primeiros momentos do veículo no país, passando a se fundamentar no mercado publicitário, vinculado àquela indústria em expansão mencionada acima.

Instrumentalizado nesse contexto por uma *pedagogia para o mercado*, o rádio logo se compatibilizaria com as práticas mercantis crescentes no Brasil. Se a comercialização de espaços publicitários mudou o perfil da programação radiofônica – reduzindo o tempo dedicado aos chamados “conteúdos de artes” -, popularizou-se o acesso à nova tecnologia, pois se tornou interessante para o mercado empresarial a expansão da oferta de receptores. Por conseguinte, a programação então passou a contar com “músicas populares”, shows humorísticos e radionovelas⁶¹ - produtos permeados pelos informes publicitários.

Há que se ressaltar, todavia, que a mudança no perfil do rádio não foi feita à canetada. O decreto governamental que regulou a publicidade no meio tem muitas explicações possíveis, sendo indício das pressões que o empresariado brasileiro, crescente desde a derrubada da Primeira República, já impunha sobre o governo. Assim,

produtiva que se geravam as divisas necessárias para a importação de maquinarias e demais insumos fundamentais para a implantação do parque industrial brasileiro. (OLIVEIRA, 1977), (MENDONÇA, 1986).

⁶⁰ Ver Decreto nº21.111, disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacao-81840-pe.html> (acessado 11/02/2015, às 17:23)

⁶¹ ORTRIWANO, Gisela. Radiojornalismo no Brasil. Fragmentos de História. **Revista USP**. São Paulo, dezembro/fevereiro, 2002-2003, n. 56, p. 66-85

o mesmo potencial que homens como Roquette-Pinto enxergaram nas ondas radiofônicas, isto é, de serem potencialmente abrangentes em termos de público, a burguesia brasileira enquanto classe identificou como fonte publicitária. A isso se soma a busca dos investidores do ramo radiofônico, interessados em atrair verba publicitária. Em outras palavras, pode-se estabelecer a virada de conteúdo da radiofonia brasileira como resultado da dialética de interesses entre industriais emergentes e o empresariado específico do rádio, à procura de expandir suas receitas.

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ESTAÇÕES RADIODIFUSORAS — 1946/47

ESPECIFICAÇÃO	HORAS DE IRRADIAÇÃO			
	Números Absolutos		Percentagens	
	1 946	1 947	1 946	1 947
Música	221 055	261 746	57,2	57,8
De classe.....	45 665	39 842	11,8	8,8
Ligeira e popular.....	175 390	221 904	45,4	49,0
Programas falados.....	88 081	89 610	22,8	19,8
Representações teatrais.....	14 707	16 006	3,8	3,5
Programas infanta-juvenis.....	(1)	3 613		0,8
Programas humorísticos	5 579	4 579	1,4	1,0
Programas de ginástica.	(1)	1 344		0,3
Programas femininos.....	(1)	3 722		0,8
Programas instrutivos ou de divulgação.....	(1)	6 360		1,4
Cursos, conferências e palestras.....	5 900	12 311	1,5	2,7
Comentários e transmissões esportivas.....	13 722	14 094	3,6	3,2
Comentários e notícias jornalísticas	16 042	16 605	4,2	3,7
Outros assuntos	32 131	10 976	8,3	2,4
Propaganda comercial.....	77 265	101 647	20,0	22,4
TOTAL.....	386 401	453 003	100,0	100,0

FONTE — Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1949. Rio de Janeiro: IBGE, v.10, 1950.

NOTA — O quadro consigna informações relativas à irradiação de 98 das 136 e de 128 das 178 emissoras que funcionaram, respectivamente, em 1946 e 1947.

Em consulta a dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível constatar a expansão da radiofonia brasileira a partir do decreto federal de 1932. Atendo-se ao número de estações transmissoras, percebemos um franco crescimento desde a primeira metade da década de 1930, sendo este praticamente constante até 1937, ano que encerra a série. A evolução do número de estações indica a um aumento de quase 400% no período.

Outro indício é o sucesso de uma das maiores radionovelas do rádio brasileiro. “Direito de Nascer” começou em 1951 e, durando mais de dois anos, gerou comoção nacional e riqueza para seus criadores. Autor da trama, o cubano Felix Calenot ficou

milionário e viveu anos como celebridade, de acordo com noticiário do Jornal do Brasil à época de sua visita ao Rio de Janeiro⁶². Em 1953, a história chegaria inclusive aos cinemas, referenciada como “a radionovela que fez muita gente chorar”⁶³. Se persistirmos procurando por pistas da ampliação do alcance radiofônico, encontraremos ainda terreno fértil em análise da história da *Revista do Rádio*. Fundada em 1949, a publicação rapidamente atingiu a segunda colocação no *ranking* dos periódicos mais lidos, com uma tiragem de 44 mil exemplares em 1950⁶⁴.

NÚMERO E PROPRIEDADE DAS ESTAÇÕES EMISSORAS INSTALADAS ANUALMENTE — 1923/1937

ANOS	ESTAÇÕES INSTALADAS		
	Total	Segundo a propriedade	
		Oficial	Particular
1923.....	1	1	—
1924.....	3	—	3
1925.....	4	—	4
1926.....	2	—	2
1927.....	2	—	2
1928.....	2	—	2
1929.....	1	—	1
1930.....	—	—	—
1931.....	1	—	1
1932.....	—	—	—
1933.....	2	—	2
1934.....	13	1	12
1935.....	10	—	10
1936.....	10	—	10
1937.....	7	1	6
Total (1).....	63	5	58

FONTE — "Anuário Estatístico do Brasil", ano IV. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, 1941.

(1) Inclusive cinco estações, cuja data de instalação não consta, sendo duas de propriedade oficial.

No que interessa aos limites desta pesquisa, a formação histórica do veículo aponta para a possibilidade de qualificá-lo tanto como instrumento pedagógico quanto meio de comunicação de grande alcance social. Se o parâmetro educacional é atributo evidente já nas primeiras experiências do rádio no Brasil, sua identificação como veículo *de massa* se deve à expansão do setor alcançada, como se demonstrou, pelo aprofundamento capitalista no país. Os dois fatores mencionados são de importância crucial para entendermos seus usos políticos e, posteriormente, o modo como ele foi instrumentalizado na Rede do Esclarecimento.

⁶² *JORNAL DO BRASIL*, Rio de Janeiro: 26 de novembro de 1952, p. 8

⁶³ *JORNAL DO BRASIL*. Rio de Janeiro: 24 de março de 1953, p. 11

⁶⁴ Dados conforme os publicados em *REVISTA DO RÁDIO*, Rio de Janeiro, de abril de 1950.

A Campanha da Legalidade: Brizola e a experiência política do rádio

Com efeito, o rádio encerra outro potencial além do educacional e mercantil, acima analisados. Trata-se do uso político, que acompanhou a difusão do veículo no Brasil. Embora aqui as esferas cultural, econômica e política estejam apartadas para fins de análise, na prática elas aparecem imbricadas, confundidas na realidade. Assim sendo, a difusão radiofônica no seio empresarial foi ao mesmo tempo uma operação política; bem como o fora a opção primeva pelo viés educacional – especialmente evidente no que toca àquele voltado à inclusão social na ordem vigente. O rádio, pois, atuou como instrumento da modernização burguesa brasileira, normatizando padrões de sociabilidade, valores e comportamentos caros à sociedade mercantil que amadurecia.

A instrumentalização política do rádio, porém, far-se-ia sentir ainda de maneira mais direta. Episódios como a Revolução Constitucionalista de 1932, a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo⁶⁵ e a Segunda Guerra Mundial demonstram que a experiência histórica indicava um uso possível da radiofonia nos anos 1960. Assim sendo, a Campanha da Legalidade não foi um raio no céu azul, mas remete a um processo que estabeleceu o rádio como meio de comunicação disponível ao serviço da política. Contudo, para a reflexão que ora nos ocupa, essa experiência foi particularmente diferenciada. Nesse sentido, o levante gaúcho de 1961 constitui etapa necessária para o futuro advento da Rede do Esclarecimento, devido principalmente a dois fatores, a saber, o relativo sucesso da empreitada e a contribuição radiofônica na efetivação de um de seus objetivos.

Analisar a Campanha da Legalidade, por conseguinte, é se debruçar sobre um momento fundamental na projeção nacional de Leonel Brizola. Governador do Rio Grande do Sul, o petebista já havia se destacado como líder nacionalista regional, sobretudo após a expropriação de duas empresas estadunidenses, a ITT e a *Bond and Share*, transformadas em estatais do setor de telecomunicações e energia⁶⁶. Para impulsionar a industrialização do Rio Grande do Sul, que vinha em tendência de queda desde 1955⁶⁷, criou a Caixa Econômica Estadual, fornecendo crédito baixo para

⁶⁵ Sobre o que Ângela de Castro Gomes oferece a mais rica análise. Ver: GOMES, Ângela de Castro; D'Araújo, Maria Celina Soares. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

⁶⁶ DREIFUSS, René. *Op Cit*, p.31

⁶⁷ IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

empresários nacionais⁶⁸. Ainda em seu governo, inaugurou imponente rede de escolas, que alcançavam até as planícies vazias dos pampas gaúchos, o que para alguns demonstra sua filiação política a Júlio de Castilhos, idealizador de projeto semelhante e de quem era admirador confesso⁶⁹. A reforma agrária no Rio Grande do Sul também fora ampliada, tocando principalmente a região do Banhado do Colégio. Enfim, o conjunto de medidas no executivo estadual já lançara Brizola como homem forte do PTB gaúcho, mas sua projeção nacional só viria na crise de 1961.

Crise que estourou em 25 de agosto daquele ano quando, alegando ter sido derrotado na dita *batalha contra forças ocultas antinacionais*, Jânio Quadros, presidente que havia pouco completara sete meses de mandato, renunciou. Após grande votação no pleito de 1960, vencido pelo candidato do Partido Social Cristão (PSC) por margem expressiva, derrotando pela primeira vez a coligação PSD-PTB, que apostara na candidatura do Marechal Henrique Teixeira Lott, Quadros enfrentou resistências internas ao seu projeto de governo. Equilibrando-se entre uma orientação econômica ortodoxa e a política externa independente, o presidente via sua margem de ação limitada pela intrincada correlação de forças sociais no tabuleiro político posto. A historiografia consagrou a versão de que a renúncia presidencial foi motivada por uma tentativa de golpe⁷⁰. Jogando com a possibilidade de o cargo máximo do executivo nacional ser assumido pelo vice-presidente, sendo esse João Goulart, político trabalhista tradicionalmente identificado com as esquerdas, Quadros teria tentado pressionar os setores conservadores a aderir à sua política, avaliando-a como um mal menor. O tiro saiu pela culatra. Considerando a renúncia como ato unilateral do presidente, isto é, sobre o qual não cabia deliberação, o Congresso imediatamente declarou a vacância da presidência da República, e, como consequência, empossou interinamente o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili.

Isso porque João Goulart estava em visita ao hemisfério leste para conduzir a política externa nacional. No dia da renúncia, encontrava-se mais precisamente na China Popular, de onde ficou sabendo da manobra de Jânio Quadros. Seu histórico trabalhista se unia à localização do novo presidente da república – um país identificado

⁶⁸ FELIZARDO, Joaquim, *op. cit.*, p. 31

⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 32

⁷⁰ São muitos os autores que trabalham nessa chave interpretativa. Luiz Alberto Muniz Bandeira, no entanto, parte de análise documental para sustentar a tese. Ver: BANDEIRA, Muniz. **O governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil 1961-1964. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

como sendo do bloco socialista, em que pese as divergências então existentes entre a URSS e a China -, ressaltando suas opções políticas reais ou imaginadas pelos conservadores brasileiros⁷¹. Todo o encadeamento de fatos leva a crer que a trama fora urdida por Jânio em sua busca por se livrar das amarras dos demais poderes da república. Sendo consciente ou não, o fato é que a renúncia encetou grave crise política no Brasil, inclusive com ministros militares formando uma Junta que governou o país na prática. Em posse do poder de fato e empapados de ideologia contrarrevolucionária, o grupo de generais logo encaminhou ao Congresso um manifesto, pontuando a “inconveniência” do retorno de Goulart ao território nacional.

A medida era um golpe às instituições. Como tal, foi denunciada por políticos de todos partidos representados no legislativo. No Congresso Nacional, a leitura da advertência militar foi acompanhada de objeções e apartes que denunciavam a arquitetura golpista. Um dos poucos civis que se colocou abertamente ao lado da Junta foi o governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Desobedecendo a orientação de seu partido, a UDN, Lacerda concedeu apoio irrestrito aos que manobravam contra a legalidade institucional, rapidamente desencadeando no Rio de Janeiro repressão às manifestações populares favoráveis a Jango e censura aos meios de comunicação que denunciavam o fim da democracia brasileira.

Porém, a personagem que politicamente mais se destacou neste contexto foi sem dúvida Leonel Brizola. Tomando os microfones da rádio Guaíba, o então governador do Rio Grande do Sul denunciou o golpe em curso, dando início à Rede da Legalidade, que desde o Sul do país se pôs ao lado da defesa da constituição e, naturalmente, da posse de João Goulart na presidência da república. Fazendo levantar o povo gaúcho, Brizola contra-atacou a força das armas militares com a capacidade de mobilização popular. Em discursos apaixonados veiculados por cadeia radiofônica, o governador convocou os trabalhadores a greves gerais e à ocupação de espaços públicos. Igualmente solicitou o apoio dos gaúchos na defesa da nação e do presidente constitucional do Brasil.

A visão acima exposta é a mais aceita sobre a Campanha da Legalidade. Encontra guarida em autores consagrados na historiografia sobre o período populista,

⁷¹ Segundo Silvio Ponz, a China naquela quadra histórica, inclusive, representava ainda mais do que a União Soviética o bastião da revolução mundial. Isso porque enquanto o stalinismo teria arrefecido aquele impulso, subordinando-o à política de Estado na URSS, a China de Mao Tsé-Tung repudiava o que considerava aliancismo por parte dos soviéticos – isso se materializaria no repúdio chinês à Coexistência Pacífica concertada por Krushchev. (PONZ, 2014).

dentre eles Jorge Ferreira, especialista no tema. A análise, claro está, tem como direcionamento quase necessário a valorização da iniciativa de Leonel Brizola, considerado como um dos responsáveis pela defesa das instituições democráticas naquele contexto de crise. Nesse paradigma de análise, assim, Leonel Brizola seria o principal motivador daqueles acontecimentos. (FERREIRA, 1997, p. 6).

Todavia, essa ideia encontra resistência em parte da historiografia. Há autores que, adotando perspectiva de análise diferenciada, defendem iniciativa autônoma das organizações populares contrárias ao golpe em curso. Para estes, a organização de uma greve geral já estava sendo realizada por trabalhadores sob orientação do partido comunista antes mesmo de Brizola tomar os microfones da Guaíba⁷². Assim, a movimentação brizolista em defesa da legalidade viria após o político enxergar na correlação de forças do momento uma oportunidade para comandar a manifestação, alcançando o posto de líder popular. Fundamentada em depoimentos de personagens da época⁷³, essa perspectiva contesta a versão consagrada: mais do que apego à constituição, apontado em discursos do próprio governador gaúcho, presidiria suas ações o cálculo frio da racionalidade política.

Não se pode tomar por irrelevante a posição de Brizola, que, por cálculo político ou não, teve papel fundamental na propagação e ampliação do movimento ao formar a Cadeia da Legalidade e repercutir por todo o país as movimentações do Sul. Todavia, seria exagerado considerar os manifestantes meramente como personagens reativos, que foram evocados pelo governador gaúcho, fizeram seu papel na resistência democrática e, posteriormente, retornaram às suas casas, tudo sob a tutela de um *líder carismático*⁷⁴. Com efeito, o recurso às fontes históricas em pesquisa de João Marcelo Pereira Santos mostra que a questão é mais complicada do que isso. A partir do dia 26 de agosto de 1961, dia em que Brizola inicia a instalação da Cadeia da Legalidade, tomam espaço na Câmara de Vereadores de Porto Alegre debates sobre a movimentação popular, como mostra o mencionado autor⁷⁵. As consequências da renúncia de Jânio Quadros ainda

⁷² SANTOS, João Marcelo Pereira. **Os herdeiros de sísifo**. Ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos 1958 a 1963. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 2002, p. 174.

⁷³ Trata-se da entrevista de um dirigente sindical, Ony Nogueira, concedida a João Marcelo Pereira Santos, na qual é afirmado que “ou Brizola tomava a decisão de seguir os trabalhadores, ou ficaria para trás”. *Idem. Ibidem*.

⁷⁴ As interpretações que destacam a posição de Leonel Brizola nos eventos de 1961 têm como característica unificadora recorrerem a fundamentos da reflexão weberiana, como se verá.

⁷⁵ SANTOS, João Marcelo Pereira. *Op Cit.* p. 181

eram analisadas pelo legislativo portoalegrense quando a mobilização popular tomou as ruas. Somente um dia depois, em 27 de agosto, Brizola reivindicaria a rádio Guaíba e formaria a Cadeia da Legalidade, desde então bradando pelas ondas radiofônicas em favor da defesa da constituição. Entretanto, a organização dos gaúchos para a resistência já estava em curso, o que, no mínimo, relativiza o papel precípua que parte da historiografia costuma atribuir ao governador gaúcho durante o episódio.

Nesse sentido, a formação da cadeia radiofônica com objetivo de evocar o povo em defesa da constituição já encontrou no seio dos trabalhadores a disposição necessária para resistir ao golpismo militar. Ora, organizações ativas incentivavam a mobilização das massas pela manutenção democrática. As mais ativas delas foram os já mencionados Comitês da Resistência Democrática, inicialmente restritos aos bairros operários de Porto Alegre, mas que logo se multiplicariam, angariando trabalhadores para a defesa do regime. Tal fato parece dar força às interpretações de autores como Santos, para quem, inclusive, Brizola evitou conceder espaços a lideranças autônomas do movimento operário⁷⁶. Monopolizando a sacada do Palácio Piratini, de onde realizava seus discursos ao povo, o governador gaúcho assim assegurava passar à história – e, principalmente, ao presente, via páginas de jornais – na posição de líder da campanha.

A ambiguidade do líder popular que não se mistura ao povo não passou despercebida por jornalistas que acompanharam o evento. Mesmo a *Última Hora*, reduto trabalhista em uma mídia dominada por jornais conservadores, não poupou crítica às manobras de Leonel Brizola. Fotografia da edição de 31 de agosto de 1961 mostra, de um lado, o governador gaúcho ladeado por chefes militares e secretários na sacada da sede do governo; do outro, o povo na praça pública. A legenda completa a mensagem: “o povo, embaixo, aplaudiu os líderes trabalhistas, em cima”⁷⁷.

Algumas reflexões podem ser feitas com o exposto até aqui. A primeira delas, fruto da análise documental e historiográfica, aponta para a inconveniência de considerar Brizola como o *motivador* da mobilização popular que tomou lugar no Rio Grande do Sul. Se sua participação foi, sem dúvidas, importante, principalmente ao ampliar o alcance do movimento, não se pode colocar em sua conta a idealização e a

⁷⁶ SANTOS, *Op cit.* p. 185.

⁷⁷ *ÚLTIMA HORA*, 31 de agosto de 1961.

precipitação do movimento popular. Como se viu, o mesmo já era organizado antes da Rádio Guaíba entrar em cadeia com outras emissoras e a voz de Brizola ecoar pelo país. Seu posicionamento frente à crise, bem como a estratégia de capitalização política com o acontecimento, insinuada ainda em seu momento histórico por *Última Hora*, devem ser encaradas pelo viés do cálculo político e da busca por projeção nacional.

Em outra corrente historiográfica, porém, esta hegemônica, a liderança de Brizola é majoritariamente aceita, o que coloca o governador gaúcho como o principiante da organização popular que assegura o regime democrático no Brasil de 1961. Nas interpretações mais clássicas, insinua-se tacitamente uma chave interpretativa sobre o período, ao mesmo tempo histórica e historiográfica: a que desconsidera a iniciativa política dos trabalhadores. Joaquim Felizardo, cuja obra ostenta o selo de *síntese historiográfica*, atribui ao “povo” a passividade da função de seguir. Ao chamado de Brizola, assim, ele teria atendido, erguendo-se no “último levante gaúcho”⁷⁸. Em reflexão mais recente, mas que se vincula à mesma corrente de análise, Jorge Ferreira também diminui a autonomia popular, mas de outra forma. Ao explicar o sentido da mobilização social naquela quadra histórica, o autor recorre ao sagrado baseado nas reflexões de Mircea Eliade (1997, p. 16). De acordo com o autor, a ativação da população riograndense se deu para defesa da ordem “cósmica” que era ameaçada pelo “caos”. Em outras palavras, Porto Alegre era, na visão dos manifestantes, o “centro do mundo” a ser resguardado das forças que ameaçavam destruí-lo, modificá-lo, invertê-lo. Cremos que a operação em que incorre o historiador é minimizadora da ação estratégica dos rebelados, ao deslocar para o âmbito do sagrado uma movimentação de cunho essencialmente político. É como se a única força motriz capaz de mobilizar o “povo” – no caso, o gaúcho, mas no fundo qualquer “povo” – fosse o misticismo, estando este para além – ou, mais precisamente, *aquém* – da racionalidade *política* – não liberal, mas qualquer uma. Vale acrescentar que Ferreira abandonou essas opções teóricas em trabalhos mais recentes. No encadeamento da trama de suas obras, entretanto, o protagonismo de Leonel Brizola naquele processo político ainda é evidente, restando muito pouco para uma organização popular autônoma.

Em outras obras lançadas nos últimos anos, o modelo interpretativo aqui exposto permanece. Consubstanciando a historiografia tradicional com a opção teórica feita,

⁷⁸ FELIZARDO, Joaquim. *Op cit.* P. 32

reflexões como a de Sento-sé (1999) e Baldisserra (2003) postergam a visão epidítica sobre Brizola e a *sua* Campanha da Legalidade. Nesse caso, a conclusão é algo condicionada por uma interpretação particular da opção teórica feita – notadamente a leitura de Max Weber. Assim, ganha relevo o conceito de liderança carismática. Devido a um *dom* recebido, há uns poucos escolhidos está reservada a *vocação para a política*⁷⁹. O resultado da pesquisa, nesse sentido, dificilmente poderia diferir do que segue.

Brizola, desde os tempos de deputado estadual no Rio Grande do Sul – 1947 a 1951 – tinha grande capacidade de comunicação com o povo. Era *líder nato*, sem muita base teórica, empírico, tendo aprendido por observação e por sua vivência, como nos demonstra muito bem⁸⁰. [grifos meus]

A ideia expressa no fragmento, principalmente a da natureza da liderança de Brizola, tem implicações ao mesmo tempo históricas e historiográficas. Ora, afirmar que a faculdade política brizolista era de nascença é afirmar, em contrapartida, que há líderes naturais. Eis para onde leva a lógica da argumentação: os que seguem *devem* seguir, pois é essa sua posição *nata*. Dessa forma, prejudica-se a compreensão das bases históricas da construção de Brizola como o líder popular – que, no entender desta pesquisa, elabora-se nacionalmente precisamente a partir desse episódio.

Em outras palavras, a “política como vocação” vai além de afirmar a fonte – “carismática”⁸¹ – do poder desse tipo ideal de liderança: induz o raciocínio a qualificar certos homens como naturalmente destinados a comandar. Perde-se, pois, uma oportunidade de reflexão sobre a construção social e histórica dos líderes e mesmo da necessidade de lideranças. No limite, tal posicionamento teórico cria como uma casta de políticos profissionais, responsáveis pela gestão do(s) regime(s) político(s), sem que a base dessa dominação seja jamais escancarada como construto.

As críticas feitas, assim, pautam-se pelo que se entende como radicalização da participação de Brizola – o que indica a reprodução de um discurso que foi produzido à

⁷⁹ WEBER, Max. Política como vocação in: _____ **Ciência e política**. Duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1999.

⁸⁰ BALDISSERA, *op cit.* p. 18

⁸¹ Em seu ensaio *A política como vocação*, Max Weber define o conceito de poder carismático como o *dom inato* a certos humanos, que, a partir dele, exercem influência sobre um corpo social, transformando aquele atributo *natural* em base de uma forma de dominação.

época do *sucesso relativo* da Campanha da Legalidade⁸². Com isso não se quer anular a atuação política do governador gaúcho. Ora, em que pese a parcial cooptação do movimento por Brizola, seu potencial motivacional não pode ser dirimido por completo. Afinal de contas, se ele não iniciou a organização popular em defesa da democracia, deu a ela alcance provavelmente impossível de ser atingido autonomamente naquele espaço de tempo. Porém, o que mais interessa aos limites desse trabalho é a experiência de Brizola na mobilização das massas – e essa, ainda que parcialmente imaginada, foi experimentada como real pelo governador gaúcho, haja vista sua inserção no repositório de táticas políticas particulares. Importa também o meio que se usou para alcançar o objetivo: as ondas do rádio. Por conseguinte, e ainda que por motivações particulares, foi na Campanha da Legalidade que Leonel Brizola experimentou a liderança na organização popular – e a repercussão do levante gaúcho deu mostrar de que, nesse intento, ele foi bem sucedido. A constituição de uma rede de emissoras coligadas para difundir discursos do político gaúcho pelas rádios de todo o Brasil tornou evidente o potencial do veículo. Ambas as experiências, a saber, a mobilização popular e a radiofonia seriam constituintes da política de Brizola a partir de então, de modo que a o levante gaúcho desponta como um ensaio para o biênio de 1963-64.

Além disso, dessa forma Brizola começou a construção de sua projeção nacional. A Campanha da Legalidade logo se tornou ponto incontornável da projeção de Brizola como personagem política e histórica. Mesmo atualmente, mais de 50 anos depois, seus discursos à frente da Guaíba ainda chamam atenção – estando disponíveis em plataformas de mídia *on-line*, com milhares de visualizações⁸³. Se o evento alavancou a posição de Brizola na cena política, também serviu para conformar sua retórica e sua posição autoatribuída de porta-voz do *povo brasileiro*.

Pedimos ao povo gaúcho e ao povo brasileiro que acompanhem as transmissões da Rede da Legalidade. Aos traidores e aos golpistas, aos gorilas, nós aqui declaramos que eles não perdem por esperar. Eles irão prestar contas ao povo brasileiro pelos crimes que estão cometendo contra a

⁸² Diz-se *relativo* porque, dados os objetivos da mobilização, a Campanha da Legalidade pode ser interpretada como uma meia vitória. Ora, o parlamentarismo limitou os poderes de João Goulart, representando uma vitória dos conservadores. Entretanto, a simples posse do vice-presidente e mesmo a repercussão da mobilização em defesa de seu mandato não podem ser esmaecidos, significando um avanço dos setores progressistas.

⁸³ No Youtube, o *Discurso da Legalidade* tem diversas referências – sendo possível ouvir inclusive o áudio original, já executado quase 5 mil vezes – quantidade considerável se tratando da temática. Na mesma plataforma, documentários sobre o evento adotam o tom aqui apontado como hegemônico: é a figura de Brizola ornada como o salvador da República. Ver: https://www.youtube.com/watch?v=e0o_XKIIW_k (acesso em 31/08/2015, às 10:27)

Constituição e contra os direitos e conquistas democráticas do nosso povo. A ele queremos dizer que não cremos nessas mistificações, essas acusações de que somos subversivos, anarquistas, extremistas, comunistas. A eles queremos dizer, o que fala daqui é o sangue gaúcho e de brasileiro que corre nas nossas veias⁸⁴.

A fraseologia que Brizola utiliza em 1961 o acompanharia até o golpe de 1964 e sua fuga do Brasil. O ataque aos gorilas seria reeditado, sua posição de *voz do sangue gaúcho e brasileiro* seria reencenada na Rede do Esclarecimento. A retórica de Brizola, para muitos principal expressão de seu carisma, não era um *dom*. Formou-se historicamente, ao sabor das experiências políticas de seu detentor. É, assim, inimaginável pensar o Brizola de 1963-64 sem relação com o governador gaúcho de poucos anos antes. A Campanha da Legalidade o projetara como líder reformista, como homem de boa retórica, como político nacional – mas a construção de sua vitória, principalmente a posição que foi atribuída a Brizola naquele desfecho, serviu para reforçar uma mistificação. Não a que ele ataca no trecho acima, mas a que o postula capaz de, pelo poder da voz, *levantar o povo* em defesa da nação.

Rádio Mayrink Veiga

No que interessa aos objetivos desta pesquisa, analisar a trajetória da *rádio Mayrink Veiga* se mostra fundamental, a fim de melhor se conhecer o veículo que nos anos 1960 serviria de instrumento político das forças trabalhistas na luta pela implementação de seu projeto social. Encampada no início dos anos 60 por aquele grupo político, tendo à frente Leonel Brizola, que passou a assumir periodicamente os microfones da emissora, a Mayrink Veiga se constituirá instrumento político dos nacional-reformistas, como mais à frente se verá. Antes de chegar a esse momento, contudo, a trajetória da estação foi longa. Poucos estudiosos se dedicaram a analisá-la, porém, sendo os recursos bibliográficos sobre o assunto escassos. Entretanto, à medida do possível, buscar-se-á reconstruir o percurso que tornou a rádio uma das mais populares do Rio de Janeiro, funcionando posteriormente, entre 1963 e 1964, de base para a reencenação dos sucessos ocorridos no Rio Grande do Sul dois anos antes e vistos acima, quando se tratou da Campanha da Legalidade.

⁸⁴ *Idem, ibidem.*

Fundada em 1926, a Rádio Mayrink Veiga adotou em seus primeiros momentos o padrão de financiamento da época. Embora tivesse um proprietário, Alfredo Mayrink Veiga, era o sistema de sociedade que garantia a manutenção da emissora, com venda de assinaturas para os colaboradores. Sem grande sucesso em seus primeiros passos, nos anos 20 a família Mayrink Veiga, representante da alta sociedade carioca e dona de investimentos no setor de comércio externo, destaca-se mais pela venda de rádios do que propriamente pela radiodifusão⁸⁵. Pesquisar qualquer informação sobre a emissora nos jornais da época é uma tarefa árdua, sendo muito mais comum se deparar vez ou outra com anúncio da firma comercial, principal ramo de atividade da família.

As coisas mudariam, no entanto, ao longo dos anos 30. A partir de 1932, a emissora começa o percurso de inovações, o qual trilharia durante sua existência. Como anunciado em *O Jornal*, em janeiro daquele ano quatro emissoras irradiariam um mesmo programa simultaneamente. Seriam elas as paulistas *Rádio Educadora* e *Rádio Club do Brasil*; e as cariocas *Rádio Sociedade Record* e *Rádio Mayrink Veiga*⁸⁶. O programa apresentava ao Brasil um novo modelo de automóvel, sendo patrocinado pela *General Motors*. Com a publicidade ainda não regulamentada no rádio – as inserções comerciais só seriam permitidas a partir de março de 1932 – uma forma de se viabilizar as emissoras era a venda de programas para patrocinadores, que então custeavam as despesas da irradiação. Como completa a notícia, o “Super-Chevrolet” foi apresentado na primeira cadeia de rádio do Brasil⁸⁷.

A apresentação simultânea da mesma programação logo seria reeditada pela rádio Mayrink Veiga. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, a Rádio Record de São Paulo protagonizou, nas ondas radiofônicas, o veículo de combate dos insurretos, transmitindo discursos que congratulavam os rebeldes e condenavam o “ditador Getúlio”. Para tanto, contou com a colaboração da carioca Mayrink Veiga, que se aliou à emissora paulista retransmitindo em território fluminense os brados de César Ladeira, locutor-símbolo da “revolução”. A ação não passou impune. Embora não houvesse censura formal no Brasil, na prática as autoridades policiais da capital federal

⁸⁵ Nos primeiros anos de existência, a rádio Mayrink Veiga investia em uma programação de fundo cultural, como evidenciado por programas de rádio apresentados em diários da época, principalmente *A Noite* e *O Jornal*. A opção se deve à admiração que Alfredo Mayrink Veiga, fundador da emissora, sentia por Roquette-Pinto, um dos incentivadores do radialismo educacional no Brasil.

⁸⁶ *O JORNAL*. Rio de Janeiro: 28 de janeiro de 1932, p. 5

⁸⁷ Idem. Ibidem. P. 5

da república reprimiram os ouvintes e interviram na emissora, a fim de quebrar a cadeia de apoio aos paulistas.

Procurar informações sobre o evento nos periódicos cariocas é uma tarefa infrutífera. Não há qualquer rereferência nas páginas dos diários do Rio sobre a cadeia de rádio formada entre a *Record* e a *Mayrink Veiga*, tampouco a intervenção federal nesta última. Ao analisar a paulista *A Gazeta*, todavia, surgem descrições da violência governamental contra a rádio e seus ouvintes. De acordo com o jornal, a “ditadura” de Vargas não mais deveria controlar os meios de comunicação com intuito de afastar o povo fluminense do conhecimento sobre o desenrolar do conflito em São Paulo. A reportagem continua citando especificamente o caso do prefixo PRA-9, como também era chamada a *Mayrink Veiga*, invadido pelo governo para não mais funcionar em cadeia com emissoras paulistas que apoiavam a “revolução”⁸⁸.

Assim, a Rádio Mayrink Veiga começou a ganhar relevância no cenário da radiofonia carioca por seu suporte político a uma causa derrotada. Debelada a insurreição, a emissora buscou se livrar dessa mácula de adversário do regime, enfatizando temas bem mais amenos. Notadamente a partir de 1933, com a chegada de César Ladeira, a reorientação da rádio ficou em evidência. De uma estação que priorizara produtos culturais, palestras educacionais e música erudita, a *Mayrink* então passou a investir fundamentalmente em música popular. Quem capitaneou os novos rumos foi o locutor-símbolo da Revolução Constitucionalista, que, após ser preso por seus discursos à frente da *Rádio Record*⁸⁹, conquistou notória popularidade, lançando inclusive um livro sobre o ocorrido⁹⁰.

A fama conquistada pelo locutor fez com que a *Mayrink Veiga*, que buscava expandir sua audiência no Rio de Janeiro, convidasse-o para assumir o cargo de diretor artístico. Com Ladeira nos bastidores, a emissora se reinventou, comandando uma etapa da modernização do rádio brasileiro. Cachês de artistas foram abolidos e contratos de trabalho, com direito a férias remuneradas, foram instituídos. A procura de novos talentos para alavancar a audiência foi iniciada, e a busca resultou muito bem sucedida, trazendo para a frequência nomes como Francisco Alves, o “rei da voz”; Silvío Caldas,

⁸⁸ *A GAZETA*. Rio de Janeiro: 21 de agosto de 1932, p. 1

⁸⁹ *A NOITE*. Rio de Janeiro: 27 de outubro de 1932, p. 3

⁹⁰ Trata-se de LADEIRA, César. **Acabaram de ouvir...** Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1933

o “caboclinho querido”; Moreira Silva, o “Tal”; e Carlos Galhado, “cantor que dispensa adjetivos”, todos apelidados pelo novo diretor.

Mas certamente a maior descoberta da *Mayrink* foi mesmo Carmen Miranda. Apresentada como “A Pequena Notável”, a cantora logo alcançou grande sucesso, impulsionando o reconhecimento da emissora carioca. Cantando sambas, fez por merecer um acordo de trabalho no valor de dois contos de reis, algo em torno de 400 dólares. Transformando-se na garota propaganda da PRA-9, excursionou pela Argentina, possibilitando, assim, a primeira transmissão do exterior por uma rádio brasileira⁹¹. Carmen Miranda permaneceria no elenco da rádio até 1936, quando, assediada pelas *Rádios Associadas* de Assis Chateaubriand, assinaria contrato pela *Tupi*.

Continuando no trajeto de pioneirismo, a rádio *Mayrink Veiga* também seria a primeira a transmitir, pelas ondas do rádio, peças de teatro. Organizada por Ladeira, a programação, que se tornava fixa, reservou um espaço, todas as sextas-feiras, para irradiar eventos do Teatro Carlos Gomes, localizado na Praça Tiradentes, do Rio de Janeiro.

Os esforços coletivos, mas capitaneados por Ladeira, personagem que se tornaria então mítico para o rádio brasileiro, geraram frutos. A *Mayrink Veiga* se conservaria ao longo dos anos 1930 como líder de audiência no Rio de Janeiro. Somente na década seguinte, com o surgimento da *Rádio Nacional* – que trouxe uma nova onda modernizadora para o veículo – a PRA-9 conheceu um rival à altura. Patrocinada pelo governo federal, o poder de investimento da *Nacional* logo fez com que parte do *cast* da *Mayrink Veiga* trocasse de emissora. Dentre eles, o diretor artístico César Ladeira⁹². Começava, então, a fase expansiva da *Nacional*, o que, todavia, jamais significou o fim da PRA-9, apenas o seu recuo para um patamar inferior.

A *Mayrink Veiga* volta ao centro das atenções no início da década de 1960, com o advento da Campanha da Legalidade. Após a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart se tornou o próximo na linha sucessória da presidência da república. Político com extensa tradição trabalhista, Jango, contudo, sofreu oposição de militares, empresários e políticos, que vetaram sua posse. Em defesa do cumprimento da Constituição, Leonel Brizola reivindicou a rádio Guaíba, maior de Porto Alegre, e por meio das ondas de

⁹¹ *O JORNAL*. Rio de Janeiro: 14 de novembro de 1934, p. 11

⁹² *JORNAL DO BRASIL*. Rio de Janeiro: 11 de fevereiro de 1941, p. 13

rádio promoveu discursos contra o golpe que se avizinhava. Reencenando os eventos da Revolução Constitucionalista de 1932, a Rádio Mayrink Veiga se conectou à emissora de Porto Alegre. O sucesso da empreitada, que assegurou o governo de Jango, embora com poderes reduzidos, revelaria o potencial político que a rádio Mayrink Veiga ainda conservava no Rio de Janeiro.

Já fatiada desde o fim dos anos 1940, quando Antenor Mayrink Veiga, filho de Alfredo, o fundador da rádio, vendeu 50% da emissora para a Organização Vitor Costa, a rádio deixaria totalmente de ser propriedade da família Mayrink Veiga em 1962. Neste ano, o senador Miguel Leuzzi (PTB-SP), trabalhista de força na luta pelas reformas de base, compra o restante das ações e assume o controle da estação. Findava assim a experiência da família Mayrink Veiga nas ondas radiofônicas. Mas a emissora conservou seu nome, dando início a uma nova experiência. A partir de então, os usos políticos do veículo seriam cada vez mais constantes.

Sob posse dos trabalhistas, a rádio rapidamente seria utilizada como instrumento na luta pelas reformas de base, levada a cabo por aqueles identificados como “a ala mais radical do PTB”⁹³. Leonel Brizola, então deputado federal pela Guanabara, transformou a rádio em palanque de discursos inflamados a favor das reformas de base, contra o imperialismo estadunidense e a exploração do povo pelos “gorilas” antinacionais. A partir de 1963, Brizola ganhou intervenções semanais à frente dos microfones da rádio, sempre às sextas-feiras, normalmente às 21h30. Durante as palestras, algumas com até oito horas de duração, a conjuntura política brasileira era analisada, a história do país era debatida e a luta pelas reformas de base incentivada.

A partir do final de 1963, com a conjuntura política brasileira se acirrando entre nacional-reformistas, conservadores e reacionários, Leonel Brizola decidiu promover, pelos microfones da rádio, a “organização popular com objetivo de impedir o golpe contra as instituições democráticas”. Difundia-se, assim, o manifesto de criação dos Grupos de Onze, células populares de “debate político” e “defesa da nação”⁹⁴. Os também chamados Comandos Nacionalistas eram grupos de onze pessoas, “à maneira

⁹³ FERREIRA, Jorge. O governo João Goulart e o golpe civil militar de 1964. In: _____; DELGADO, Lucília de Almeida (org). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, v. 3.

⁹⁴ **O PANFLETO**. Jornal do homem de rua. Rio de Janeiro: 17 de fevereiro de 1964, p. 14-15.

de um time de futebol”⁹⁵, que deveriam ouvir as emissões da rádio *Mayrink Veiga* quando Brizola falasse e se preparar para o “momento do desfecho”, que se aproximava, quando seriam instados a defenderem o regime e as reformas de base.

Nestes momentos, a rádio *Mayrink Veiga* se imbricou àquilo que foi chamado “Rede do Esclarecimento”, organização que objetivava difundir no povo a perspectiva nacionalista e reformista detida por setores trabalhistas. A partir da rádio – e de suas receitas, que continuaram vindo principalmente de publicidade, facultada pela grande audiência que manteve durante todo o período – teria sido possível financiar a publicação de *O Panfleto*, jornal reformista que chegou às ruas em fevereiro de 1964, somando no total sete edições. Em análises do periódico, salta à vista o grande volume de anúncios da referida rádio, indicando tanto uma tática para aumentar sua audiência quanto a possibilidade da *Mayrink Veiga* constituir importante fonte de patrocínio da publicação.

Ao contrário da bem sucedida Cadeia da Legalidade, a Rede do Esclarecimento teve vida efêmera. Sua existência ruiu sob as botas dos golpistas de 1964. Efetivada a deposição de João Goulart, uma vítima de primeira hora foi a *Mayrink Veiga*. Invadida por tropas paramilitares a mando de Carlos Lacerda ainda na tarde do 1º de abril, manteve-se sob intervenção militar por um ano⁹⁶. A investigação na sede da rádio forneceria provas, ainda que forjadas, do comprometimento de Brizola com a insurreição nacional⁹⁷. O acesso dos golpistas à documentação existente no local pôs em risco também simpatizantes dos nacional-reformistas. Cartas de Grupos de Onze enviadas à emissora foram apreendidas, seus remetentes sendo submetidos a inquéritos policiais militares (IPM’s) baixo acusação de “subversão”⁹⁸. Apoiadora do movimento de primeiro de abril, a grande imprensa ofereceu suporte para a propagação de versões que culpavam a rádio e Brizola de *delitos políticos*. O anticomunismo atingia níveis históricos. No embalo, factoides foram criados, como o mito do paiol de armas que brizolistas deteriam por todo o Brasil. O *Jornal do Brasil* de 17 de abril anunciou o “aborto” da “revolução comunista marcada para o dia primeiro de maio” daquele ano.

⁹⁵ *Idem, ibidem.*

⁹⁶ **JORNAL DO BRASIL**. Rio de Janeiro, 05 de abril de 1964, p. 5

⁹⁷ **JORNAL DO BRASIL**. Rio de Janeiro, 05 de abril de 1964, p.11; **JORNAL DO BRASIL**. Rio de Janeiro, 17 de março de 1964, p.1

⁹⁸ Fundos documentais com inquéritos policiais militares de participantes dos “Grupos de Onze” se encontram, dentre vários arquivos espalhados pelo Brasil, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Nas fichas dos IPM’s, é frequente o indiciamento por posse de “documentos subversivos”, em referência a jornais de diversas orientações políticas, dentre eles *O Panfleto*.

De acordo com o diário, a *revolução brasileira* seria desfechada por ataques de “Grupos de Onze” espalhados pelo país e comandados por Leonel Brizola a partir da rádio carioca. As instalações da *Mayrink Veiga*, vasculhadas, forneceriam provas do plano de tomada do poder, mas sua apresentação seria postergada sempre para o amanhã⁹⁹.

Invadida de diferentes maneiras pelos novos controladores do Estado, a *Mayrink Veiga*, que se transformou no início dos anos 1960 em ícone trabalhista, contudo, não padeceu somente por atos de brutalidade. O estrangulamento jurídico e a inviabilização econômica também foram armas da ditadura contra o veículo. Durante o momento inicial do novo regime, Miguel Leuzzi foi indiciado pela compra, supostamente irregular, da emissora¹⁰⁰. O veredito da ação foi a desapropriação da rádio, que passou então à posse do governo federal. Os jornais noticiaram, alguns com incontida alegria, o fim da subversão pelas ondas radiofônicas¹⁰¹. O mesmo *Jornal do Brasil* que apontara a emissora como *polo revolucionário* adotou um tom lamentoso, lembrando que se encerravam de maneira dramática as transmissões da “emissora-símbolo” da década de 1930 carioca. Assim era o *comunismo* no Brasil, capaz de vituperar a História, de subverter os bons. Em posse de militares, os microfones da *Mayrink Veiga* emitiram as últimas palavras em 1965. Então, calaram-se para sempre.

Brizola no rádio

[Para essa minoria] democracia é o regime de minorias privilegiadas. Desenvolvimento econômico para essa minoria é o enriquecimento próprio e o empobrecimento do povo. Em matéria de liberdade, a única que defendem mesmo é a liberdade de lucrar e fazer negócios. Ordem para essa minoria é a ordem dos cemitérios¹⁰².

Assim Brizola se exprimia pela *Mayrink Veiga* entre 1963 e 1964. Em discursos inspirados, reeditava a experiência dos tempos de rádio Guaíba e da Cadeia da Legalidade. Dessa vez, todavia, seus inimigos eram mais específicos: “forças do atraso, vendilhões da pátria, inimigos do povo que querem mantê-lo na miséria”. Assim

⁹⁹ *JORNAL DO BRASIL*. Rio de Janeiro, 17 de março de 1964, p.1

¹⁰⁰ Fundo BR ANRIO PH.0.TXT.2889, Fundo BR ANRIO TT.0.MCP, AVU.391, pasta 238.

¹⁰¹ *O ESTADO DE S. PAULO*. São Paulo: 16 de novembro de 1964, p. 22.

¹⁰² Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 1

qualificava o “antipovo”, em outras palavras, as classes dominantes patrocinadoras do “atraso”: os setores internacionalizados, os empresários da grande mídia, os latifundiários da agricultura de exportação. No biênio referido, Brizola declararia guerra a esses grupos sociais - notadamente de grande poder econômico e político na república que vigia. A partir de agora, pois, analisaremos como Brizola tentou efetivar o conjunto de reformas entendidas como fundamentais para livrar o Brasil dos grilhões da dependência e do atraso. A modernização econômica que viria daí, porém, não deixaria de ter seu aspecto conservador, demonstrando atributos contraditórios do que se considera a epítome das esquerdas no período (FERREIRA, 2011; REIS, 2000).

Para entender o caráter estratégico dessas intervenções de Brizola há de se antecipar que consideramos a rádio *Mayrink Veiga* como um aparelho privado de hegemonia funcionalizado em nome de um setor representante das classes populares que, contudo, objetivava transformações do tipo democrático-burguês. Em outras palavras, a emissora aqui é considerada uma organização que objetivava defender o projeto social dos nacional-reformistas – travando o que Gramsci nomeara *guerra de posições* pelo controle do Estado¹⁰³. Assim sendo, convém explicar resumidamente o que se entende pelos conceitos relacionados acima.

Aparelho privado de hegemonia, no esquema teórico gramsciano, é um meio que se utiliza para alcançar o consenso social sobre determinada causa. Isso se dá pela hegemonização de uma ideologia interessante àquele objetivo. Nesse raciocínio, o dito acordo é alcançável pela naturalização de uma ordem que, precisamente por isso, deixa de ser vista como arbitrária, parcial, atingindo o estatuto de *representação da realidade efetiva*, condicionando a orientação dos indivíduos na sociedade. Por conseguinte, a hegemonia engendra uma forma de estar no mundo, de reconhecê-lo; por meio dela, pessoas e classes sociais, em diferentes níveis, orientam suas práticas diuturnas¹⁰⁴. Há logo que se ressaltar, porém: a hegemonia *jamais* é total, pois comporta a possibilidade de sua superação – o que não estaria posto na hipótese de *hegemonização totalizante*. Seu poder reside, assim, no consenso da maioria. A minoria é tratada conforme sua relação com a ordem estabelecida: se opositora, é combatida por representar um óbice à efetivação da cultura que busca ser dominante; se alternativa, consiste na proposta de

¹⁰³ GRAMSCI, Antônio. Maquiavel. Notas sobre política. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999a.

¹⁰⁴ WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Unesp, 2011, p. 51.

novo modo de ser, que, todavia, não representa ameaça imediata à naturalização da ordem; por isso é tolerada¹⁰⁵.

Posto isso, há que ressaltar o projeto social defendido por Brizola e reformistas: um capitalismo brasileiro, relativamente autônomo em relação ao sistema internacional – na medida em que interioriza os mecanismos decisórios da economia nacional. Da forma como entendemos, o Brasil defendido pelos trabalhistas analisados representaria um estágio específico do desenvolvimento social no país, ao mesmo tempo modernizador e conservador. Seus elementos modernizadores são identificados na defesa do aprofundamento industrial e tecnológico do país, do rompimento da dependência externa, da expansão da democracia – identificada pela ampliação do acesso aos direitos do cidadão, notadamente o de sufragar¹⁰⁶. Já o aspecto conservador se refere à manutenção da ordem burguesa, pela associação também das classes trabalhadoras ao seu desenvolvimento – processo que fora iniciado por Getúlio Vargas, mas que em Leonel Brizola e nos petebistas analisados encontra um ponto de radicalização.

É este, portanto, o olhar que guia nossa análise. A passagem da teoria para a prática encontra, é claro, limitações e potencialidades, uma delas sendo de ordem documental. O *corpus* de fontes privilegiado neste capítulo é a atuação de Brizola na rádio *Mayrink Veiga*, esfera radiofônica de atuação da *Rede do Esclarecimento*. Localizado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), o material foi pouco trabalhado por pesquisadores e arquivistas. Assim sendo, o total de cinco fitas k-7 não se encontra datado com precisão, referindo-se genericamente ao biênio de 1963-64. As análises aqui realizadas, por conseguinte, referem-se a esse período, sem possibilidade de precisão maior. Acreditamos, todavia, que esse fato não inviabiliza a pesquisa. Em vez disso, encaminha-a para o tratamento de temas conjunturais do momento, minorando interpretações com base em marcos temporais mais precisos. Assim, o material foi dividido metodologicamente em três eixos temáticos, que possibilitam reflexão sobre a estratégia política de Brizola e seus companheiros. São eles a) o aspecto pedagógico da interpretação histórica do período; b) a qualificação de setores sociais como “antipovo” e “antinacionais”; c) defesa e condições da

¹⁰⁵ *Idem. Ibidem.* P. 56-58.

¹⁰⁶ Aqui se refere à defesa da reforma política e inclusão dos analfabetos no sufrágio.

“organização popular”. Aspectos formais típicos da locução radiofônica completam a análise.

No primeiro eixo apontado, debruçamo-nos sobre a reconstituição histórica que Brizola faz de 1945 até o seu presente. Pela análise documental, percebeu-se que a preocupação em difundir uma interpretação da mencionada quadra histórica compõe parte significativa das intervenções do político na rádio – realizadas todas as sextas-feiras, às 21h30, desde que a emissora fora adquirida por um de seus partidários, conforme visto a cima. Essa análise nos conta que, finda a deflagração mundial, as potências imperialistas retomaram seu empenho de exploração sobre certas áreas do globo, aprofundando as dependências econômicas dos países localizados nesses territórios. Em que pese a luta contra setores nacionalistas locais, que reagiram às iniciativas espoliativas externas, o “sistema econômico e financeiro internacional” insistiria em curvar a maioria das nações aos seus desígnios. A batalha de Getúlio Vargas, assim, seria de um brasileiro pela “libertação” de seu povo, que só pode ser conquistada com “independência econômica e social”¹⁰⁷.

Aproximamo-nos rapidamente de um desfecho desse período cruel que se iniciou desde o fim da última guerra. O presidente Getúlio Vargas, em 1954, decidiu morrer dramaticamente para que nós, brasileiros, sob o impacto de seu sacrifício, viéssemos a compreender a grande mensagem contida em sua Carta Testamento. O imortal brasileiro decidiu morrer para que nós despertássemos. Sua mensagem é uma convocação dirigida a todos os brasileiros e patriotas para a luta contra a espoliação internacional de nossa pátria por ser essa a causa e origem profundas desse quadro de injustiças, de sofrimentos, de angústias, de pobreza que vem tornando a vida humana insuportável em nosso país¹⁰⁸.

O encadeamento de significantes proposto por Brizola engendra um novo significado, que, contudo, não necessariamente está na história. A operação, assim, é ideológica, não porque *deforma a realidade*, mas por revelar um *modo de conhecer* que em última instância é pressionado pela vinculação do observador a um projeto social específico: a libertação do Brasil da espoliação internacional e o desenvolvimento autônomo de um capitalismo tipicamente brasileiro.

Assim sendo, a reconstrução da história do período efetua uma *seleção interessada* da *tradição* política brasileira. A atuação de Getúlio Vargas é recuperada, mas reelaborada de acordo com os interesses imediatos de Brizola e da frente de

¹⁰⁷ Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 1

¹⁰⁸ *Idem*

esquerda que identificou reformas e revolução, da qual participavam trabalhistas, comunistas e *supostamente* uma burguesia nacional rival do imperialismo porque portadora do *sentido de progresso* social, e, precisamente por isso, capaz de livrar o Brasil de “arcaísmos” baseados naquela espoliação externa¹⁰⁹. Ganha sentido a atitude de Brizola ao enfatizar, na sua exposição, um aspecto que tem interesse político imediato: a luta contra a “espoliação internacional realizada pelo imperialismo e pelos seus aliados no interior da nação”¹¹⁰. Na passagem, pois, vemos a história sendo utilizada para fundamentar uma posição política. Ora, se Getúlio Vargas, cuja liderança do país fora chancelada pelo apoio popular, colocou-se contra os grupos internacionalizados da economia brasileira e o sistema financeiro internacional, era legítima a posição adotada por Brizola – que se ergue contra os mesmos inimigos do presidente morto. Atua-se, assim, no sentido de buscar a transferência de capital político de um detentor para outro, marcando a continuidade de uma tradição de lutas sociais a favor do “povo” e da “nação”.

Com efeito, contar a história brasileira de 1945 até seu presente é funcional à fixação de uma interpretação particular – que é determinada por interesses políticos. Fazê-la pelo rádio é tanto mais significativo e propicia algumas reflexões. Ora, o uso da radiofonia, ao menos nos primeiros momentos de sua ampliação no Brasil, esteve intimamente associado a motivações educacionais. Recorrer a ela para reelaborações históricas é ilustrativo não só do sentido que ainda se atribui àquele meio de comunicação nos anos 60, mas também do tipo de estratégia política que se intenta: a formação – por meio de ferramentas pedagógicas – de uma consciência histórica e política útil aos interesses dos nacional-reformistas. Em outra palavra, o rádio, veículo de grande alcance social e potencial formador, é um *aparelho de hegemonia* utilizado pelos agentes sociais analisados para difundir sua ideologia e, por extensão, possibilitar – no plano da luta política constitucional – a realização das reformas de base. Ora, se o posicionamento no campo político era determinado em última instância pelo voto,

¹⁰⁹ O mito da *burguesia nacional progressista* foi combatido ainda no período analisado, sobretudo por Caio Prado Jr e Florestan Fernandes, que demonstraram o compromisso estrutural entre a burguesia brasileira e o imperialismo. O primeiro sustentou, ainda, que o fetiche do democratismo burguês teve inclusive usos políticos no Brasil, fazendo pensadores críticos operarem nos limites da ordem (PRADO JÚNIOR, 1977, p.121). Todavia, sua penetração no pensamento de esquerda – principalmente dos comunistas e marxistas, presos a uma noção etapista da história, a qual apontava para a fase de “libertação nacional” como necessariamente prévia à revolução socialista - prolongou a existência mítica daquele grupo social. Ver: PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1977; FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Globo, 2010.

¹¹⁰ Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 1

defender as reformas é, ao mesmo tempo, fundamental para ampliar o quociente de votantes e a representação dos trabalhistas no sufrágio. Isso porque, além de ser uma pauta popular¹¹¹, aquelas medidas versavam também sobre a expansão do eleitorado por meio da concessão do direito de sufragar aos analfabetos. Há que ressaltar seu impacto quantitativo na população brasileira dos anos 60. Este novo e massivo eleitorado, a quem, pelo rádio, poder-se-ia alcançar, estava exposto, pela iniciativa de Brizola, a ser sujeito da formação de um conjunto de disposições políticas necessárias para se identificar com o PTB, com as reformas e, conseqüentemente, com os candidatos integrantes da legenda que as defendiam. Em outras palavras, eram audiência-alvo dos petebistas antes mesmo da expansão do direito aos analfabetos. Dessa forma, Brizola e seus companheiros semeavam o terreno que mais tarde colheriam - aumentando a influência do seu partido e, no caso de Brizola, sua própria. Para tanto, buscar vinculação com o varguismo foi uma tática amplamente utilizada.

Muitos questionam o porquê de Vargas não ter mencionado as reformas de base em sua carta de despedida. Ocorre que, embora sem fazer uma referência expressa às reformas de nossa estrutura interna, está implícito na carta de Vargas o conceito de que reformas e libertação são termos de um mesmo problema. Em uma economia espoliada como a nossa, submetida a um processo constante de descapitalização, reformar quer dizer organizar uma sociedade justa, reter o fruto do trabalho do povo e promover o desenvolvimento. (...) Não há reformas sem libertação. Vargas quis a libertação do povo, portanto quis também as reformas. (...) Vargas morreu para que nossa consciência despertasse. É, hoje, o mártir, o precursor de nossa libertação. Hoje somos milhões a segui-lo¹¹².

Como visto, na sua reconstrução histórica, Leonel Brizola se estabelece como o seguidor de Getúlio Vargas, recurso político inestimável mesmo à época. Mais: relaciona o legado político do presidente morto à luta contra o *imperialismo*, um dos inimigos do próprio Brizola, e pelas reformas de base, sua principal plataforma política de então. Nesse sentido, ao passo que legitima a posição brizolista, desqualifica seus rivais, vinculados ao esquema de “exploração internacional” e, nesse sentido, obstáculos na “libertação da pátria”¹¹³. Assim sendo, pode-se perceber que na difusão ideológica que toma parte na rádio *Mayrink Veiga* confluem dois processos, que aqui

¹¹¹ Pesquisas do Ibope realizadas em 1964, mas só recentemente reveladas, apontam que a reforma agrária e o encampamento de refinarias – realizado no Sul por Brizola – tinham apoio da maioria do eleitorado brasileiro. Também o governo João Goulart era aceito: 74% dos que participaram do levantamento o avaliaram como bom ou ótimo. Ver: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil de 1961 a 1964. Brasília: UNB, 2001, p. 287.

¹¹² Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 1

¹¹³ Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 2

analiticamente se distinguirá em momentos diferentes: a) função afirmativa, isto é, propositiva, quando Brizola elabora a história com intuito de favorecer a luta pelas reformas; b) função reativa, quando o político visa deslegitimar projetos sociais distintos e seus proponentes que concorrem pelo futuro do Brasil.

Assim, se o elogio a Vargas é acompanhado da reelaboração de seu legado, Brizola introduz positivamente uma concepção de realidade em seus ouvintes – pela transferência do capital político do líder para as ideias por ele supostamente defendidas. Tal construção cumpre uma função propositiva, isto é, de apontar o futuro que se deseja para o Brasil: um país livre das dependências econômicas externas, moderno, em que as diferentes classes sociais atuem conjuntamente no sentido do desenvolvimento aspirado. Situação, portanto, bem diferente da verificada nos seus dias, quando, “a cada dia que passa a situação fica pior para o nosso *povo*”¹¹⁴.

Quanto maior a espoliação do nosso país, tanto mais cruel a estrutura econômica e social interna. Mais carestia, mais pobreza, mais miséria, maior a elevação dos preços. Com efeito, Desde 1945 a junho desse ano (1963), o custo de vida dobrou acumuladamente várias vezes. A primeira vez em oito anos. Depois, em seis anos. A seguir, em três anos. E ultimamente em um ano e meio, ou seja em dezoito meses. Na marcha que vamos em dez meses, a seguir me cinco meses, depois em dois meses. É a tendência lógica e trágica do curso que vimos caminhando nos últimos dezenove anos. Quem afirmar que não é esse o caso, está fora da realidade dos fatos, ou apenas procura iludir o nosso povo¹¹⁵.

Já a qualificação das “forças ocultas” presentes na Carta Testamento de Vargas, que o teriam levado à morte, conseqüentemente, é uma etapa reativa da trama ideológica difundida pela *Mayrink Veiga*. Isso porque de tal modo se busca atingir grupos rivais do nacional-reformismo na arena política. Não a toa estes são pejorativamente nomeados “vendilhões da pátria”. Seriam “minorias egoístas” que, aliadas ao “imperialismo internacional”, defendiam interesses particulares, portanto “antinacionais”. Por sua ação, os nacionalistas viviam guerra constante em defesa da “pátria” e do “povo”, contra as injustiças sociais advindas do “processo espoliativo” sofrido pelo Brasil¹¹⁶.

Uma minoria de brasileiros egoístas e vendilhões de sua pátria. Uma minoria poderosa e dominante sobre a vida nacional. Desde o latifúndio, a economia e a finança, a grande imprensa, os controles da política até os negócios internacionais. Infelizmente se associou ao processo de espoliação

¹¹⁴ Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 *fit*a 1

¹¹⁵ *Idem, ibidem.*

¹¹⁶ *idem*

de nosso povo. Essa minoria é hoje o que podemos chamar de antipovo e antinação. Não deixa que as reformas se realizem e opõe toda sorte de obstáculos a defesa dos interesses nacionais. Porque as reformas e a libertação de nosso povo representariam o fim de seus privilégios antissociais e antinacionais¹¹⁷.

A descrição do antipovo é precisa para os interesses do grupo nacional-reformista. Arrola no rol de inimigos da pátria latifundiários, a grande imprensa e a burguesia internacional e internacionalizada, cuja força política no período já foi demonstrada em extensa bibliografia. Com efeito, usando as armas que conhecia tão bem, a saber, a comunicação de massa e a retórica incendiária, pontuada por metáforas populares, Brizola se consolidou como a ponta de lança dos setores reformistas da sociedade. Opuseram-se, assim, não só aos conservadores do “corrompido congresso nacional”¹¹⁸, mas também àqueles que se organizavam para derrubar o governo democrático de João Goulart.

No que toca especificamente ao combate à oligarquia de terras, além de representar um dos maiores entraves políticos à realização das reformas de base à maneira dos petebistas, esse grupo organizava suas atividades econômicas em um padrão – tanto mercantil quanto social - que supostamente antagonizava com o capitalismo nacional defendido pelos nacional-reformistas. Na rádio, Brizola assim sintetizava a disposição de combatê-la: “um país livre é um país livre do latifúndio. Nenhuma nação independente e desenvolvida convive com essa praga que é o latifúndio. Também no Brasil ele é inimigo do progresso do povo”¹¹⁹.

A ação do antipovo que se associa ao processo espoliativo de sua pátria só pode abrir ainda mais as chagas do povo brasileiro. Sem justiça social não há liberdade e nem dignidade. Nem prosperidade e nem desenvolvimento. Ao contrário, só pode haver fome, degradação, incultura e oligarquias privilegiadas e dominantes. Só pode haver os grandes *terratenedores* que mandam e desmandam, submetendo o povo do campo a toda sorte de abusos e exploração do homem pelo homem¹²⁰.

A visão de Brizola acima exposta opõe desenvolvimento capitalista e *oligarquias rurais*. Com efeito, tal perspectiva fazia parte do senso comum da época. Na perspectiva sociológica dominante, mesmo em cientistas sociais de formação crítica,

¹¹⁷ *idem*

¹¹⁸ Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 2

¹¹⁹ Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 2

¹²⁰ *Idem, ibidem.*

existiam contradições entre a estrutura rural e a indústria brasileira¹²¹. A primeira era entendida como um *arcaísmo*; a segunda, identificada como o setor progressista, capaz de guiar o país ao desenvolvimento almejado¹²². Daí o *latifúndio* ser o signo do atraso nacional. O choque entre os dois setores teria sua força motriz no mercado desejado por cada um deles. A agricultura brasileira, assim, objetaria a evolução industrializante do país por atender prioritariamente a demandas exógenas, isto é, à exportação, cujos rendimentos eram superiores às vendas de matéria-prima como insumos para as unidades de transformação. Assim sendo, a primazia das vendas internacionais colocaria a produção de alimentos e demais produtos caros ao setor secundário em posição periférica, o que, dada a correlação entre oferta e procura, encarecia a produção fabril, notadamente pelo aumento do custo de mão de obra. Ainda no campo das características econômicas, a estrutura social dos campos igualmente representaria um problema: o arrebatamento de populações rurais pelo coronelismo na prática reduzia o mercado interno que poderia ser muito maior na eventual expansão do trabalho livre. A mesma vinculação entre homem e campo restringiria a oferta de trabalho nas grandes cidades, encarecendo a mão de obra.

O ataque à oligarquia, assim, tem motivações mais profundas do que somente a desqualificação de um rival na arena política. Avivam as críticas o compromisso com o modelo de desenvolvimento defendido por Brizola. Os reformistas, assim, mostram-se influenciados pelo pensamento nacionalista brasileiro – sempre ciente da importância de internalizar o controle dos mecanismos econômicos nacionais¹²³. Nessa perspectiva, uma agricultura essencialmente voltada para a exportação constituía ameaça à independência do país, porque suas diretrizes seriam pautadas pelo mercado externo. Os

¹²¹ Tal era a posição de diversos teóricos da dependência, como Celso Furtado e a Cepal. Mesmo Ruy Mauro Marini, pertencente a outra cepa crítica, identificava nos limites dos arcaísmos brasileiros a propensão ao sub-imperialismo que ele identificaria posteriormente, já durante o regime de 64. Ver: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. **Ruy Mauro Marini**. Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005; FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. DOS SANTOS, Theotônio. **Teoria da dependência**. Balanço histórico e teórico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹²² PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1977; FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Brasiliense, 1975.

¹²³ Esse foi o objetivo de todos teóricos que defendiam no período a emancipação econômica brasileira. Por conseguinte, a demanda pela internalização da direção econômica fora presença marcante no pensamento nacionalista da quadra histórica que se estende de 1930 até 1964. De ideólogos autoritários, adeptos do Estado Novo, como Oliveira Viana, ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que buscou relacionar nacionalismo e desenvolvimentismo econômico, principalmente aquele associado às reformas de base. Ver: MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e economia no Brasil**. Opções de desenvolvimento. São Paulo: Graal, 2011; TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB**. Fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1977.

interesses “antinacionais” da oligarquia, assim, se resumiam na disposição econômica *voltada para fora*. Da mesma maneira, a crítica àqueles setores desvela outro impacto da *ideologia nacionalista* nos setores reformistas: a *dualização da estrutura econômico-social*. É verdade que análises que enfocam a relação *sui generis* do campo com a cidade no Brasil romperam com a lógica que apontava a contradição insolúvel entre esses setores no desenvolvimento capitalista. Mas essa guinada interpretativa só viria nos anos 70¹²⁴, posteriormente, portanto, ao período analisado.

Os diversos estratos de motivação presentes na crítica à oligarquia, pois, passam de justificativas mais imediatas até outras, de origem e razão mais profundas. Significativa também é a associação dessa camada social à nomenclatura eleita por Brizola para designar seus inimigos: o “antipovo” de propósitos “antinacionais”. Na concepção brizolista, assim, estes se erguiam contra o desenvolvimento do nacionalismo econômico a ser perseguido, pautado pelo aprofundamento de um capitalismo independente e a efetivação de uma etapa da revolução burguesa no Brasil. Para atingi-la, mostrava-se cada vez mais necessário o rompimento com suas congêneres internacionais¹²⁵. Daí a crítica a qualquer setor econômico do país que se

¹²⁴ A partir das reflexões de Francisco de Oliveira, que demonstra o *ornitorrinco* estrutural do capitalismo nacional, vê-se que os setores secundário e primário teceram relações de interdependência, patrocinando dessa maneira o desenvolvimento do capitalista brasileiro (OLIVEIRA, 2003). Antes de a reflexão atingir esse ponto de maturidade, porém, Octávio Ianni (1971) já mencionava as relações de interesse mútuo entre as zonas rural e a citadina no país. De acordo com este autor, a mecanização da agricultura, ampliada em escala nos anos 60, demonstra uma forma de dependência estrutural entre os dois setores da economia brasileira, havendo outras mais óbvias, como a necessidade de fornecimento de matéria-prima para o aprofundamento industrial nas áreas urbanas, notadamente no eixo centro-sul, cujo desenvolvimento do setor secundário era já relativamente maior do que nas demais áreas do país. Indicaria essa trilha, mas de modo apologético ao capitalismo, o trabalho de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, que, por meio da teoria da dependência-associada, enxergava possibilidade de desenvolvimento em um capitalismo periférico. Ver: IANNI, Octávio. **O colapso do populismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. P. 38; OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira**. Crítica à razão dualista. São Paulo: Boitempo, 2003. FALLETO, Enzo; CARDOSO, Fernando Henrique. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

¹²⁵ De acordo com Florestan Fernandes, o capitalismo verificado no Brasil tem algumas limitações estruturais. Primeiro, sua dependência tecnológica – sendo os processos produtivos superiores nos países desenvolvidos do sistema, o Brasil não consegue acompanhar o ritmo de competitividade do mercado internacional. O descompasso científico e técnico aparece como uma das explicações desse fato. O autor menciona também a relativa debilidade de sua burguesia, que, dependente de suas congêneres internacionais, não consegue realizar seu “pleno desenvolvimento revolucionário”. A ameaça constante de subversão: tendo amadurecido em um mundo já habitado por trabalhadores *conscientes da luta de classes*, o socialismo sempre está à espreita da ordem capitalista nessas condições, sendo a contrarrevolução uma atitude ao mesmo tempo limitadora e necessária das classes dominantes brasileiras. Ver: FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

vinculasse organicamente aos interesses externos. Estes seriam “agentes do imperialismo e da espoliação do povo brasileiro”, nos dizeres de Brizola¹²⁶.

As oligarquias, essa elite privilegiada, quer continuar sendo elite. O latifúndio, as finanças internacionais. Reagirão contra as forças populares, lutarão contra o povo, porque são o antipovo. No momento do desfecho, vão querer manter seus privilégios. Mas tenho certeza que o povo organizado, unido à maioria dos nossos irmãos militares, unido aos seus legítimos representantes, defenderá nossas conquistas democráticas e avançará na realização das reformas que a nação precisa para se libertar¹²⁷.

“As finanças e os negócios internacionais” compunham naturalmente aquele grupo. Com inserção maciça nos anos do Plano de Metas, durante o governo de Juscelino Kubistchek, formaram um bloco econômico coeso. Suas articulações com setores políticos não tardaram a se efetivar, sendo perceptíveis em instituições como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que recebera verbas estadunidenses para financiar políticos de oposição a João Goulart dispostos a inviabilizar seu governo¹²⁸. Tendo essa coalizão golpista sendo percebida ainda no calor dos acontecimentos – a CPI do IBAD é um dos fatores que demonstra o conhecimento de articulações para tumultuar o mandato de Jango – Brizola recorre aos microfones da *Mayrink Veiga* para combater a ruptura democrática. Era a aproximação do “momento do desfecho”, o do acirramento das lutas populares pelas reformas de base – e, sua contrapartida, a reação do “antipovo”:

Para essa minoria, como o que já ocorre agora, os que lutam contra esse estado de coisas são radicais, agitadores, comunistas, fidelistas, etc. E daí caminham para o estado de sítio, para as medidas policiais contra o que chamam de agitação, para a restrição de liberdades públicas e individuais, para as tentativas de impor um governo forte, para o golpe e a ditadura¹²⁹

Denunciar o golpe, assim, atendia a múltiplos interesses dos setores do PTB ligados à *Rede do Esclarecimento*. Afinal, em um contexto marcado pela sensação de instabilidade política, a manutenção do regime era condição necessária para o sucesso de seu projeto social. Isso porque o partido se encontrava em franca expansão nos

¹²⁶ Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 2

¹²⁷ Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 3

¹²⁸ DREIFUSS, Rene. *Opus cit.*

¹²⁹ Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 2.

poderes da república¹³⁰. Dessa forma, não estava fora de cogitação supor que, em pouco tempo, os trabalhistas teriam força política para efetivar as reformas na lei.

Já o combate à grande imprensa é, ao mesmo tempo, causa e consequência da formação da *Rede do Esclarecimento*, sendo, portanto, lógico seu arrolamento no rol de “inimigos da pátria”. Opositores das reformas, empresários das comunicações, como Roberto Marinho e Assis Chateaubriand, transformaram seus veículos em aparelhos privados da hegemonia golpista. Na pauta dessas frações da grande imprensa, a oposição franca ao governo Goulart se tornou regra. O mote era a defesa do Brasil contra o advento de uma “república sindicalista”; ou de modo ainda mais alarmado: o combate contra o “comunismo”. *O Globo* especificamente festejou marchas antigoverno, como a realizada no dia 15 de março de 1964, pela tradição, família e propriedade e aquela que ficou conhecida como “marcha da vitória”, no 2 de abril do mesmo ano. Sintetiza essa motivação golpista a organização midiática implementada pelos grandes empresários do ramo nos moldes da *Rede do Esclarecimento*, mas que a precedera. Com o eufemístico nome de *Rede da Democracia*, fora criada em outubro de 1963, com intuito de *defender a ordem democrática* do “golpismo do governo” contra o regime vigente¹³¹. Na prática, contudo, foi partícipe da coalizão que assaltou o poder em abril de 1964 e auxiliou na ruptura do regime. Nesse sentido, a Rede do Esclarecimento, de acordo com Brizola, insurgia-se contra o *golpismo midiático* ao se constituir em uma rede de emissoras responsáveis por *organizar o povo na defesa das conquistas democráticas*.

Foi dentro desse pensamento que se tomou a iniciativa, através da Rádio Mayrink Veiga e demais emissoras, da Rede Nacional do Esclarecimento. Com a rede e a organização dos grupos de onze companheiros, ou comandos nacionalistas, incentivamos o povo a se reunir em uma organização simples, ao alcance de todos, mesmo nas áreas e localidades mais distantes. Através da organização de pequenas unidades, teremos condições de reunir o povo às organizações já existentes, como a Frente de Mobilização Popular, o

¹³⁰ De um modo geral, durante a república que se iniciara em 1945, o PTB viveu um período de ascensão mais ou menos constante. Pesquisas do Ibope apontam que, proporcionalmente, a legenda trabalhista foi a que mais cresceu no período, a ponto de, nos anos 60, ter a maior identificação com o eleitorado e, tendencialmente, o maior número de votos. Ver: LAVAREDA, Antônio. **Democracia nas urnas**. O processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964). São Paulo: Revan, 2012.

¹³¹ Na tribuna da Câmara dos Deputados, o parlamentar da UDN-GB Amaral Neto qualificou o empreendimento de empresários das comunicações: “a ideia [da Rede Democrática] e sua execução só tem um defeito: é que já vieram tarde. Deveria ter sido esta cadeia lançada há muito tempo, principalmente quando aqueles que estão no poder, quando aqueles que exercem o Governo Federal tem dado interesse em fazer cair ou impedir que seja ouvida a voz da democracia”. Deputado federal Amaral Nego (UDN-GB), em pronunciamento reproduzido pela Rede da Democracia. In: *O JORNAL*, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1963.

Comando geral dos trabalhadores, sindicatos e federações, à União Nacional dos Estudantes, Frente Nacional Parlamentares, às organizações dos sem terra e às ligas camponesas, e dentre as organizações partidárias, o Partido Trabalhista Brasileiro (...) para defender as conquistas democráticas e a emancipação de nossa pátria (aplausos)¹³².

Posto isso, tem-se condições de argumentar que, até aqui, viu-se o esforço de defender um projeto de Brasil pautado pelos nacional-reformistas. Nesse sentido, a orientação a estratégia é favorável a todo um grupo de políticos e setores sociais a eles associados. Entretanto, não foram apenas motivações coletivas que moveram o ânimo de Leonel Brizola. Interesses particulares também guiaram suas atitudes. Se a manutenção da democracia era precípua para efetivação do projeto nacional-reformista, assumir-se como o defensor do regime em um contexto de radicalização política traria certamente vantagens ao deputado federal da Guanabara. No entrecruzamento de temporalidades históricas ora analisado, uma das camadas que o perpassam se inicia em 1961, com a Campanha da Legalidade. Pois se João Goulart só assumiu a presidência abdicando de grande parte de seus poderes, frustrando nesse sentido setores progressistas da sociedade, o golpe urdido pela Junta Militar e civis contra o vice-presidente fora debelado, trazendo grande prestígio político para Leonel Brizola, articulador da campanha em prol da defesa da constituição. Por isso a crise de 61 o lançara como político de alcance nacional. Sua votação expressiva para deputado federal pela Guanabara, 269 mil votos, então a maior registrada no país, é indício de sua projeção, mesmo em um reduto lacerdista. Assim, é compreensível que, no biênio em estudo, Brizola trabalhasse no sentido de capitalizar em seu favor os movimentos sociais favoráveis às reformas de base. Como visto, o petebista usara tática similar na Campanha da Legalidade. Para se alçar a voos maiores na cena política uma sólida base social deveria ser construída. A liderança da campanha pelas reformas tinha certamente potencial para tornar isso possível. A inspiração em 1961 é admitida pelo próprio político, em uma de suas intervenções na rádio.

É imprescindível recorrer ao povo para a libertação, exatamente como ocorreu em 1961, quando o povo se organizou por toda parte após um apelo feito para resistir contra um golpe que se planejava desfechar contra nossos direitos e nossas liberdades¹³³.

É por essa linha de raciocínio que se deve interpretar a proposta de organização popular de Leonel Brizola. Por meio da rádio *Mayrink Veiga*, o deputado instou a

¹³² Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 4

¹³³ Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 5

formação dos chamados Grupos de Onze, também nomeados provisoriamente de Comandos Nacionalistas. De acordo com o petebista, os grupos eram uma

organização popular para atuar, para agir, para lutar. Não para tomar chá. Essas unidades irão atuar e se reunir não para tomar chá ou para fazer crochê. Não. Exatamente com o propósito de defender as conquistas democráticas do nosso povo e avançar. Pela realização de uma democracia autêntica. Pela realização imediata das reformas e pela conquista de nossa liberdade. Se pretenderem golpear as nossas liberdades, as nossas conquistas democráticas, não tenham dúvida. A luta vai sair! Vai haver luta! (aplausos)¹³⁴

Ora, para fazer parte dessas organizações, um formulário deveria ser preenchido e enviado para a rádio *Mayrink Veiga*, contendo a localização do grupo e os nomes dos participantes, sendo um deles o líder – ou capitão do time, como Brizola nomeou o cargo, para manter a metáfora futebolística que inspirou o nome do projeto por ser “compreensível ao ‘povo’”¹³⁵. A função dessas organizações populares seriam realizar palestras pró-reformas de base, panfletagem política e, principalmente, ouvir todas as sextas-feiras aos pronunciamentos de Leonel Brizola na rádio *Mayrink Veiga*, espalhando depois o que teriam ouvido¹³⁶. Os grupos, assim, seriam verdadeiras células extrapartidárias de formação política, difusão ideológica e defesa do projeto nacional-reformista. A hierarquia do projeto está clara: os G-11 tinham autonomia de atuação – mas deveriam sempre ser pautados pelos discursos de Brizola e a audiência de seu programa na rádio *Mayrink Veiga*, coligada a outras emissoras em cadeia. Assim Brizola explica a criação dos grupos.

A organização popular se impõe à medida que a crise brasileira se aproxima de seu desfecho. A vastidão territorial do país e a urgência da hora dificultam essa tarefa de organização. Antes que desabe sobre ele as pressões das oligarquias e dos grupos dominantes. É indispensável, portanto, meus patrícios e irmãos, o apelo à iniciativa de cada um, ao gênio criador do nosso povo, à sua própria capacidade de organização, exatamente como ocorreu na crise de agosto de 61, no Rio Grande do Sul e em outras áreas do país, quando o povo organizou-se por toda parte, de modo espontâneo, por sua própria iniciativa, após o apelo feito à resistência popular contra o golpe que se pretendia desfechar contra nossos direitos e liberdades. As iniciativas precisam surgir por toda parte. Onde quer que se encontre um brasileiro consciente, um nacionalista e um patriota (...). Foi dentro desse pensamento que se tomou a iniciativa através da rádio *Mayrink Veiga* e demais emissoras

¹³⁴ Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 4

¹³⁵ O material é encontrado no fundo do Dops/RJ, localizado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. À época de sua circulação, encontrou no *Panfletos* canal de divulgação, sendo publicado já na primeira edição do jornal. Ver: *O Panfleto*, n.1, 17/02/1964, p. 14-15.

¹³⁶ Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 4

a ela coligadas da organização dos Grupos dos Onze companheiros ou comandos nacionalistas¹³⁷.

Portanto, se fica claro a mobilização popular com intuitos políticos, isto é, sustar a possível ruptura democrática e pressionar os poderes constituídos no sentido de efetivarem o programa reformista, a organização dos Grupos de Onze igualmente transparece uma estratégia de tutela por parte de Brizola. Ora, o “povo” assim organizado era livre para praticar política, desde que esta respeitasse as ideias defendidas todas as sextas-féias por Leonel Brizola no rádio. Assim, ao passo que difundiam o projeto nacional-reformista, os grupos também legitimavam a posição de liderança de Brizola – dado que deveriam “seguir as palavras de ordem” e “as posições da liderança”.

E o que fazer?, perguntam os nacionalistas comprometidos com a emancipação brasileira. Agora, temos feito um esforço de conscientizar os 70 milhões de brasileiros para o desfecho final, que oporá o povo e o antipovo, e culminará com a vitória e a libertação nacional. Agora, convém insistir em um processo de esclarecimento do povo, para isso que criamos essa rede de esclarecimento. Milhões e milhões de brasileiros aguardam uma orientação, uma palavra de ordem, clamam por uma tomada de posição da liderança, e por uma distribuição de tarefas, mas por enquanto sem qualquer articulação, imobilizados pela inexistência da organização que canalizaria a força invencível que representa o povo brasileiro mobilizado¹³⁸.

Com o debatido aqui, tem-se condições de sustentar que a ideologia propagada nas ondas da *Mayrink Veiga* era duplamente determinada¹³⁹. Dessa forma, defende-se que tal sistema simbólico era funcional para a defesa dos interesses de um grupo, a saber, os nacional-reformistas. Todavia, a reflexão sobre a tática política de Brizola não pode se deter aí. Isso porque também impulsiona seu esforço naquele biênio o empenho por ascensão política pessoal. Precisamente aí reside a dupla determinação de sua atuação frente à *Mayrink Veiga*. Negar qualquer uma das partes é reduzir o escopo de análise e, conseqüentemente, os resultados obtidos.

No mesmo conjunto de discursos analisado, há passagens que articulam objetivos visivelmente particulares a construção cultural que se opera. Se a *hegemonia* pretendida fincou raízes na cultura pré-existente, a liderança de Brizola no Brasil pós- crise orgânica trilhou o mesmo caminho, a bem dizer paralelamente. Assim, traços do

¹³⁷ Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 4

¹³⁸ *Idem, ibidem.*

¹³⁹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 12.

senso comum são ressignificados, adquirindo nova conotação, a fim de adequá-los também aos desígnios particulares de Brizola. A religiosidade é só um exemplo do deslocamento de aspectos do *folclore* na ideologia que se propaga, mas é também o mais evidente, dada o seu *apelo moral*¹⁴⁰. Jogando com símbolos do sagrado, o político reelabora a história de Cristo. De acordo com ele, o “antipovo” usa a seu favor e contra “nossa pátria” toda sorte de armas, inclusive a tradição cristã,

como se Cristo tivesse surgido no mundo como um *homem de negócios* ou como um privilegiado com os privilégios do patriciado romano. Não de uma família de *operários*! Como se o filho de Deus tivesse vindo à Terra para confraternizar em festins e fazer negócios com os *espoliadores romanos*, que então dominavam e oprimiam o povo hebreu. [grifos meus]¹⁴¹

Para Brizola, assim, Cristo é um *operário* que luta contra os *espoliadores romanos*. A reconstrução do Novo Testamento assume aqui duas funções: além de instrumentalizar a tradição cristã em função dos objetivos políticos dos nacional-reformistas, também afirma a liderança de Brizola no seio das classes populares. Ora, se Cristo foi um desafiante da exploração externa, ele, Brizola, ocupando o mesmo espaço no espectro político, torna-se Cristo. Deificado, surge como o ideal condutor do povo rumo à libertação. As crenças populares - o *folclore* gramsciano - são assim instrumentalizadas para o exercício de uma nova dominação, que, para fazer sentido, interage dialeticamente com os sentidos prévios do saber popular¹⁴². É com base em tal processo que se engendra o consenso e a se condiciona o destaque de Brizola na arena política.

É de tal modo perceptível outra dimensão do projeto de direção hegemônica levado a cabo pela *Rede do Esclarecimento*. Esclarecer não se tratava de difundir apenas

¹⁴⁰ Conforme visto acima, a hegemonia, para ser efetiva, deve dialogar com elementos presentes na cultura dos que se pretende pautar. O *folclore*, para Gramsci a rede de sentidos das classes populares, assim, fornece elementos para a ideologia que engendra a hegemonia. É uma operação seletiva que recolherá daqueles estratos elementos simbólicos que podem ser reelaborados no seio da ordem hegemônica. O caso da religião é especialmente sintomático: no *folclore*, a religiosidade tem clara função moral: separar o “bem” do “mal” e serve como código de ética para a vida. É, assim, uma forma de orientação que necessariamente difere da exegese eclesiástica – ora, Gramsci, antes mesmo de Carlo Ginzburg (1987), insinuara a circularidade cultural. De acordo com o pensamento gramsciano, o *folclore* - que é um forma de conhecer o mundo pouco sistemática porque com bastante plasticidade – adéqua as elaborações culturais de outras camadas sociais, dentre elas a Igreja, a seu modo de vida e de relação com o mundo – marcado pelo ambiente, relações de trabalho, cultura pré-existente, etc. Assim, o discurso religioso se transforma na religiosidade popular pela sua conformação ao metabolismo social das camadas populares. E por ser um elemento *moral*, isto é, de direção, sua ressignificação é especialmente impactante. Reelaborar a *religiosidade popular* é, em alguma medida, tentativa de reorientar a forma de ser e estar no mundo desses setores sociais. Ver: GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Observações sobre o “folclore”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000c, v.6

¹⁴¹ Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 3

¹⁴² WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Unesp, 2011.

uma consciência nacional-reformista: convinha também, ao menos para o orador das ondas radiofônicas, inserir os participantes (mas também potenciais novos integrantes) da arena política em um universo no qual a cadeia de significantes e significados fosse organizada por ele. Era o petebista que apontava os inimigos da nação; Brizola, contava a história do país até ali; o mesmo instava a organização popular na qual a legitimidade de sua liderança sobressaísse. Ainda: todos deveriam ouvir seus discursos às noites de sextas. Era o convite para uma forma específica – e dirigida – de orientação social, marcada por sua defesa do capitalismo nacional, da ideologia trabalhista e da manutenção do regime então vigente, que, embora enfrentando turbulências, poderia reconquistar a estabilidade, contanto que se fortalecesse contra o “antipovo” – isto é, expandisse suas bases de apoio contra os setores favoráveis a outro tipo de futuro para o Brasil – caro aos setores associados às multinacionais que, desde o governo JK, consistiam no polo dinâmico da economia nacional.

A dupla determinação das motivações da *Rede do Esclarecimento* também guiou o empreendimento ao rádio. Além de sua difusão na sociedade e de seu viés pedagógico, usado aqui a serviço de um projeto político-social específico, o veículo permitia a ampliação de atributos retóricos caros a Leonel Brizola, maximizando o potencial persuasivo de seus discursos e, por conseguinte, seu capital político. Assim, em uma análise mais formal do conteúdo das fitas analisadas, podemos destacar dois pontos como específicos da ação brizolista no rádio. O primeiro é a interação entre o orador e a plateia. Buscando recuperar a áurea dos discursos para grandes audiências, onde há interação direta entre emissor e receptor, Brizola posicionava apoiadores no estúdio da *Rádio Mayrink Veiga* enquanto seus programas iam ao ar. Assim, suas falas mais enfáticas eram pontuadas por aplausos, sugerindo à audiência sobre como se comportar a respeito do que acabara de ouvir. Estabelecia-se, assim, um laço mais do que racional: também emocional entre o político e o “povo”.

O segundo atributo reside na informalidade da fala. Buscando uma relação pessoal com o ouvinte, Brizola não recorre a análises complexas e conceitos específicos como o faz no jornal *O Panfleto*, que analisaremos mais abaixo. Para explicar a inflação que se aprofunda no país durante a “crise vivida”, o político evoca uma imagem habitual na vida dos trabalhadores:

Imaginem vocês, meus caros patrícios e irmãos, vocês, trabalhadores brasileiros, quando vão dormir, deixam mil cruzeiros na mesinha de

cabeceira, mas quando acordam só há 999 cruzeiros lá. Esse é o resultado da inflação que avança no nosso país¹⁴³.

Atributo específico do rádio, que também justificam o veículo merecer uma análise diferenciada daquela dedicada ao jornal e aos grupos de onze, é a interação entre orador e plateia. É que Brizola levava apoiadores para o estúdio. Ao fim de cada reflexão, aplausos ou risadas funcionavam como um comando, sugerindo reações nos ouvintes. Por vezes, acontecia ironia, como no comentário sobre a Ação Democrática Parlamentar: “por que não podemos chamar nossos grupos de onze de comandos? Podemos. Há inclusive aqueles comandos que defendem a Ação Democrática Parlamentar. Esses não tiveram muito sucesso, mas tentaram (risos)”¹⁴⁴. No entanto, o estímulo mais frequente eram os aplausos, que pontuavam os espaços entre as falas de Brizola, como se pôde perceber nos trechos aqui transcritos.

Posto isso, o rádio se mostra importante engrenagem na articulação hegemônica da Rede do Esclarecimento, embora não fosse frente suficiente para o sucesso almejado. Pelas emissões radiofônicas, um maior número de cidadãos era alcançado pela organização – haja vista as barreiras de distribuição de *O Panfleto* – podendo ser dirigidos por esse grupo político. Como se verá a seguir, o aprofundamento da mobilização popular e a manutenção do regime vigente eram fundamentais para se atingir o projeto nacional-reformista. Ambos as medidas, a saber, a ampliação da participação popular condicionada e a radicalização da democracia tinham funções específicas na lógica dessa ala do PTB: pela mobilização popular, pressionava-se os grupos sociais avessos à aprovação das reformas de base – entendidas como etapa necessária do processo de “libertação econômica” e constituição de um capitalismo nacional maduro; já pela manutenção da democracia, idealmente radicalizada pela proposta anterior, acreditava-se ser possível alcançar os objetivos mencionados, haja vista a expansão constante dos trabalhistas nos diversos poderes republicanos. A *Rede do Esclarecimento*, assim, em macroanálise, representou uma organização hegemônica que buscava, ao mesmo tempo, aprofundar a participação social, radicalizar a democracia, assegurar um capitalismo nacional e, também e principalmente, conferir às classes trabalhadoras um lugar *ainda* subordinado no Brasil pós-crise. Ao mudarmos a escala de observação, vemos que a rádio fora também funcional na batalha de Leonel

¹⁴³ *Idem, ibidem*

¹⁴⁴ Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 1

Brizola pela ascensão na carreira política, consistindo em uma etapa que se desdobra logicamente a partir das conquistas pessoais realizadas em 1961.

Capítulo 2 - O Panfleto e a Rede do Esclarecimento

Como já visto neste trabalho, o início da década de 1960 foi um período turbulento no Brasil. Crise econômica, instabilidade política, convulsões sociais eram identificáveis nos limites nacionais. Nessa ambiência, grupos políticos disputavam espaço a fim de pautar o desenvolvimento societário. Assim, se a historiografia consagrou leituras que demonstram a articulação de grupos conservadores para frear o avanço das reformas sociais¹⁴⁵ – agenda atribuída a João Goulart e encampada pelas esquerdas -, também os setores reformistas se organizaram para imprimir ao futuro suas marcas. No caso do PTB, os anos 1950 foram de transformações, motivadas pelo suicídio de Getúlio Vargas. Com a morte de seu principal líder, o partido se impôs tarefas que iam da capitalização do legado getulista à reestruturação institucional que lhe garantisse uma fatia maior do eleitorado. A reestruturação interna fez emergir o reformismo como conjunto de ideias-força, não tanto como uma segunda fase petebista, em oposição a um período de fisiologia e tutela representada pela face autoritária de Vargas¹⁴⁶, mas como corrente que, para se afirmar, buscou diferenciar-se – sem rupturas – daquelas características também usualmente atribuídas ao getulismo. Assim, como mostra Ângela de Castro Gomes, os anos 1950 são, para o PTB, de reconstrução e reconfiguração interna, inclusive ideológica, singrado que foi o partido pelas disputas entre diversas correntes, dentre elas aqueles que passaram a se nomear reformistas¹⁴⁷.

Do enorme mosaico de agrupamentos que lutavam pelas chamadas reformas de base – União Nacional dos Estudantes (UNE), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), Frente de Mobilização Popular (FMP), Ligas Camponesas, etc. – temos até aqui destacado uma frente de atuação que unia setores da mídia e organizações populares. Trata-se da Rede do Esclarecimento, organização que incluía a Rádio Mayrink Veiga, o jornal *O Panfleto* e as células populares denominadas de “Grupos de Onze” ou “Comandos Nacionalistas”. Este

¹⁴⁵ É referência no assunto a obra já aqui citada de René Dreifuss (1981) sobre o caráter de classe do golpe de 1964. Há, no entanto, outros estudos que se constituíram enquanto matrizes historiográficas sobre o tema. É o caso de trabalhos de Maria Helena Moreira Alves (2005), Florestan Fernandes (1974), Argelina Figueiredo (1992), dentre outros. Guillermo O’donnell (1982), embora não se atendo exclusivamente ao caso brasileiro, também abriu um caminho de explicação histórica seguido por outros em suas reflexões sobre os Estados burocráticos-autoritários.

¹⁴⁶ DELGADO, Lucília Maria. *Op. Cit.*

¹⁴⁷ GOMES, Ângela de Castro, *Op. Cit.* p. 136.

capítulo tem o fito de se debruçar sobre *O Panfleto*, especialmente na atuação de Leonel Brizola por meio desse veículo, bem como sua articulação ao restante da Rede.

O Panfleto: uma análise da documentação

O jornal chegou às bancas do Brasil em 17 de fevereiro de 1964 e permaneceu em circulação até o dia 30 de março, antevéspera do golpe, totalizando 41 dias de atividade e sete edições publicadas. Veículo engajado na luta social, ao longo de suas páginas, havia espaço para análises político-econômicas, mas também lugar para debates culturais e colunas, sendo a mais famosa assinada pelo próprio Leonel Brizola. Completavam o expediente do jornal nomes como Neiva Moreira, aliado histórico de Brizola, assim como Paulo Schilling e Maia Neto, trabalhistas de longa data; além do comunista Dias Gomes e do então presidente da UNE, José Serra.

De acordo com Marieta Ferreira, em depoimento concedido ao CPDOC, na ocasião de lançamento o jornal se defrontou com um problema prático: não havia dinheiro para ir muito além da primeira edição. Como a importância da pauta defendida pela publicação era crescente naqueles anos, ainda segundo aquela autora, optou-se por instrumentalizar grupos populares então chamados à ação por Leonel Brizola por meio da *Rádio Mayrink Veiga*. Tratavam-se dos Grupos de Onze, então responsáveis por divulgar o jornal e aconselhar sua assinatura. O resultado da medida foi positivo: em menos de um mês o jornal passou da tiragem inicial de 70 mil exemplares à marca de 200 mil impressões¹⁴⁸.

Superado o entrave para sua divulgação, o impresso seria razoavelmente influente no debate político, principalmente pela equipe de redatores, acima parcialmente detalhada. A redação de *O Panfleto*, aliás, é um exemplo da composição política da frente reformista, a contar com comunistas, socialistas, dentre outros, ainda que hegemonizada por trabalhistas. A existência dessa aliança, assim, em vez de representar uma aproximação do comunismo pelos trabalhistas, pode ser explicada pela estratégia de apoiar a *revolução democrático-nacional* por parte dos comunistas,

¹⁴⁸ Essas e outras informações estão contidas em verbete escrito por Marieta de Moraes Ferreira para dicionário biobibliográfico do CPDOC. Acessível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/busca-simples/verbetes/verbetes-tematico/panfleto-o> (acessado em 20/12/2015 às 17:32)

expressa na resolução de 1958 do Partido Comunista Brasileiro (PCB). De acordo com esse documento, a luta pelo socialismo deveria ser antecedida por uma revolução burguesa no Brasil, daí a importância de os comunistas apoiarem a *burguesia nacional* em seu embate contra o que seriam obstáculos do imperialismo ao desenvolvimento do capitalismo no país.

Atendo-se mais aos quadros do jornal, portanto, podemos identificar as diferentes linhas que existiam em seu interior, bem como melhor iluminar as propostas que o mesmo defendia. O expediente da publicação era composto pelo presidente da publicação, João Cândido Maia Neto; pelo diretor dos secretários e pelo fundador, respectivamente, Eptácio Caó e Lourival Coutinho, donos de uma publicação que também levava o nome de *O Panfleto* que foi incorporada pelo novo periódico; o superintendente Paulo Schilling, responsável por organizar o jornal; além de Max da Costa Santos, como diretor responsável; e o conselho de redação, que contava com Leonel Brizola, Sérgio Magalhães, Neiva Moreira, Almino Afonso, Adão Pereira Nunes, dentre outros reformistas históricos.

Analisar a composição dos quadros intelectuais de *O Panfleto* é um meio de analisar as inter-relações entre organizações populares e reformistas na quadra histórica dos anos 1960. Ainda, permite identificar os pontos de correlação entre as frentes da Rede do Esclarecimento, notadamente a Rádio Mayrink Veiga e a publicação que ora analisamos.

Sobre isso exemplar é a biografia de João Candido Maia Neto, presidente de *O Panfleto*. Jornalista político mesmo antes de ser diretor-presidente do referido semanário, dirigiu os jornais *A Hora* (1954) e *Diário da Noite* (1957). A partir de 1963, atuou também na Rádio Mayrink Veiga, sendo figura importante na reorganização da emissora. Contribuía com a coluna *Por Um*, lida por um locutor na rádio. Por “atividade subversiva”, foi indiciado no inquérito policial militar (IPM) dirigido contra a rádio e seus colaboradores após o movimento político-militar de 1964¹⁴⁹. Acabou cassado pelo AI-1, como outros integrantes do expediente.

O diretor responsável pela publicação, Max da Costa Santos, era um egresso de postos na sociedade política brasileira. De junho a outubro de 1961, presidiu o conselho superior da Caixa Econômica Federal, além de, no mesmo ano, ter sido assessor do

¹⁴⁹ Fundo BR ANRIO TT.0.MCP, AVU.391, pasta 238.

Ministro da Fazenda. Tornou-se deputado federal da Guanabara pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), apoiado pela Aliança Socialista Trabalhista, que congregava ainda o PTB. A aproximação com os membros da sigla se deu no meio parlamentar, no qual integrou a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), defendendo pautas reformistas e nacionalistas. Apoiou também os sargentos rebelados em Brasília, acrescentando que a eles deveria ser concedido o direito de se fazerem representar em câmaras legislativas do país, contrariando a posição da alta oficialidade das forças armadas, que enxergava a medida como quebra da hierarquia militar.

Igualmente atingido pelo AI-1, exilou-se no México, passando ainda por Uruguai e França, onde lecionou na Universidade de Bordeaux. De curiosa em sua biografia a posterior passagem pela Escola Superior de Guerra, uma das responsáveis por pautar parte dos golpistas que em 1964 tomaram o Estado de assalto¹⁵⁰.

No Conselho da Redação, figura mais atuante, além do próprio Brizola, foi Sérgio Magalhães. Tendo ingressado no PTB em 1954, concorreu ao cargo de deputado federal da Guanabara pela legenda, sendo eleito para o mandato no legislativo. Como outros petebistas, era oriundo de estruturas do Estado de alguma maneira relacionadas ao Ministério do Trabalho. No caso, Magalhães fora presidente do Montepio dos Empregados Municipais (MEM), embrião do que se transformaria no Instituto da Previdência do Estado do Rio de Janeiro (IPERJ), durante o segundo governo Vargas.

Sua atuação parlamentar é indicativa do bloco que compôs naquela quadra de acirramento das disputas políticas. Um dos fundadores da Frente Parlamentar Nacionalista, combateu o fim do monopólio estatal da exploração do petróleo, possibilitado pela Ata de Roboré, que, sob justificativa de atualização do Acordo de Roboré, assinado em 1938 entre Brasil e Bolívia, facultava às empresas privadas brasileiras a exploração do petróleo boliviano.

Foi criador ainda do “Grupo Compacto”, ala do PTB empenhada na defesa da reforma agrária e da estatização de diversos setores da economia. Apresentou ainda o

¹⁵⁰ ARQ. DEP. PESQ. JORNAL DO BRASIL; CÂM. DEP. Anais; CÂM. DEP. Deputados; CÂM. DEP. Deputados brasileiros. Repertório (1946-1967); CÂM. DEP. Relação nominal dos senhores; ENTREV. BIOG.; Jornal do Brasil (7/4/74, 9 e 10/3/78); NÉRI, S. 16; TRIB. SUP. ELEIT. Dados (6); Veja (15/3/78).

projeto nº1 da limitação da remessa de lucros para o exterior, que seria debatido e, posteriormente, sancionado no governo João Goulart, com algumas mudanças¹⁵¹.

Eleito presidente da FPN em fevereiro de 1963, formou uma corrente de deputados nacionalistas no legislativo criticando os limites contrarreformistas do Plano Trienal, proposto então pelo Ministro do Planejamento, Celso Furtado. Na posição de líder dos nacionalistas, combateu ainda a proposta de Reforma Agrária de Milton Campos, particularmente no que se referia à indenização prévia dos proprietários fundiários em caso de desapropriação por interesse social. Constituiu, nesse sentido, importante líder político das alas petebistas contrárias ao que chamavam pejorativamente de “política de conciliação” – ou seja, acordos com o PSD a fim de fazer avançar, com limitações, as reformas.

Acabou punido em Inquérito Policial Militar de 1963 por suposta participação na “Revolta dos Sargentos”, da qual teria participado na qualidade de “agitador subversivo”¹⁵², ao lado de outros integrantes de *O Panfleto*. Pela sua atividade política nos anos 1950 e 1960, foi cassado pelo AI-1, sustentado na Lei de Segurança Nacional.

Outro a participar do levante de Brasília foi Neiva Moreira. Militante reformista ativo no fim dos anos 1950 e início dos 1960, a biografia de Neiva Moreira é algo heterodoxa. Jornalista dos Diários Associados, do anticomunista visceral Assis Chateaubriant, chegou a disputar eleições pelas Oposições Coligadas, que contavam com a UDN, assumindo posteriormente filiação ao Partido Social Progressista (PSP).

Conquistando uma cadeira na Câmara dos Deputados pela legenda, empenhou-se em lutas nacionalistas, como a favor da limitação da remessa de lucros para o exterior, além de pautas reformistas, notadamente as reformas agrária e eleitoral. Participante de proa na FPN, ingressou no *Panfleto* pela defesa que o jornal fazia de uma *revolução nacionalista*, anti-imperialista e contra a exploração dos trustes internacionais¹⁵³.

¹⁵¹ Essas e outras informações estão contidas em verbete escrito por Sônia Dias para dicionário biobibliográfico do CPDOC. Acessível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/busca-simples/verbeta/verbeta-biografico/sergio-nunes-de-magalhaes-junior> (acessado em 19/10/2015 às 11:07)

¹⁵² *Idem, ibidem.*

¹⁵³ Também nesse caso o dicionário biobibliográfico do CPDOC serviu de consulta. O verbete sobre Neiva Moreira é assinado por Gustavo Lopes e Alan Carneiro, podendo ser conferido em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/busca-simples/verbeta/verbeta-biografico/jose-guimaraes-neiva-moreira> (acessado em 19/10/2015, às 14:04)

Influenciando a pauta editorial de *O Panfleto* também tinham comunistas. Além do já mencionado Dias Gomes, encarregado da seção cultural, Adão Pereira Nunes contribuía para os debates mais propriamente políticos. Antigo militante do PCB, Pereira Nunes se afastou das hostes comunistas com a declaração de Luís Carlos Prestes de 1950 – acusando os candidatos do pleito presidencial de então de igualmente reacionários, o que vetava o apoio do partido a Getúlio Vargas¹⁵⁴. Acreditando que os comunistas deveriam apoiar o petebista a fim de obter vantagens em seu governo, Pereira Nunes aproximou-se dos trabalhistas. Nos anos 1960, eleito deputado federal do Rio de Janeiro pelo Partido Social Progressista (PSP), compôs a FPN, tendo atuação destacada no apoio parlamentar à revolta na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Por ser identificado como “subversivo” pelo governo que tomou posse em abril de 1964, foi cassado no Ato Institucional nº 1.

Compunham ainda o conselho membros eminentes da sociedade política durante o governo João Goulart. O mais destacado, sem dúvidas, foi o ex-ministro do trabalho Almino Afonso. Deputado federal do Amazonas pelo Partido Social Trabalhista (PST-AM), Afonso também integrou a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), assim como os demais colegas de *O Panfleto*. Rompendo com a legenda menor, ingressou nas fileiras do PTB, onde conquistou destaque e já em 1961 se tornou líder de bancada.

À frente do ministério do trabalho, opôs-se ao Plano Trienal quando este começou afetar a qualidade de vida dos trabalhadores. As tensões com o executivo se acirraram quando, modificando portaria de 1954 que proibia a existência de organismos de coordenação entre unidades sindicais, reconheceu o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Aproximando-se dos líderes sindicais, inclusive lutando pelo respeito ao direito constitucional à greve e pela imunidade sindical, desgastou-se com o presidente João Goulart, que tentava minar a atuação do CGT, inclusive pela promoção de outra central sindical (a União Sindical dos Trabalhadores), sem grande sucesso¹⁵⁵.

Em junho de 1963, diante do fracasso da política econômica do governo, simbolizada pelo abandono do Plano Trienal, Afonso acabou sendo demitido, bem como a maior parte da equipe ministerial. Permaneceu, contudo, atuante nos órgãos de

¹⁵⁴ MAZZEO, Antônio Carlos. **Sinfonia inacabada**. São Paulo: Boitempo, 2013.

¹⁵⁵ Essas e outras informações estão contidas em verbete escrito por Mônica Kornis et ali para dicionário biobibliográfico do CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/busca-simples/verbetes/verbetes-biografico/almينو-monteiro-alvares-afonso> (acessado em 19/10/2015 às 18:13)

classe, como a CGT, e nas lutas políticas, por meio do *Panfleteo*, saindo de cena apenas com o golpe de 1964, que o obrigou a pedir exílio no leste europeu.

Na breve análise biográfica de alguns membros da publicação, além da comum repressão sofrida no imediato pós-golpe, vemos destacadamente integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista – organização que mais representada entre os intelectuais de *O Panfleteo*. Dessa forma, a pauta nacionalista, permeada pelo viés reformista, torna-se evidente na publicação. Vemos ainda comunistas e ex-comunistas, demonstrando a imbricação entre setores revolucionários e reformistas naquela quadra histórica. Completam ainda a redação ex-quadros do Estado brasileiro, como Almino Afonso. Nesse caso, vimos ainda tensões entre o executivo da república e o membro de *O Panfleteo*, o que qualifica a publicação como uma frente de luta pelas reformas estruturais almejadas para o Brasil, ainda que eventualmente ocupasse uma posição antigovernista.

Por essa análise, pode-se entender melhor a linha editorial adotada pelo *Panfleteo*, exposta na capa de seu primeiro número. Já nessa edição, fica claro que o jornal tinha sido pensado para tomar partido da política nacionalista e reformista, tendo como vocação autoatribuída *a defesa dos anseios da população e dos problemas do povo*.

Provavelmente será, no seio da família jornalística, uma ovelha negra; indiscutivelmente será, do ponto de vista econômico, uma fortaleza sitiada. Porque não cortejará o anúncio, porque não se submeterá a injunções, porque não encarará como sérios, como legítimos, senão os problemas do povo e o amplo debate que conduza à sua solução¹⁵⁶.

Atacava, ainda, a Grande Mídia, ao opinar sobre a incompatibilidade entre prosperidade econômica de grupos midiáticos e *orientação honesta e sensibilidade ao clamor das massas*. Em outras palavras, *Panfleteo* saía às ruas anunciando que, precisamente por defender uma pauta *popular*, não receberia apoio econômico. Dessa forma, afirmava implicitamente serem os veículos de grande circulação *antipovo e antinação*, no linguajar de Brizola, também adotado pelo jornal.

Panfleteo, assim, é um jornal que toma partido em favor das *forças populares pelo avanço de suas conquistas históricas*.

Panfleteo é um jornal definido. Apoia as forças populares e aspira ser amparado por elas. Reconhece a legitimidade e o papel histórico do

¹⁵⁶ *O PANFLETO*. Rio de Janeiro: 17 de fevereiro de 1964, n.1, p.1

movimento sindical, do movimento camponês, do movimento estudantil e do movimento intelectual brasileiro; identifica-se com a luta das correntes nacionalistas que, integradas nos diferentes partidos políticos, encontram expressão máxima Frente Parlamentar Nacionalista; sua linha política será norteada pela posição das forças de vanguarda, hoje unidas na Frente de Mobilização Popular.¹⁵⁷

Dessa forma, o periódico, além de expor sua orientação editorial, especificava seu apoio às organizações que daqui para frente seriam agrupadas na categoria *forças populares*, mas que nesse momento são descritas uma a uma. No mesmo espaço, proclamaria ainda “a completa falência das estruturas sociais arcaicas”, preconizando a necessidade das reformas de base.

Outra pauta é o nacionalismo que se desdobrava na luta *anti-imperialista*. Aqui, o editorial de inauguração do *Panfleteo* assumia tom enérgico.

No campo da luta anti-imperialista a posição de *Panfleteo* será clara e objetiva: guerra sem quartel aos trustes internacionais que saqueiam nossa pátria; denúncia permanente ao imperialismo, quer sob as formas brutais do colonialismo, quer sob as camufladas, como capitais estrangeiros de rapina e auxílios do tipo ‘Aliança para o Progresso’”.¹⁵⁸

De forma explícita, pois, *Panfleteo* se assumia em defesa *resoluta do povo, que, amanhã, “não será mais escravo de ninguém”*. Paralelamente à inserção no espectro político, temos a anunciação da filiação a uma tradição, que já então se construía. Seja na fraseologia, seja pela escolha de temas e imagens para ilustrar a primeira edição do jornal, a menção a Getúlio Vargas é frequente. Assim, o primeiro artigo publicado pelo veículo é um comentário de Leonel Brizola à *Carta Testamento* do ex-presidente. A edição é encerrada, ainda, com a foto de Getúlio Vargas em situação que, no número, seguinte, seria reencenada por Leonel Brizola, escolhido pelo periódico para ser continuador daquele legado.

O *Panfleteo*, por conseguinte, tratava-se de um jornal que, ao mesmo tempo, reivindicava-se de *esquerda* e *varguista*. Se há críticas que apontam oposição entre os termos, elas já seriam trabalhadas em artigo de Brizola que reconstrói – e ressignifica – a trajetória política de Getúlio Vargas, publicado no próprio periódico. Sua filiação às lutas pela reforma, no entanto, seria unívoca: reconhecido pelos golpistas como o bastião dessa agenda política, teria sua redação invadida no pós-golpe. As edições

¹⁵⁷ *Idem, ibidem.*

¹⁵⁸ *Idem, ibidem.*

seriam recolhidas das bancas e o jornal extinto, o que torna a edição do dia 30 de março seu canto do cisne.

Reformismo em *O Panfleto*

Tem-se argumentado aqui que a Rede do Esclarecimento é, a um só tempo, fronteira de combate pelas reformas sociais e pelo poder. A tática de luta, porém, não é aquela que seus antagonistas a imputaram, a saber, a de rompimento com o regime democrático. Ao contrário, preconizava-se o aprofundamento da democracia formal, como simboliza a campanha pela reforma eleitoral, da qual se falará mais abaixo.

Outro indício daquela manobra é fornecido ao leitor de *O Panfleto* em sua segunda edição, datada de 24 de fevereiro de 1964. No artigo de Leonel Brizola, que corriqueiramente abria o periódico, há a denúncia do “equilíbrio de forças” que impedia não só o avanço das reformas sociais, mas também a afetava a governabilidade de João Goulart. Assim, Brizola vaticinava que, num dos momentos de maior isolamento presidencial,

ninguém dispõe da *hegemonia do poder*. Estabeleceu-se uma espécie de *equilíbrio pernicioso* entre as forças e correntes que formam e compõem a atual realidade política brasileira. *Todos* desejam, num ou outro sentido, uma saída para o atual e deplorável estado de coisas, mas ninguém, até agora, teve condições de fazê-lo. (...) Enquanto este equilíbrio de poder se mantiver, permanecerá intocável a estrutura econômico-social que aí está, o atual e revoltante estado de coisas, e, portanto, continuará o nosso país aberto ao saque internacional. (...) E o Presidente João Goulart? Tem ou não, exerce ou não o Poder como chefe do Executivo? Considero que o Presidente João Goulart tem em suas mãos, nesta altura, apenas nominalmente, legalmente, a hegemonia do poder. É possível que ainda o tenha, também, *potencialmente*, desde que se decida a exercê-lo no sentido dos autênticos interesses do povo brasileiro e não no dos interesses das minorias privilegiadas, ou como tem pretendido exercer até agora.¹⁵⁹

O equilíbrio seria mais precisamente descrito como a disputa pelo poder entre quatro grupos.

As minorias dominantes e reacionárias que estão fora do Governo (podem ser simbolizadas na UDN, Lacerda, Ademar, etc), as minorias dominantes e reacionárias que estão dentro do Governo (PSD) – o próprio governo (Presidente João Goulart e contingentes que o acompanham,

¹⁵⁹ *O PANFLETO*. Rio de Janeiro: 24 de fevereiro de 1964, n.2, p. 2.

oficialismo, muitos carreiristas e oportunistas) – e as *Forças Populares* da maioria esmagadora do povo brasileiro.¹⁶⁰

Essas forças procurariam a saída para o que seria uma *crise política*, claro que com alternativas variáveis, como Brizola alertara. Embora nessa passagem do jornal os sentidos diferentes quedem obscurecidos apenas por sua anúncio desprovida de descrição, em intervenções na rádio Brizola se liberta das peias e declara ser o golpe escolhido como potencial resolução da instabilidade política pelos setores *reacionários da sociedade*.

A tarefa das *Forças Populares* era, então, lutar pela emancipação sócio-econômica do Brasil. O caminho para tanto era “um só”, na arenga brizolista. Tratava-se

da conquista da opinião pública e do apoio popular e no da organização. Quem conseguir uma situação mais adequada e favorável junto ao julgamento popular e em matéria de organização terá a seu favor as condições necessárias ao controle e hegemonia do poder, e sobretudo, poderá realizar ou impedir a libertação do nosso povo.¹⁶¹

Assim, a motivação da Rede do Esclarecimento aqui fica bastante clara. A mesma consistiria em uma organização para disputar consciências e organizar as vontades em favor daquilo que ele denomina *Forças Populares*. As duas fronteiras midiáticas, a saber, *O Panfleto* e a *Rádio Mayrink Veiga*, por conseguinte, coligam-se à sua manifestação mais prática, as células populares denominadas de *Os Grupos de Onze*.

A importância dos grupos para a estratégia da Rede do Esclarecimento fica evidente nas intervenções radiofônicas – muitas delas destinadas a fomentar a formação de novos grupos - e no local prioritário que seu manifesto de criação ocupa nas páginas de *O Panfleto* – estampando o primeiro número do periódico. Assim, em espaço dedicado à exortação da criação de Grupos de Onze e à divulgação de suas diretrizes, Brizola insiste que sua importância reside na capacidade de fortalecer os representantes do povo no combate contra os *reacionários*.

Milhões de brasileiros aguardam uma orientação, uma palavra de ordem. Ressalvando o grande esforço de organização dos trabalhadores em seus sindicatos, dos estudantes e camponeses, de alguns líderes populares, intelectuais e de muitos de nossos irmãos militares, é este o panorama geral de nosso país. Milhões e milhões de brasileiros esclarecidos e inconformados estão mais do que prontos para agir e fazer alguma coisa clamando por uma

¹⁶⁰ *Idem, ibidem.*

¹⁶¹ *Idem, ibidem.*

tomada de posição das lideranças e pela distribuição de tarefas, mas todos ou quase todos, sem qualquer articulação, imobilizados pela inexistência da organização que viria justamente dar impulso e canalizar a força invencível que representa o povo brasileiro mobilizado. (...) Foi dentro deste pensamento que se tomou a iniciativa, através da Rádio Mayrink Veiga e demais emissoras dessa “Rede do Esclarecimento”, da organização dos Grupos dos Onze Companheiros; de reunir *numa organização* simples, ao alcance de todos, mesmo nas áreas e localidades mais isoladas e distantes. Através da organização de pequenas unidades, e teremos como articular e reunir imensos contingentes do povo brasileiro às organizações existentes, como sejam, a FMP, CGT, Sindicatos, UNE e suas organizações, FPN, organização dos “SEM TERRA” e “LIGAS CAMPONESAS”, e entre os partidos políticos, o PTB e o PSB e outras organizações populares, locais ou regionais, dentro do objetivo de consolidar e cimentar a unidade das forças populares.¹⁶²

No trecho, a Rede do Esclarecimento se constitui em um polo de difusão das ideias das *forças populares* – o grupo constituído pelas organizações mencionadas. Serve, ainda, à disputa de consciências políticas para a causa reformista, ponto incontornável na disputa pela libertação do povo, conforme anunciado por Leonel Brizola quando de sua reflexão sobre o equilíbrio do cenário político de então. Quando cotejamos os dois fragmentos, percebemos, então, uma das funções da Rede do Esclarecimento, qual seja conquistar o apoio popular à causa das organizações listadas. Trata-se, pois, de combate pela opinião pública, entendido aqui como ponto necessário no avanço das *forças progressivas* no embate político.

Estamos muito longe, pois, da visão de um grupo que defende o rompimento democrático. Vemos que a quase um mês do golpe a palavra de ordem era pelo trabalho de bases sociais, pela difusão no seio do *povo* da agenda reformista. Não há qualquer menção pública ao rompimento com a forma democrática.

Além disso, no entendimento de *O Panfleto* as reformas eram um anseio popular¹⁶³. Partindo do pressuposto de que do povo emana o poder, Brizola identifica, pois, suas aspirações como legítimas, devendo ser postas na ordem do dia pelo governo. Assim, critica a política de acomodação de João Goulart que, condicionando as reformas à coalizão partidária, estaria traindo a vontade popular, expressa tanto na crise de agosto de 1961 quanto no plebiscito que escolheu o regime do Brasil, em 1963.

Dez milhões de brasileiros ofereceram impressionante demonstração de coesão, num pleito que a corrupção do poder econômico e a opressão das oligarquias não puderam desvirtuar nem viciar os resultados. A consulta

¹⁶² *O PANFLETO*. Rio de Janeiro: 17 de fevereiro de 1964, n.1, p.14

¹⁶³ *Idem, ibidem*.

plebiscitária de janeiro de 1964 foi, decididamente, um pleito livre, onde o povo brasileiro manifestou sua vontade na plenitude de sua consciência cívica e de suas convicções. Pelo que se pregou e disse ao povo, no decurso da campanha para o plebiscito – volta ao presidencialismo, com Jango e para as reformas – é fácil concluir que aquela aplastante manifestação popular teve o sentido de repúdio à política de acomodação, de vacilações, de indefinições, vigorante no período do parlamentarismo.¹⁶⁴

Assim, excepcionalmente naquela votação, o poder econômico e a influência dos votos de cabresto não foram suficientes para conter as demandas do *povo*. A vitória do presidencialismo foi, para Brizola, a vitória das reformas, haja vista que a campanha de João Goulart a favor daquele regime teria se centrado na agenda reformista. A recusa do parlamentarismo, por consequência, também seria uma recusa ao arbítrio do poder legislativo, a casa mais conservadora da República¹⁶⁵.

O ataque aos representantes daquele poder seria reforçado após a aproximação com o presidente da República, sacramentada no famoso Comício da Central do Brasil. Na ocasião, Brizola ousou mais decididamente convocar as *massas* e o *povo* para lutar pelo que seriam seus interesses sociais. Discursando à audiência, na ocasião interpelaria o Congresso, fornecendo-lhe duas saídas: ou seguia o povo em “seus anseios”, ou se tornava seu rival, devendo por ele ser reformado em pleitos futuros.

Não podemos continuar nesta situação [de crise]. O povo está a exigir uma saída. Mas o povo olha para um dos poderes da República, que é o Congresso Nacional, e ele diz não, porque é um poder controlado por uma maioria de latifundiários, reacionários, privilegiados e de ibadianos. É um congresso que não dará mais nada ao povo brasileiro. O atual congresso não mais se identifica com as aspirações de nosso povo. A verdade é que, como está, a situação não pode continuar. E aqui vai a palavra de quem deseja apenas uma saída para o trágico impasse a que chegamos. A palavra de quem apenas quer ver o país livre da espoliação internacional, como está escrito na carta testamento de Getúlio Vargas (aplausos prolongados)¹⁶⁶.

O desacordo entre Brizola e Congresso Nacional fica evidente no fragmento transcrito. Por ser considerado em sua análise dominado por “privilegiados”, reacionários e latifundiários, o legislativo da República representaria a “Casa do Antipovo”, o reduto do conservadorismo que impedia o avanço das reformas e as conquistas populares. A saída, portanto, seria com o Congresso, reformando-lhe pela forma da mobilização popular.

¹⁶⁴ *O PANFLETO*. Rio de Janeiro: 09 de março de 1964, n. 4, p.2

¹⁶⁵ *Idem, ibidem*.

¹⁶⁶ *O PANFLETO*. Rio de Janeiro: 16 de março de 1964, n. 5, p. 3

O povo é a fonte de todo poder. Portanto, a única saída pacífica é fazer com que a decisão volte ao povo através de uma Constituinte, com a eleição de um congresso popular, de que participem os trabalhadores, os camponeses, os sargentos e oficiais nacionalistas, homens públicos autênticos, e do qual sejam eliminados as velhas raposas da política tradicional. Dirão que isto é ilegal. Dirão que isto é inconstitucional. Por que, então, não resolvem a dúvida através de um plebiscito? Verão que o povo votará pela derrogação do atual Congresso¹⁶⁷.

Importante ressaltar, no trecho acima, a forma clara com que Brizola apresenta o problema aos ouvintes: o Congresso não representa a sociedade brasileira. É reduto de representantes do “antipovo”. Assim, no caminho da efetivação das reformas de base, as casas do legislativo devem ser superadas. Não, porém, a ideia de Congresso, tampouco sua importância na divisão dos poderes. Mas sim aquela composição específica, histórica, de representação, responsável por uma distorção de representatividade que daria mais voz a alguns setores da sociedade do que a outros.

A saída para o que Brizola enxerga como um desvio democrático é uma forma relativamente mais participativa de política pública. Seria um plebiscito o primeiro passo para revogar os poderes do Congresso, abrindo espaço para que a reformulação fosse possível por meio de uma Assembleia Constituinte. Pode-se avançar, a partir do fragmento, duas observações: a primeira, referente à concepção de derivação do poder em uma democracia, para Brizola sempre partindo do “povo”; a segunda, que não estava em jogo neste momento uma ruptura democrática por parte de Brizola. Ao contrário, de acordo com sua concepção de derivação do poder, ter-se-ia um aprimoramento democrático, corrigindo distorções por meio da participação mais direta do “povo” no debate político.

Aqui se vê mais um indício do papel de porta-voz popular que Brizola se arrogava. Nisso, o petebista parece ter seguido de perto o legado varguista. Como Getúlio, Brizola se via capaz de apontar o caminho a ser seguido pelo “povo”. Também aparentemente se enxergava como interprete legítimo de suas necessidades. Trata-se de um dos atributos fundamentais da construção de uma liderança popular, intento que este trabalho defende como sendo um dos esforços de Brizola naqueles anos 60.

¹⁶⁷ *Idem, ibidem.*

O Panfleto e Brizola: a construção da liderança popular

Quando nos debruçamos sobre outra frente de atuação da Rede do Esclarecimento, a saber, a rádio Mayrink Veiga, ressaltamos que, paralelamente à luta pelas reformas de base, Leonel Brizola objetivava ganhar terreno dentro do campo da política partidária. Assim sendo, solicitava pelo rádio a formação de Grupos de Onze pessoas, que tinham como uma de suas tarefas se reunirem para ouvir as suas locuções radiofônicas. Estruturava-se, pois, uma forma de relacionamento direto entre líder e *povo*, conforme se designava essa parcela da população. Ao cotejar essa tática à luta pela ampliação do continente eleitoral, a medida indica a construção de bases sociais que, com o avançar das reformas, poderiam projetar a atuação política de Leonel Brizola, semelhantemente aos eventos ocorridos em 1961.

Na análise de *O Panfleto – o jornal do homem de rua*, a construção da liderança brizolista instrumentaliza o legado de Getúlio Vargas. Figura então muito popular, Vargas tem sua trajetória política aproximada dos interesses de Leonel Brizola. Utiliza-se, para tanto, inclusive ferramentas das quais o rádio não dispõe, como a imagética. Assim, vemos Brizola e Vargas, em fotografias, fazerem a mesma posição em edições diferentes do periódico: se no número contendo a Carta Testamento, uma fotografia de Vargas de perfil tomando chimarrão é veiculada, na edição seguinte é Brizola que, na mesma posição e sorvendo o mesmo líquido, estampa a matéria de capa do jornal. Atua-se, pois, no sentido da identificação direta entre Getúlio Vargas e Leonel Brizola, com este se assumindo como continuador daquele, beneficiando-se potencialmente, por conseguinte, de sua popularidade.

Outras formas de identificação entre Vargas e Brizola, no entanto, são verificáveis, embora estas sejam mais sutis. Identifica-se essa tática principalmente na aproximação do legado varguista à plataforma política de Leonel Brizola – a luta contra a “espoliação internacional”, as reformas de base, etc. Assim, já na primeira edição de *O Panfleto*, vemos Brizola comentar a Carta Testamento de Getúlio Vargas, buscando explicar seu sentido “muitas vezes oculto”.

Assim, ao supostamente revelar o que *nem sempre está imediatamente claro*, Brizola fornece uma interpretação pessoal do documento ao leitor de *O Panfleto* – claro,

imbuída de suas próprias disposições políticas e sociais. Nesse sentido, a carta vira arma de resistência contra o “imperialismo”.

A carta de Vargas é o mais importante manifesto dirigido ao povo brasileiro, desde a nossa independência. Pelo que contém e pela autoridade de seu signatário. O a 24 de agosto há de ficar assinalado em nossa História como ficou, pelos tempos, o dia em que Tiradentes foi sacrificado. Tiradentes foi o mártir e o precursor de nossa independência política; Vargas, o mártir e precursor da libertação do nosso povo da injustiça social e da espoliação econômica.¹⁶⁸

A passagem elucida ainda o *campo semântico* em que Getúlio Vargas se insere, na perspectiva de Leonel Brizola. É o presidente, pois, merecedor de figurar em espécie de *panteão da Pátria*, grupo seletivo de homens que lutaram pela independência brasileira. Se Tiradentes, símbolo da comumente chamada “Inconfidência Mineira”, teria sido responsável direto pela emancipação política da nação, a Vargas coube iniciar a luta contra a espoliação internacional – esse embate sendo a força motriz da emancipação econômica do Brasil. Seus seguidores mais destacados, dentre eles o próprio Brizola, são candidatos, pois, a figurar naquela lista de heróis nacionais, haja vista que têm o fito de terminar sua obra.

Aproxima-se, dessa forma, a obra varguista dos anseios de Leonel Brizola. Essa manobra fica especialmente clara quando vemos o petebista justificando a insurreição contra o *antipovo* como uma resposta ao chamado de Vargas ao *inconformismo e à resistência patriótica*.

Afora algumas palavras de afeto e despedida, dirigidas ao povo brasileiro, contém a Carta de Vargas uma *denúncia* à nacionalidade em uma *convocação* à luta, ao inconformismo, à insubmissão e à resistência de todos os brasileiros e patriotas deste país. *Vargas denunciou o domínio e o processo de espoliação das corporações e grupos econômicos e financeiros internacionais* que vêm esmagando o nosso povo e mergulhando a nossa Pátria na dependência e submissão.¹⁶⁹ (grifos do documento)

A aproximação ao legado de Vargas, no entanto, exige certos cuidados por parte dos trabalhistas. É que Getúlio Vargas, o *pai dos pobres*, o da CLT, o do nacionalismo econômico, etc., também foi o mesmo da censura, da repressão aos movimentos sociais e a comunistas – que em parte agora apoiavam Brizola, inclusive compondo setores da chamada “Rede do Esclarecimento”. Assim sendo, tornava-se necessário especificar de qual Vargas se era herdeiro: o nacionalista, não o ditador.

¹⁶⁸ *O PANFLETO*. Rio de Janeiro: 17 de fevereiro de 1964, n.1, p.2

¹⁶⁹ *Idem, ibidem*.

Fatos e circunstâncias, atitudes e posições anteriores, com as quais a carta testamento guarda a mais perfeita coerência, demonstram que a derradeira mensagem de Vargas contém o *pensamento conclusivo* do grande brasileiro. Vargas, portanto, após as experiências recolhidas no decurso de sua longe e intensa vida pública chegou à conclusão de que o *problema dos problemas* de nosso País, que a *causa motriz* de nossos males e aflições é a *espoliação* cruel e desumana de que somos vítimas.¹⁷⁰ (grifos do documento)

A estratégia aqui é reduzir a trajetória de Getúlio Vargas à última fase de sua carreira política – ainda tingida com as cores da idealização de sua Carta Testamento. Dessa forma, o *verdadeiro Vargas* não é criador do Estado Novo, mas o criador da Petrobras, chefe nacionalista contra as forças que patrocinam a exploração do país.

Faz parte, também, de seu pensamento conclusivo a *palavra de ordem* a todos os brasileiros que colocam a Pátria acima de seus interesses. E a palavra de ordem não é outra senão a inconformidade, a resistência, a luta contra os espoliadores de nosso país, contra os grupos dominantes, externos e internos, que formam a crosta de interesses que vêm sacrificando o nosso povo e solapando a nossa própria soberania.¹⁷¹ (grifos do documento)

Sabedor da manobra arriscada que opera, Brizola insiste em defender a sua forma de interpretação do legado varguista, ressaltando que não se deve apreciar o conjunto da obra a fim de definir o sentido da liderança de Getúlio Vargas. Em vez disso, deve-se optar pelo seu pensamento conclusivo, o *último Getúlio Vargas*, que se manifesta na Carta Testamento.

Alguns insistem que Vargas deve ser encarado através de uma média, de uma apreciação global de seus atos, posições e pronunciamentos no decurso de toda sua vida pública. Para o historiador, é possível que esse critério seja o mais adequado. Para o povo brasileiro, todavia, que o tem como líder e inspirador, o que deve prevalecer é o seu *pensamento conclusivo e a sua palavra final*¹⁷². (grifos do documento)

Essa síntese ideal de Vargas é, ainda, instrumentalizada para legitimar a luta reformista – afinal de contas, seriam os problemas atacados pelas reformas de base a causa basilar dos males da nação. Nesse momento, portanto, convém esclarecer o porquê de Getúlio Vargas nunca ter sido muito claro na defesa do reformismo. Brizola argumenta que isso se deveu à característica da fala e das ações do ex-presidente: algo dúbio, enigmática, mas que com um sentido oculto, o qual era apresentado por Brizola.

Muitos estranham a particularidade de não ter Vargas, em sua derradeira mensagem, mencionado expressamente as reformas de base. Ocorre que, embora sem fazer uma referência expressa sobre as chamadas reformas de

¹⁷⁰ *Idem, ibidem.*

¹⁷¹ *Idem, ibidem.*

¹⁷² *Idem, ibidem.*

nossa estrutura interna, está implícito na carta de Vargas o conceito de que *reformas e libertação são termos de um mesmo problema*. Numa economia espoliada, submetida a um processo crescente de descapitalização e desgaste. Como a nossa, reformar quer dizer organizar uma sociedade justa, terracear a economia contra a erosão, fazer a retenção da poupança local e dos frutos do trabalho do povo e promover o desenvolvimento. *Reformas e libertação são, pois, termos de um mesmo problema. Não há reformas sem libertação, nem libertação sem reformas.*¹⁷³ (grifos do documento)

Assim, como leitor privilegiado de Vargas, Brizola continua desvelando a interpretação adequada da Carta Testamento. Segundo ele, trata-se do documento que melhor compreendeu as razões da dependência do Brasil, de seu empobrecimento e da desigualdade que assola o *povo*. Brilhante é Vargas, pois, já que sem o mesmo volume de informação de que os trabalhistas dispunham nos anos 1960 fora capaz de antever as causas do problema nacional. Cabe, portanto, aos signatários da Rede do Esclarecimento apenas vocalizar e atualizar os anseios que o presidente morto expressara quase dez anos antes.

O depoimento de Vargas permite-nos compreender que a nossa estrutura econômico-social, injusta e desumana, nada mais é que o efeito, que a dolorosa consequência do insidioso processo de espoliação a que está submetido nosso país; permite-nos compreender que o subdesenvolvimento, o nosso atraso material e cultural, o analfabetismo, o latifúndio intocável, a marginalização e o empobrecimento de regiões e contingentes cada vez maiores de nossa população, as favelas, os ranchos, as doenças endêmicas, a inflação, a desvalorização de nossa moeda, as emissões, a elevação dos preços e do custo de vida, todo este quadro de sofrimentos, de necessidades, de misérias e injustiças, nada mais é senão o trágico painel dos *efeitos e consequências da espoliação econômica*. Vargas não dispunha dos dados e provas que hoje nós possuímos; mesmo assim, a experiência e o descortínio o grande estadista, permitiram-lhe antever e afirmar aquilo que se constituiu, hoje, uma verdade aceita e proclamada, isto é, que *só conseguiremos* realizar o nosso desenvolvimento, os ideais de justiça social, construir uma sociedade brasileira justa, *à medida que conseguirmos nos libertar da espoliação internacional*¹⁷⁴. (grifos do documento)

Estabelecida a semelhança entre Vargas e Brizola, seja pela instrumentalização da Carta Testamento, seja pela superposição imagética, na qual Brizola representa Vargas, a tarefa passa a ser brandir tal tradição contra seus inimigos políticos. Assim vemos novamente o *antipovo* ser protagonista das atenções do reformista.

A Carta de Vargas denuncia ao povo brasileiro a existência de uma minoria de poderosos e de privilegiados, associados da espoliação, insensíveis aos interesses do país e apegados exclusivamente ao lucro e aos seus negócios – embora invocando sempre a democracia e as liberdades – e

¹⁷³ *Idem, ibidem.*

¹⁷⁴ *Idem, ibidem.*

cujos interesses formam a tessitura de poder e dominação que mantém o nosso povo aprisionado à exploração e ao atraso, impedido de realizar a si mesmo. Vargas aponta essa minoria, denunciando-a como forças e interesses antipovo e antinação. São grupos e oligarquias que detém, realmente em suas mãos, os cordéis do poder neste País. (...) Vargas denunciou como antipovo e antinação todos os que negam aos que trabalham e produzem aqueles mesmos direitos e garantias que só uma minoria de afortunados vem usufruindo, num país aberto ao saque internacional. Vargas denunciou como antipovo e antinação as cúpulas e oligarquias da velha política brasileira e os grupos econômicos internos associados das corporações internacionais, aqui protegidos pela cobertura daquelas mesmas forças políticas.¹⁷⁵

A luta, pois, contra os *inimigos do povo e da nação* não é uma *invenção* de Brizola. Trata-se de algo que lança raízes nos tempos de Getúlio Vargas. Ora, o *grande estadista* combatera, em seu tempo, os mesmos inimigos que ora se levantam contra as reformas. Assim, aqueles que em 1954 contribuíram para o suicídio do presidente agora evitam o avanço da luta social e do desenvolvimento da nação. Se foram, pois, derrotados antes pelas colunas populares, devem novamente figurar entre seus alvos.

Dado o exposto, a interpretação de Brizola da Carta Testamento a transforma em um documento reformista e nacionalista – de modo similar, não sem razão, à Rede do Esclarecimento. Vargas, o “mártir” da libertação brasileira, era, assim, o *precursor* de um movimento de libertação ora conduzido por Brizola e seus companheiros.

*A Carta de Vargas é um manifesto revolucionário e nacionalista. O grande brasileiro denunciou o domínio e a espoliação internacional que vem martirizando o nosso ovo e solapando a soberania de nossa pátria. Vargas conclamou-nos à resistência e à luta. Como aquele sentinela da História. Vargas morreu para que as nossas consciências despertassem. Vargas cumpriu sua missão. É, hoje, o mártir, o precursor de nossa libertação. E porque assim foi, hoje somos milhões e milhões por todos os recantos da Pátria.*¹⁷⁶ (grifos do documento)

Assim como o suicídio de Vargas teria sido um passo para despertar a consciência nacional, a estratégia brizolista seria o momento do esclarecimento do povo contra seus inimigos, obstáculos ao desenvolvimento autônomo e livre das ingerências internacionais. Aqui, pela leitura feita por Brizola da Carta Testamento, tanto se legitima a luta dos reformistas e a pauta das reformas de base quanto a liderança de Brizola no movimento se consolida. Assim, o petebista aparece como sucessor do último herói da independência nacional, cuja tradição remonta a Tiradentes. Constrói-se, por conseguinte, uma linhagem de símbolos nacionais que culmina em Brizola. É a

¹⁷⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁷⁶ *Idem, ibidem.*

História servindo à construção de uma liderança que então se projetava. Convém lembrar que, do mesmo modo, buscou-se lastrear as lutas reformistas em exemplos históricos de profunda popularidade, como a figura do Jesus Cristo *operário* que se insurge contra o *imperialismo* romano, comentada no capítulo acima.

Na construção de Brizola como líder popular, etapa necessária seria combater os que, rivalizando com ele, também se projetavam dessa forma. Exemplos claros são Ademar de Barros e Carlos Lacerda, alvos constantes de ataques do petebista pela Rede do Esclarecimento. O último é, inclusive, comparado a um ditador nazista em matéria que identifica a *Invernada de Olaria* a “Auschwitz sem gás”.¹⁷⁷

Todavia, além dos adversários mais óbvios, outros líderes também foram alvo de carga da Rede do Esclarecimento. Em artigo assinado no dia 2 de março de 1964, Brizola se põe a tarefa de versar sobre “a autenticidade das lideranças”. O texto é um libelo contra a *vacilação* de João Goulart, eleito como líder progressista, *revolucionário*, mas que agora fraquejava em implementar as mudanças necessárias ao Brasil, caindo, assim, no *pântano da conciliação*.

Talvez nenhum partido sofra tanto esse processo [de inautenticidade das lideranças] quanto o PTB. Partido essencialmente revolucionário, com as raízes plantadas nas grandes multidões humildes, cristalizou seu ideário com a Carta Testamento de Getúlio Vargas. Alguém poderá afirmar, honestamente, que a derradeira palavra de ordem de Getúlio foi acomodatória, foi conciliadora? Não. Mas há dezenas de líderes, nascidos no PTB, que pregam a acomodação e a paciência, que afastam o povo do caminho das suas conquistas sociais¹⁷⁸.

A Carta Testamento como *documento fundador de uma tradição política* é novamente evocada. Agora, porém, para ser arma contra os líderes que abandonam suas bandeiras e caem no conformismo. A alusão a João Goulart, então ainda preocupado em recompor a base política de seu governo por meio de negociações com setores conservadores do PSD, é evidente. Atacando o presidente de forma ainda mais clara, Brizola busca então justificar a manobra política de Goulart como o fisiologismo de quem se apega ao poder.

Essa falsidade, essa liderança frustrada por um com a linguagem da hábil processo de envolvimento, não se faz evidente por si mesma. E tendo ainda nas mãos a bandeira com que iniciou a jornada, ei-los falado às massas, cuja confiança conquistara, prudência, bem diversa das suas primeiras arengas. É

¹⁷⁷ *O PANFLETO*. Rio de Janeiro: 2 de março de 1964, p. 2.

¹⁷⁸ *Idem, ibidem*.

que os bens acumulados, a comodidade conquistada, a importância das posições usufruídas – fizeram hábito. E o medo de perder tudo que conseguiram transforma, sutilmente, a mensagem transmitida. Passam a ser revolucionários apenas na palavra. Continuam salientando as agruras populares, mas seu apelo não é mais à luta, e sim à paciência. E em nome da prudência, pregando a calma e a contenção, chegam à ação acomodatória que visa não mais resolver os problemas das massas esquecidas, mas manter a situação que protege seus interesses pessoais¹⁷⁹.

O erro crasso, pois, de um *verdadeiro líder popular* seria se apegar aos mimos do cargo abandonando seus projetos de reforma, ainda que se mantenha a bandeira erguida para ganhar votos. Brizola ataca o caminho adotado por Goulart ao entender que ele falseia as lutas populares. Em vez de avançar, força a parada – entendida aqui não como uma manobra tática, mas com o impulso do comodismo de quem se apegou ao conforto da posição de prestígio. A figura do vendilhão da pátria é conjurada, assim como a função do *líder autêntico*, cujo dever é denunciar os que, abandonando o *povo*, *abastardaram-se*, mudando de lado.

Considero este problema o maior entrave à ação das forças populares. Por isso penso que é um dever dos líderes autênticos a vigilância permanente e a coragem da denúncia que, longe de ser divisionista, combate o divisionismo, alertando o povo para o mais grave obstáculo à sua luta e lhe oferecendo condições para distinguir as lideranças legítimas e aniquilar as que se abastardaram.

Além de se colocar, pela construção da alteridade, como o tal líder autêntico, Brizola ainda busca responder as acusações que, à época, vicejavam na Grande Imprensa. Se para muitos ele era o extremista, o radical, o *comunista* - visão que permanece, em certo sentido, até os dias de hoje - aqui ele demonstra que essas categorizações não passam de construções discursivas com o fito de justificar uma posição conciliadora adotada pelos falsos líderes populares. Seriam eles, coligados aos setores conservadores da sociedade, que tachariam os antigos aliados de extremistas, a fim de justificar sua própria posição. Assim, tais lideranças “inautênticas”

(...) olham para os antigos companheiros, que se mantêm fiéis à sua origem, com receio e quase rancor tentando inutilizar-lhes a ação e minar sua capacidade política, tachando-os de radicais, de extremados e até de comunistas.

Em nove de março de 1964, o Comício da Central ainda não ocorrera, as aproximações entre Brizola e Jango se anunciavam no horizonte, mas não se efetivavam. O deputado, então, decide voltar à liça com armas em punho contra o

¹⁷⁹ *Idem, ibidem.*

presidente. Em análise do governo, Brizola identifica já na resolução da crise de agosto de 1961 – quando, após a renúncia de Jânio Quadros, o mandato de Goulart teve a resistência das hostes conservadores – o início da conciliação.

Tivemos, na crise de agosto, o primeiro ato da política de acomodação. A concessão feita para que o novo governo assumisse suas funções, sob aquele parlamentarismo espúrio, isto é, com a mudança de regime, foi efetivamente um ato de acomodação. E, como se viu no decurso de sua vigência, em cerca de ano e meio, foi a conciliação do inconciliável e, por consequência, profundamente prejudicial e lesivo aos interesses do povo brasileiro.¹⁸⁰

A saída para o impasse foi, como se sabe, a constituição de um regime parlamentarista, regime que reduziu dramaticamente os poderes do presidente e se mostrou bastante impopular. Contrariado à época, posto que favorável à assunção de plenos poderes por João Goulart, Brizola relembra o episódio, acabando por construir um paralelo entre sua posição naquele ano – então, responsável por projetá-lo como político de alcance nacional – e a verificada em 1964.

Para que o atual presidente assumisse o governo, não foram suficientes os votos que recebeu do povo, elegendo-o vice-presidente da República. Não bastou, também, o diploma que a Justiça Eleitoral, em nome da ordem jurídica vigente no País, lhe outorgou. Tornou-se necessário que o próprio povo, em impressionante unidade, se mobilizasse, de fuzil na mão, para que fosse respeitado o direito do então vice-presidente da República de assumir a presidência.¹⁸¹

Lembrar da crise de 1961, especialmente do levante popular pela legalidade, é lembrar o papel de Brizola naquela conjuntura. Assim, o então deputado federal anunciava a mobilização popular da qual ele, então governador do Rio Grande do Sul, tomou partido como causa necessária para a ascensão de João Goulart à presidência. Brizola, assim, parece lembrar ao chefe do executivo de onde deriva seu poder. Eis o petebista, pois, destacando a dívida política do presidente com as causas populares – tarefa que, na ótica de *O Panfleto*, ele abandonara em prol da política de conciliação. A quebra do compromisso com a sua base social é lembrada, ainda, quando da análise por Brizola da campanha do plebiscito para escolha do regime brasileiro, realizado em 1963. De acordo com o líder trabalhista, o pleito marcou um momento de potencial avanço das forças progressistas, que teria sido abortado, mais uma vez, pela reticência do presidente.

¹⁸⁰ *O PANFLETO*. Rio de Janeiro: 09 de março de 1964, n.4, p.2

¹⁸¹ *Idem, ibidem*.

A partir desse momento [1963], o que deveria esperar o nosso povo senão uma política popular, firme e definida, com que seu governo viesse redimir a nação de seus erros e a população brasileira dos sofrimentos e angústia em que mergulhara? Restaurados os poderes do nosso presidente, o que se viu? (...) O primeiro ministério caracterizou-se pela indefinição, em grande parte imobilizado pelas suas próprias contradições internas. Surgiu o Plano Trienal e uma política econômico-financeira retrógrada, superada historicamente, ao sabor dos clássicos interesses das minorias dominantes e privilegiadas. (...) Mas o pior ainda estava por vir: no bojo do Plano Trienal e da política econômico-financeira estava a compra das subsidiárias da Bond & Share, operação por todos os títulos lesivas aos interesses nacionais. Tudo isso representava uma definição, ainda que tortuosa e tímida. Era a continuação da política de acomodação, agora com novos lances e algumas novas roupagens.¹⁸²

Todas as medidas antipopulares do governo João Goulart, assim, eram explicadas pela política de conciliação com as classes dominantes. As acusações de Brizola chegam próximas de acusar o presidente de ser *antinação*, ao ressaltar o esquema de compra da *Bond and Share*, então muito questionada, por meio da qual o governo brasileiro ressarcia os empresários estadunidenses pelas unidades produtivas encampadas por Leonel Brizola quando este ocupava o cargo de governador do Rio Grande do Sul.

Se a vacilação de Jango explica o escoamento das riquezas nacionais para o exterior, haja vista sua associação com agentes do *imperialismo*, ela também explica em algum nível o momento identificado como sendo de crise política vivida pelo país. Um dos maiores antagonistas do governo, Carlos Lacerda, teria sido produto daquela indecisão de João Goulart. O *corvo*, como era chamado pelos seus opositores, dentre eles a Rede do Esclarecimento, teria ressurgido após ser derrotado politicamente em 1961. E isso se deveu à falta de iniciativa do presidente em efetivar a agenda reformista.

As forças populares entregaram ao presidente João Goulart, quando aqui chegou para assumir o governo, esta figura deletéria da vida brasileira como um verdadeiro trapo humano e político. Era natural que enquanto se desdobrava a política de acomodação e de intermináveis entendimentos com o Embaixador Gordon, com o governo e grupos norte-americanos, Lacerda fosse conseguindo oxigênio e os meios para se recuperar e se fortalecer. E foi, sem mais nem menos, o que ocorreu.¹⁸³

Ressuscitado na vida política por João Goulart, ao menos na ótica de Leonel Brizola, Lacerda teria desde então agido contra os interesses nacionais, consistindo-se

¹⁸² *Idem, ibidem.*

¹⁸³ *Idem, ibidem.*

em um óbice à implementação das reformas por ser um agente a soldo do capital externo.

Autoridades e grupos estrangeiros, de uma parte, os círculos dominantes locais, seus associados, de outra, compreenderam os processos de nosso governo. E, assim, mantiveram conversações, traçaram esquemas, acenaram com compromissos visando ganhar tempo. Enquanto o Sr. Gordon ia e vinha, com estranha frequência, às audiências de nosso presidente, seus assessores derramavam a cornucópia de dólares para Lacerda. Encheram Lacerda de dinheiro: cerca de 200 bilhões de cruzeiros lhe foram entregues sem qualquer controle do Governo da República, numa situação inaceitável para um país que preza a sua soberania. Realmente, a realização de empréstimos e operações, o fornecimento escandaloso de recursos a um governo estadual por parte de um governo estrangeiro, constitui uma excrescência, uma anomalia incompatível com a dignidade de uma nação autodeterminada. Esta situação concreta nos dá uma ideia nítida dos resultados e efeitos da política de acomodação até agora seguida pelo nosso governo.¹⁸⁴

A animosidade entre Leonel Brizola e João Goulart seria deixada de lado com a aliança celebrada no Comício da Central do Brasil – momento que marca a aproximação do presidente com as forças populares. *O Panfleto*, que chegou às ruas três dias depois do evento, dedicou-se a uma cobertura especial da manifestação. Em vez do usual artigo de Leonel Brizola, o periódico publicou o discurso do deputado federal proferido naquela noite. Também as palavras de João Goulart são difundidas, em página posterior à intervenção de Brizola.

O curioso desse artigo é que as palavras de Brizola são por vezes atravessadas com descrições da cena, objetivando recompor o ato encenado em frente ao Ministério da Guerra, em ponto central do Rio de Janeiro.

Mas quero perguntar ao povo: querem que continue a política de conciliação ou preferem um governo nacionalista e popular? Aos que desejam um governo nacionalista e popular, peço que levantem a mão. (Num só gesto, a imensa multidão, reunida no maior comício de todos os tempos já realizado no Rio de Janeiro, aprovou, respondendo a Brizola, a formação de um governo nacionalista e popular).¹⁸⁵

Mais corriqueiramente, indicações de aplausos favoráveis às reformas e vaias contra o *antipovo* são feitas, ao fim de cada parágrafo transcrito pelo editor do jornal. Tal descrição tem o fito de personificar Brizola como a verdadeira liderança popular – mesmo em um evento que contou a participação do presidente da República. Nesse sentido é particularmente elucidativo a ausência de tais intervenções no discurso de João

¹⁸⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁵ *O PANFLETO*. Rio de Janeiro: 09 de março de 1964, n.5, p.3

Goulart. Parece ser uma forma de expressar a imaginada ausência do *povo* – e, por conseguinte, de seu apoio – naquela palestra.

Essa é a potencialidade do jornal frente ao rádio, outro componente da Rede do Esclarecimento. Se lá Brizola levava adeptos aos estúdios para aplaudir e vaiar, pontuando suas falas – e fornecendo à audiência uma indicação de como deveria se comportar frente ao que era dito -, aqui as descrições da cena ganham espaço. Nesse sentido, o veículo impresso tem uma capacidade inventiva maior, dado que alterações entre o discurso e a realidade descrita são mais facilmente realizáveis, como o demonstra a transcrição da fala do presidente João Goulart – na cena real, tão aplaudida e vaiada como qualquer outra.

Reformando a ordem

Aqui, sustentamos que as transformações defendidas pelos reformistas do PTB tinham muito pouco de propriamente revolucionárias. Ao contrário, defendia-se o aprofundamento do capitalismo, por meio da incorporação de setores populares àquela forma de desenvolvimento. Essa estratégia fica mais clara na ação política de quadros da Rede do Esclarecimento que ganham mais destaque no impresso *O Panfleto – o jornal do homem da rua*. É o caso de Neiva Moreira, deputado nacionalista, companheiro fiel de Leonel Brizola que, a exemplo do primeiro, assinava uma coluna no periódico – embora com menos destaque. Em edição do dia 24 de fevereiro de 1964 – a segunda do período, portanto -, o autor discute a *farsa eleitoral* então vigente. De acordo com Moreira, a exclusão dos analfabetos do pleito político representava a um só tempo a formação de uma casta de privilegiados que, com o uso do poder econômico, prevalecia nas corridas eleitorais e a desestabilização da República brasileira. Para solucionar esse quadro de crise política, o alargamento das bases dos representantes públicos era visto como uma saída.

Na letra do deputado

O que se quer é que mais uma vez as candidaturas sejam manipuladas por pequenas cúpulas políticas e uma minoria da Nação as homologue, debaixo de campanhas puramente encenadas, de mera propaganda emocional, sem ferir, de leve, os problemas críticos que se defronta o nosso povo. (...) Eleição hoje, sem voto de analfabeto, com a ingerência escancarada e

decisiva do poder econômico, com tantas inelegibilidades que no final privam o eleitor de votar em quem deseja, pode ser tudo menos uma escolha democrática e livre da verdadeira representação do povo. O homem de rua (...) acompanha assim com absoluta indiferença o debate em torno da sucessão, certo da sua inocuidade se, para lhe dar legitimidade não for alterado o sistema eleitoral naquilo que tem de antidemocrático e discriminatório¹⁸⁶.

Assim, é preciso ampliar a base de apoio do governo, o que se traduz por uma reforma eleitoral que efetiva, que aproxime representados e representantes. Essa e outras concessões eram necessárias para frear o impulso revolucionário que se concentrava no Brasil, sob os pés de políticos que, muito interessados em frear qualquer ruptura social, acabariam acirrando as contradições e a instabilidade política. Em outras palavras, como argumenta Neiva Moreira, a cupidez das classes dominantes brasileiras poderia cobrar seu preço, ao conjurar os antagonistas responsáveis por solapar a ordem vigente.

Essas forças dirigentes vivem assombradas com as perspectivas de soluções revolucionárias e vêm fantasmas por todos os lados. Qualquer pessoa que levante teses preconizando os avanços sociais que importem em mínimas transformações, democráticas... Ora, não basta dizer que a revolução armada é inconveniente ou não deve ser preparada. Ninguém inventa revolução do mesmo modo que não tem como impedi-la se as condições estão criadas. Se os homens do poder preocupam-se, realmente, em impedir ou evitar a revolução, não é se fechando nos seus privilégios que o farão. Devem abrir o debate sobre os problemas que afligem o povo, concordar em fazer algumas concessões e dissolver ou amenizar, pelo atendimento oportuno, as causas da explosão revolucionária.¹⁸⁷

O trecho acima é particularmente elucidativo dos objetivos políticos dos nacional-reformistas, que aqui já anunciamos. Os avanços sociais se destacam como concessões apaziguadoras, pensadas para impedir a revolução. Moreira dá testemunhos, assim, de rara lucidez em relação ao mecanismo de conformação do consenso social, conforme elaborado por Antônio Gramsci. Trata-se de atender pequenas demandas – acidentais, não essenciais, isto é, sem risco à ordem – com o fito de alargar a base social de um governo. Atua-se, nesse sentido, pela inclusão de contingentes populacionais, antes potencialmente revoltosos, nos limites do pacto societário, o que promove a estabilidade política ensejada pelo deputado.

A reforma eleitoral preconizada pelos trabalhistas partícipes da Rede do Esclarecimento, por conseguinte, nada tem de revolucionário. Antes, atende a um

¹⁸⁶ *O PANFLETO*. Rio de Janeiro: 24 de fevereiro de 1964, p.28

¹⁸⁷ *Idem, ibidem*

impulso conservador, haja vista que, por meio dessa manobra tática, visa o mesmo objetivo estratégico mais geral dos que se insurgiram contra a ampliação do contingente de votantes, isto é, a preservação do *status quo* capitalista. Convém dizer, no entanto, que as contradições entre os trabalhistas e seus inimigos políticos mais declarados – o antipovo, conforme Leonel Brizola os qualificara – eram reais, principalmente no que tange ao *pacto proprietário* tácito entre grandes proprietários rurais e a burguesia cidadina. Todavia, seria demasiado qualificar os petebistas como revolucionários, na medida em que sua ação política é fundamentalmente conservadora na medida que não ataca a lógica do capital – assumindo, nesse sentido, uma postura contrarrevolucionária, conforme a proposição de Florestan Fernandes.

Neiva Moreira é ainda mais explícito acerca do que aqui se tem sugerido, ao lançar mão de um exemplo histórico para fundamentar sua arenga. Trata-se da revolução de 1930, que, de acordo com sua leitura, foi fruto das fraudes eleitorais que impediam uma representação apropriada do *povo* no governo.

O exemplo de 30 deve ser meditado pelos que, fugindo às soluções, preferem criar o bicho papão das ameaças revolucionárias. Em 30, as máquinas das oligarquias políticas obrigaram o país a marchar para uma eleição que não representava o processo mais justo e democrático de apurar a vontade do povo. O resultado todos conhecem. A insurreição revolucionária se inseriu dentro da campanha presidencial e quando as cúpulas políticas acreditavam ter chegado ao fim de mais uma farsa eleitoral, à revelia do povo, a Nação estava em armas, mobilizada para impor sua vontade, contra a intolerância e a insensibilidade das minorias privilegiadas que empolgavam o poder. É preciso impedir eleições de 65 na base do voto de castas das manipulações dos Ibads, das composições de grupinhos, concluídos contra a Nação. *Se tal não for evitado em tempo, será impossível que a campanha eleitoral seja travada como em 30, não entre candidaturas mas entre o povo marginalizado e o sistema antidemocrático cuja legitimidade viria a ser posta em consequências.* Parece clara em causa até às últimas e lógica a lição de 30 e é bem próxima para ser devidamente apreendida e meditada¹⁸⁸. (grifos meus).

O fragmento é particularmente elucidante dessa disposição autoanunciada de *impedir a revolução por meio de reformas*. Além disso, cabe ressaltar na transcrição o uso da História como ferramenta política. Ora, parece claro que o interlocutor preferencial de Moreira é o conjunto de agentes sociais que, de uma maneira ou de outra, então emperrava o avanço reformista. Com intuito de convencê-lo a reduzir o ímpeto ofensivo contra a agenda dos petebistas, o fantasma revolucionário é conjurado por meio de um exemplo histórico, a saber, a Revolução de 1930. A análise de

¹⁸⁸ *Idem, ibidem.*

conjuntura de Moreira enxergava no xadrez político de 64 o cenário propício a levantes populares como o que teria sepultado a Primeira República brasileira. Ameaçava as classes dominantes, assim, com o flagelo popular e com a perspectiva do fim de sua dominação social. É mister, no entanto, ressaltar o viés tendencioso da análise de Moreira. Isso porque sua reconstrução dos eventos de 1930 é algo idealizada, haja vista que atribui aos subalternos uma participação maior do que geralmente lhe é creditada. Por outro lado, imagina também a queda das ditas oligarquias com a subida de Vargas ao poder, quando é possível argumentar que aquele grupo social, em que pese a eliminação de alguns membros em suas hostes, associou-se ao novo poder a fim de manter sua posição social – ainda que em posição relativamente subalternizada.¹⁸⁹

¹⁸⁹ VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**. Iberismo e americanismo no Brasil. São Paulo: Revan, 2004.

Capítulo 3 – Os Grupos de Onze e a Rede do Esclarecimento

Neste capítulo, debater-se-á as interpretações sobre os Grupos dos Onze. Pretende-se mostrar que o objeto aqui analisado foi fronteira de disputa histórica, já no tempo de sua existência, e historiográfica pouco depois. Para além disso, discutir-se-á sua inserção na Rede do Esclarecimento, analisando as funções políticas que aqueles grupos desempenharam nos anos de 1963 e 1964 no Brasil.

Versões e controvérsias sobre os Grupos de Onze Companheiros

Debruçar-se sobre o tema dos Grupos de Onze Companheiros demanda do pesquisador uma cautela suplementar no trato com as fontes e a produção acadêmica sobre o tema. É que o objeto é fronteira de intensa disputa histórica e historiográfica, o que influencia intensamente as diversas formas de apreendê-lo. Neste capítulo, dedicaremos a estudar algumas formas interpretativas sobre os G-11 e seus lastros, isto é, as fontes que legitimam essa produção acadêmica. Postos tais objetivos, optamos por tratar da historiografia e dos observadores de fora da academia conjuntamente, dada a imbricação entre a produção política e científica. Entendemos fundamental esse esforço não apenas por uma breve reconstrução do atual estado da arte, como também por nos revelar as especificidades de nossa proposta de abordagem.

Por exemplo, o trabalho recente de Carla Brandalise e Marluza Marques Harres identifica os G-11 da mesma forma como aqui se tem proposto: como parte maior de uma estratégia brizolista de ascensão política. No entanto, as autoras analisam esse objeto à luz das disputas intrapartidárias, sendo, por isso, capazes de observar as áreas em que, no Sul do país, a organização das células brizolistas foi impedida por iniciativa de petebistas que “não consideravam o partido estar apto a movimentação mais radical”¹⁹⁰.

As autoras ainda apresentam importante fonte documental – fundamental para esta parte da pesquisa, dado que sobre aquele *corpus documental* nos debruçamos

¹⁹⁰ BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza. Os comandos nacionalistas. Estratégias de Leonel de Moura Brizola in: DELGADO, Lúcia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

destacadamente. No trabalho das autoras, o então deputado federal pela Guanabara Leonel Brizola critica o congresso, segundo ele estreitamente vinculado à defesa das classes dominantes brasileiras. Com base nisso, ainda nos discursos analisados, surge uma explicação para a mobilização popular intentada naquela conjuntura: esta seria uma alternativa à capitulação política de um órgão da sociedade política que, a pretexto de representar a sociedade, invertia o peso relativo de suas frações, concedendo maior voz aos “grupos dominantes” frente ao “povo”.

Brandalise e Harres, assim, chegam a conclusões que aqui avançamos como hipóteses, ainda no início desta pesquisa. O chamamento à mobilização autônoma do “povo” em Grupos de Onze Companheiros parece corresponder a uma descrença na efetivação das reformas políticas e sociais defendidas pelo petebista por meio institucional. Ainda que pesquisas como a de Antônio Lavareda (2012) indiquem um progressivo avanço eleitoral do PTB, este não parecia ser o sentimento da época, ou pelo menos tal avanço não parecia ser visto como suficiente por alguns membros do partido, notadamente de suas alas ditas mais radicais, como Leonel Brizola. De fato, como vimos quando da análise da Rádio Mayrink Veiga, Brizola temia que um golpe de Estado estivesse em curso, o que poderia interromper a marcha do reformismo encetada por João Goulart.

Do trabalho das autoras, assim, pode-se reter a crença que Brizola depositava na mobilização relativamente autônoma – porque dirigida – do “povo”. Isso se explicaria pelo sucesso da chamada Campanha da Legalidade de 1961, quando, ao recorrer às “massas de trabalhadores”, o então governador gaúcho teria contribuído para sustar o golpe então em curso contra João Goulart. Posição diversa adota Marli de Almeida Baldissera, em sua tese doutoral sobre os Grupos de Onze¹⁹¹. De acordo com a autora, os homens que efetivamente se organizaram nas células animadas por Leonel Brizola, ao menos na região do Alto Uruguai, objeto de seu estudo, não tinham compreensão das tarefas que deles se esperava cumprimento. Deriva daí, portanto, a ausência de potencial transformador desses companheiros organizados, que haviam se reunido apenas pelo *carisma* de Brizola, cuja oratória por si só seria capaz de insuflar disposições organizativas no “povo”.

¹⁹¹ BALDISSERA, Marli. **Onde estão os grupos de onze?** Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS. Passo Fundo: UPF, 2005.

Para sustentar essa análise, Baldissera se resguarda nos relatórios de Inquiridos Policiais Militares (IPM's) que tinham como réus ex-participantes dos Grupos de Onze. Ao perceber, pois, a ausência de um *sentido revolucionário* ou *transformador* nos depoimentos dos suspeitos de subversão, a autora conclui por sua *inocência*, isto é, que ali, em frente à justiça militar durante a ditadura recém-implantada, não estavam “guerrilheiros”, mas tão somente “gente humilde” desavisada, sem real conhecimento das implicações do projeto político ao qual aderiram. Não são consideradas, nesse sentido, as circunstâncias da extração daqueles depoimentos, francamente favoráveis ao falseamento da verdade pelos depoentes. Assim, ainda que tivessem pleno conhecimento do projeto político de Leonel Brizola e com ele concordassem absolutamente, era esperado que, ameaçados pela perspectiva da prisão ou coisa pior, aqueles homens mentissem, declarando o necessário para salvar sua pele.

Essa postura, ativa ou passiva, dos homens que se organizaram nos Grupos de Onze tem relação estreita com aquela que talvez seja a principal polêmica sobre o objeto de estudo deste capítulo, principalmente em sua dimensão histórica. Ora, para uns os grupos eram tão somente uma forma de luta *pela democracia*, enquanto outros os enxergam como primeira etapa da formação de um corpo armado, revolucionário e de massa. Se assim for, o nervo central do debate sobre os Grupos dos Onze Companheiros reside em sua funcionalidade. Para uns, um método de expansão democrática; para outros, um *proto-exército revolucionário*, com versões mais extremas apontando para supostas semelhanças entre as formas organizativas dos grupos e o Exército Vermelho de Leon Trotsky. Esquivar-me-ei desse debate, principalmente por qualificá-lo como insolúvel. Não me parece possível determinar qual versão, a de expansão democrática ou de *futura* guarda revolucionária, corresponde à verdade, isto é, quais eram as intencionalidades ocultas e não realizadas, mas existentes em germe, nos G-11. Caberia questionar, inclusive, se há realmente alteridade absoluta entre os dois polos, pergunta, entretanto, que ultrapassa o escopo deste trabalho. Identifico-me como capaz, no entanto, de averiguar quais *funções históricas* os Comandos Nacionalistas cumpriram e que papéis desempenharam, se não em sua miríade de especificidades particulares derivadas de sua estrutura fragmentária, ao menos em suas linhas gerais de atuação, ou no que eles tinham em comum. Em outras palavras, não tento, neste trabalho, descobrir o que os G-11 eram *de verdade*, contentando-me em analisar o papel histórico

efetivamente desempenhado pela organização, articulando-o ao projeto da Rede do Esclarecimento.

Nesse sentido, convém relembrar as contribuições de pesquisas no campo da História Oral, sobretudo a partir de núcleos de estudo do Sul do país, onde o trabalho com este tema é relativamente mais profícuo. Nessa perspectiva, o acervo do Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina disponibiliza importante *corpus documental*, já trabalhado por autores que se dedicaram ao estudo dos Grupos de Onze naquele Estado¹⁹². Explorando tais documentos, essas pesquisas buscam identificar quem participou daquelas organizações brizolistas, bem como suas principais motivações. Referindo-se a um espaço muito específico no território nacional – isto é, regiões do Sul do país – não se pode universalizar os resultados sem riscos de distorções. Entretanto, pode-se tomar os depoimentos daqueles homens como indicativos da forma de atuação predominante.

Outra fonte possível para responder a questão são os documentos referentes aos Grupos dos Onze divulgados pela recente política de incentivo à revelação de arquivos da ditadura brasileira. No site *documentos revelados*¹⁹³, por conseguinte, há grande quantidade de fontes sobre os grupos, sobretudo no Sul do país, região onde sua atuação parece ter sido mais intensa, principalmente pela influência regional de Leonel Brizola. Nesse *corpus documental*, consultamos relatórios policiais lavrados antes do golpe de primeiro de abril e depois do ocorrido, já formulados como Inquéritos Policiais Militares (IPM's). Em ambos os casos, porém, em que pesem divergências de conduta e explicação para a motivação dos grupos, não há menções a tentativas de encetar luta armada pelos G-11, ainda que se perceba que tal relação já era feita mesmo no interior do país.

Fonte importante para o estudo sobre os grupos antes do golpe de 1964 é o relatório do delegado de Capanema, no oeste do Paraná, encaminhado ao secretário de segurança do Estado acerca da atuação dos G-11 na região. Na letra do texto, foram

¹⁹² Ver: PACHECO, Diego. **Ecos da resistência**. Os Grupos dos Onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961-1964). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina. P. 184; BALDISSERA, Marli. Os “perigosos” grupos dos onze e sua repressão no Alto Uruguai Gaúcho. In: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Lugares dos Historiadores. Velhos e novos desafios. Florianópolis: UFSC, 2015.

¹⁹³ A recente política de resgate e divulgação de documentos da ditadura empresarial-militar brasileira deu origem a diversos sítios da internet e material de divulgação em geral. No nosso caso, consultamos o endereço eletrônico do programa “Documentos Revelados”, acessível em: www.documentosrevelados.com.br

formados cerca de “cem grupos” como aqueles, que eram, então, orientados por Leonel Brizola por meio do rádio. O delegado relata que, entre os grupos, há líderes identificados como “arruaceiros” e “bandidos”, por constituírem ameaça à ordem pública, uma vez que se envolveram em brigas, “atos de vandalismo” e “ameaças de morte”¹⁹⁴.

Percebemos, assim, que, naquela região, a organização dos grupos dos onze se vinculou à questão anterior da luta pela terra. Parece, pois, que as arengas de Brizola pela reforma agrária foram motivadores da adesão daqueles homens aos Grupos dos Onze, identificando essa forma de organização como uma oportunidade de ampliar o combate pela repartição fundiária, ponto fulcral em uma região onde o latifúndio avançava, como o Oeste do Paraná. Não há, no entanto, menções claras à luta armada como forma de atuação daqueles G-11. Mesmo a “ameaça de morte” relatada pelo delegado se deveria “principalmente a uma escaramuça pessoal” que envolveria o “notório criminosos Miguel Alves Rodrigues e seus inimigos”¹⁹⁵.

Surge, ainda, no relatório do delegado a questão do comunismo. Anexado à carta enviada ao secretário foram depoimentos extraídos por participantes dos G-11, aos quais se perguntou sobre sua possível inclinação em favor da revolução comunista. Os mesmo, como esperado, negaram sua vinculação a essa ideologia, afirmando-se como “nacionalistas” e “brizolistas”¹⁹⁶. Não contente com a palavra dos acusados, no entanto, o delegado Saraiva recomendava ao secretário de segurança paranaense tratar o caso com o método dispensado aos *subversivos*, dado que alguns dos líderes dos G-11, como um tal Antônio Rosin, eram acusados de comunismo pelos padres da região¹⁹⁷.

O caso envolvendo aqueles Grupos de Onze não se resolveu com a primeira carta enviada ao secretário, sendo desdobrado em eventos posteriores, relatados pelo delegado Saraiva. Assim, em março de 1964, Argeu Saraiva voltava a remeter ao secretário de segurança informações sobre os G-11, especialmente sobre aquele que era identificado nos depoimentos como seu líder mais “inquieto”, o já mencionado Antônio Rosin. Segundo informações de agentes policiais infiltrados no movimento sindical

¹⁹⁴Fonte disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/12/3.jpg> (acessado em 26/11/2015 às 19:45)

¹⁹⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁶ Fonte disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/02/1.jpg> (acessado em 27/11/2015 às 11:16)

¹⁹⁷ Fonte disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/02/2.jpg>

rural, do qual Rosin fazia parte, o mesmo instava seus companheiros a resistirem contra os “traidores da pátria” e “ladrões” do Brasil, referindo-se com isso aos defensores do latifúndio. A forma de luta encaminhada por Rosin, no entanto, não implicava um levante armado, como temia o secretário, mas sim a filiação ao Partido Comunista, que estaria organizando a luta pela terra na região¹⁹⁸. Vemos, pois, nessa região e por meio desse depoimento a imbricação entre G-11 e PCB, que de alguma forma refletia a composição entre petebistas de esquerda com comunistas na Rede do Esclarecimento.

Para além dessa formação extraoficial de um bloco reformista composta pelo Partido Comunista, esse ponto é importante para melhor compreender a forma de luta encaminhada por ao menos um grupo dos onze da região, a saber, o de Rosin. Isso porque as diretrizes do PCB à época não incentivavam a luta armada, ao contrário, pregavam o combate político com respeito às instituições – tal seria a forma de fazer avançar a *revolução democrático-nacional*¹⁹⁹.

Fontes memorialistas também podem ser arroladas para ampliar o debate. Relembrando a conjuntura política anterior ao golpe de 1964, o ex-petebista e senador Pedro Simon qualificou os Grupos dos Onze como uma iniciativa pessoal de Leonel Brizola, que objetivava ampliar sua base de apoio na sociedade vinculando seu nome às pautas progressistas, então com alta popularidade. Também por isso o PTB não decidiu apoiar a iniciativa como partido, sua organização ficando a cargo de frentes extrapartidárias.

[Os grupos dos onze] eram uma espécie de “cadeia de apoio” com que Brizola imaginava extrapolar o PTB e criar um movimento de base, bem articulado, para dar suporte à sua candidatura, independente dos partidos. Essa impressão foi manifestada antes de 1964, no diretório do PTB de Caxias, quando nos recusamos a promover os Grupos dos Onze²⁰⁰.

Na biografia de Leonel Brizola escrita por F. C Leite Filho, assessor e amigo do político, a análise de Simon é reforçada. De acordo com o biógrafo, as iniciativas de Brizola na quadra histórica de 1964 tem relação direta com suas experiências em 1961, ano da bem sucedida iniciativa pela legalidade. De acordo com Leite Filho, aquela vivência teria moldado a interpretação de Brizola sobre a forma e o conteúdo das

¹⁹⁸ Fontes disponíveis em: <http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/02/3.jpg> e <http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/02/4.jpg> (acessados em 27/11/2015, às 11:29).

¹⁹⁹ MAZZEO, Antônio Carlos. *Op cit.*

²⁰⁰ SIMON, Pedro *apud* GUTEMBERG, Luiz. **Pedro Simon**. Uma biografia. Brasília: Dédalo, 2001, p. 25

mobilizações populares: no Brasil, as empreitadas do tipo *foquistas*, guerrilheiras, como foram experimentadas na Bolívia e em Cuba, nesta com sucesso, não teriam como vicejar. Pela extensão do território e pelas características do *povo brasileiro*, a mobilização por veículos como o rádio era mais efetiva, por incendiar mais depressa as massas. O autor relembra inclusive uma expressão utilizada por Brizola para explicar seu ponto de vista: a mobilização popular no Brasil se daria como “batatinha, que pega ligeiro”, sem necessidade – e possibilidade – de grande preparação exigida por organizações foquistas²⁰¹. Isso pode indicar que a mobilização popular, pelo seu caráter quase que espontaneísta, supostamente ativada pelo carisma de um líder popular, prescindia da luta armada, sua força residindo na capacidade de pressão sobre a sociedade política.

Nessa perspectiva da memória sobre os Grupos dos Onze, talvez o depoimento mais contundente seja recuperado por Carla Brandalise e Marluza Harres, que se dedicaram a pesquisar os grupos no Sul do país. As pesquisadoras apresentam, em seu trabalho mais recente sobre o tema, depoimentos de Cibilis Viana sobre os Grupos dos Onze, que abaixo reproduzimos. Antes, porém, convém ressaltar a influência de Viana na história política envolvendo Leonel Brizola nos anos 1960.

Professor titular de economia na Universidade do Rio Grande do Sul, antigo nome da federal local, Cibilis Viana compôs os governos de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul e, posteriormente, no Rio de Janeiro. No Sul do país, foi chefe do gabinete de Administração e Planejamento, sendo responsável por elaborar a reforma agrária no Rio Grande do Sul. Acompanhou Brizola, ainda, em todas as manifestações populares em que o petebista se envolveu naquela conjuntura, sendo particularmente atuante na Campanha da Legalidade e na Rede do Esclarecimento, na qual compunha a comitiva nacional dos Grupos dos Onze, setor responsável pelas diretrizes daquelas células populares.

Trata-se, pois, de alguém com um lado bem marcado da história, mas que constitui uma testemunha privilegiada daqueles acontecimentos. E é este mais um depoimento, recuperado por aquelas autoras, que apresenta os Grupos dos Onze como uma organização política, mas não armada.

²⁰¹ LEITE FILHO, F. C. **El Caudillo**. Um perfil biográfico. São Paulo: Aquariana, 2008. P. 256. O curioso é notar que, na memória sobre a resistência à ditadura, a luta mais comumente associada a Leonel Brizola é a Guerrilha do Caparaó, que utilizou a estratégia cubana e foi derrotada.

[...] embora muitos considerassem uma mobilização militar, a ideia de Brizola era a mobilização popular, formar uma corrente de opinião capaz de dar sustentação às reformas, principalmente a Reforma Agrária e a contenção do que chamava “processo espoliativo” de nossa economia. Brizola deixava antever que essa mobilização, através dos Grupos dos Onze companheiros, teria papel preponderante para o controle do PTB e para fortalecê-lo politicamente²⁰².

O depoimento de Cibilis Viana aponta para conclusões que se aproximam das hipóteses deste trabalho. A julgar pelo membro do comitê nacional dos Grupos dos Onze e pelo biógrafo e amigo de Leonel Brizola, a medida tinha mesmo intenção de ampliar o prestígio político do ex-governador do Rio Grande do Sul. Se a estratégia fosse mesmo essa, pouco plausível se torna a alternativa de levante armado “subversivo”, haja vista que Brizola parece ter planejado ganhar terreno por dentro da ordem, e não contra ela. Reafirma-se, dessa forma, que a Rede do Esclarecimento era um momento de disputa pela opinião pública, uma tentativa de construção de um consenso reformista, que, claro, não aparece desligada das intenções mais pessoais de ascensão política de Brizola. Nesse sentido, é lapidar o depoimento de Ney Ortiz Borges, advogado e ex-deputado federal pelo PTB do Rio Grande do Sul e líder da bancada do partido na câmara. De acordo com ele, Brizola

(...) não queria implantar milícias. Acho que nunca pensou nisso. O que ele queria fazer, já que no partido havia muita gente conservadora, que não aceitava as mudanças, era organizar grupos para influir na opinião pública, fazendo com que a própria opinião pública levasse a uma modificação, a uma política diferente no partido. Ninguém do partido se metia nisso. Era um negócio dele, Brizola. Ele queria gente que tivesse a possibilidade de ter atitudes mais agressivas para poder, como dizia ele, modificar as estruturas econômicas, sociais, políticas e educacionais do país²⁰³.

A entrevista de Ney Borges é bastante ilustrativa do que aqui argumentamos. Não é possível dissociar, nesse momento histórico, o projeto pessoal de Brizola do sucesso da frente reformista, tamanha foi a capacidade de o petebista ter se colocado como porta voz legítimo daquele grupo social. Vemos, pois, um movimento em que a defesa de uma pauta coletiva se consubstancia a conquista de um objetivo pessoal. A lógica da coisa, no entanto, não se esgota aí, uma vez que também os desdobramentos dos antagonismos sociais, com suas diversas expectativas em disputa, imprime naquele projeto pessoal uma característica específica. Mais uma vez recorremos a Ney Borges

²⁰² VIANA, Cibilis. Apus HARRES, Marluza; Brandelise, Carla. *Op cit.*

²⁰³ Entrevista concedida a Carla Brandelise e Marluza Harres em 30 de julho de 2012, disponível em. BRANDELISE, Carla; HARRES, Marluza. *Op cit.* p. 187.

para entender como a defesa das causas dos menos favorecidos se tornou uma empreitada interessante do ponto de vista do poder simbólico²⁰⁴.

O Grupo dos Onze, a rigor, foi uma ideia inicial do Brizola. Por quê? Porque muitos dos deputados e senadores se voltaram contra essas ideias em benefício do mais pobre. Então, o Brizola resolveu criar os Grupos dos Onze. O que eram os Grupos dos Onze? Eram um grupo de líderes, pessoas que tivessem um conhecimento maior da nossa ideia de melhorar a situação dos pobres. Esses líderes então passariam - como muitos deles passaram - a trabalhar nos mais diversos estados do país no sentido de que aquela ideia prevalecesse²⁰⁵.

A marca distintiva que Brizola construíra para si, portanto, é a “defesa dos pobres”, nas palavras do entrevistado. Daí a busca por uma vinculação o mais estreita possível ao legado de Getúlio Vargas, com o petebista se colocando como seu continuador, como já vimos quando da análise de *O Panfleto*. Não sem razão as consultas populares do período apontavam a alta popularidade tanto da pauta reformista quanto da ala petebista vinculada ao legado varguista. Se há sentido no que aqui se discute, a expressiva votação de Brizola para deputado federal da Guanabara o incentivaria a persistir nesse caminho.

Grupos dos Onze: um braço armado de Brizola?

Apesar de os apontamentos aqui feitos favorecerem a identificação do Grupos dos Onze como unidades políticas de influência na opinião pública, interpretações contrárias a essa tese surgiram, qualificando aqueles grupos como células armadas. Desse ponto de vista, portanto, os G-11 trabalhariam contra as regras do jogo político, não em seu interior.

Talvez os primeiros a seguirem essas sendas tenham sido os jornais opositores ao governo de João Goulart e à proposta das “reformas de base”. Nesse grupo, destacam-se as publicações que fizeram parte da chamada Rede da Democracia, organização criada em 1963 que uniu *O Jornal, dos Diários Associados*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, principal ponta de lança na imprensa contra os grupos progressistas naquela conjuntura.

²⁰⁴ BOURDIEU, Pierre. *Op cit.*

²⁰⁵ Entrevista concedida a Carla Brandelise e Marluza Harres em 30 de julho de 2012, disponível em. BRANDELISE, Carla; HARRES, Marluza. *Op cit.* p. 187.

Em 23 de janeiro de 1964, o *Jornal do Brasil* repercutiu os ataques do líder da UDN, Bilac Pinto, ao bloco reformista comandado pela Frente de Mobilização Popular (FMP). Na ocasião, o periódico destacou a análise do parlamentar sobre a “guerra revolucionária” que era imposta pelos “radicais de esquerda com anuência do presidente da República, o Sr. João Goulart”²⁰⁶. Buscando sustentar a acusação, Bilac Pinto lembrava as greves e motins de subalternos das Forças Armadas que contavam, inclusive, com apoio do executivo federal.

Nesse panorama, o Grupo dos Onze era a prova definitiva da infiltração de “inimigos da pátria” no governo João Goulart, uma vez que atendiam ao comando de Leonel Brizola, cunhado do presidente da República. Os G-11, nessa perspectiva, seriam células armadas, que estavam disponíveis para impor o programa reformista dos “políticos de esquerda”, aos quais o presidente se aliara. O periódico distribuiu essa análise de Bilac Pinto e sua repercussão entre os demais udenistas por diversas páginas da edição. Apenas no canto em um dos rodapés de texto publica nota com direito ao contraditório sobre os Grupos dos Onze. Nela, Paulo Schilling, o mesmo de *O Panfleto*, reafirma a constitucionalidade dos grupos, ressaltando que os mesmos apenas serviam para organizar “o povo” para a defesa das instituições democráticas²⁰⁷.

A postura de oposição do *Jornal do Brasil* a Brizola em geral, e aos Grupos dos Onze em específico, velada em um primeiro momento, tornou-se mais evidente com o aprofundamento da crise política nos primeiros meses de 1964. Efetivado o golpe, a Rádio Mayrink Veiga foi invadida por forças militares em caça a “subversivos”. Os Grupos dos Onze, assim, entravam na mira preferencial das forças repressivas. Com cobertura especial sobre as cassações e o confisco da Rádio Mayrink Veiga, *Jornal do Brasil* voltou a especular sobre os Grupos dos Onze, dessa vez tentando relacioná-los a uma iniciativa dos comunistas “preocupados com a guerra revolucionária”²⁰⁸.

Assim, o periódico apresentava aos seus leitores o “idealizador por trás dos Grupos dos Onze”, que seriam apenas efetivados por Leonel Brizola. Era Ladislau Alves da Silva, homem de 49 anos, morador do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, e com extenso currículo de viagens “para países comunistas”²⁰⁹. Ladislau seria, sempre

²⁰⁶ *JORNAL DO BRASIL*, Rio de Janeiro: 24 de janeiro de 1964, p. 4.

²⁰⁷ *Idem, ibidem*.

²⁰⁸ *JORNAL DO BRASIL*, Rio de Janeiro: 28 de abril de 1964, p. 5.

²⁰⁹ *Idem, ibidem*.

de acordo com *Jornal do Brasil*, o responsável por agitações subversivas no Brasil e no exterior, sendo por isso preso pelo novo regime.

A historiografia foi pouco generosa com Ladislau Alves da Silva, o mesmo não sendo alvo de nenhuma investigação mais aprofundada. Tampouco os jornais da época, além do *Jornal do Brasil*, repercutiram histórias sobre a suposta mente por trás dos Grupos dos Onze. Aliás, sequer o citam. Era consenso – e ainda o é – que Leonel Brizola fora o criador dos Grupos dos Onze, sendo a figura de Ladislau possivelmente evocada pelo *Jornal do Brasil* como bode expiatório, ou por meio de uma tentativa de relacionar os grupos a um esquema revolucionário internacional, daí se destacar que o supracitado era viajante costumeiro a países do “bloco do leste”. Em todo caso, vê-se uma tentativa mais clara de relacionar os Grupos dos Onze não só à ideia de revolução, mas principalmente à influência comunista – o que seria suficiente, na ótica do jornal, para criminalizá-lo.

Essa estratégia se torna óbvia no dia 16 de julho de 1964, quando o *Jornal do Brasil* publica extensa reportagem “revelando documentos secretos dos Grupos dos Onze companheiros”²¹⁰. Na edição, são veiculadas as supostas “instruções reservadas” aos Grupos dos Onze, de acesso restrito a uns poucos dirigentes. O documento é bastante diferente do manual público, que era enviado pelos correios para os filiados e havia sido reproduzido nas páginas de *O Panfleto*, em março do mesmo ano. Na versão apresentada pelo *Jornal do Brasil*, os participantes dos Grupos dos Onze, chamados por Brizola nas audiências na Rádio Mayrink Veiga de “companheiros”, são nomeados “soldados da luta contra o capital espoliador”. Lê-se ainda um chamado ao armamento “com todo tipo de arma e calibre”, bem como o respeito à aliança com os comunistas de linha chinesa, em detrimento “dos aburguesados seguidores de Moscou”²¹¹.

Debruçemo-nos mais atentamente sobre esta documentação, que lançaria as bases de toda uma historiografia e corrente interpretativa posterior que identifica os Grupos dos Onze com um exército revolucionário, a despeito de suas iniciativas *concretas* não terem apontado para esse caminho.

O manifesto dos Grupos dos Onze divulgados pelo *Jornal do Brasil*, a partir do gabinete do ministro da guerra, com “instruções secretas” se divide em oito pontos

²¹⁰ *JORNAL DO BRASIL*, Rio de Janeiro: 16 de julho de 1964, p. 15

²¹¹ *Idem. Ibidem.*

gerais que versam sobre os “objetivos” do levante de “libertação nacional”; “observações” de caráter geral, instando os Grupos dos Onze a se considerarem em “revolução permanente e constante”, buscando para isso se armar imediatamente e já passar para ação, em vez de esperar “ocasião propícia”; um item de ação preliminar, detalhando o procedimento da “luta revolucionária”; um ponto com a tática do levante; o quinto, com suas tarefas, segundo o manifesto “qualquer manobra necessária para levar a cabo os objetivos do levante”; o sexto ponto com o porquê da “Revolução Nacional Libertadora”; um sétimo item sobre o “aliado comunista”, detalhando a relação entre os Grupos dos Onze e o movimento comunista internacional; o oitavo parágrafo versa sobre o trato dispensado a prisioneiros; enquanto o nono recomenda adoção de pseudônimos pelos revolucionários e o décimo e último ponto dispõe sobre considerações finais do manifesto.

No texto dividido assim entre as seções expostas, certamente se destacam, para os nossos objetivos, as passagens que versam sobre a tática de luta, o tratamento dispensado aos prisioneiros e “inimigos da revolução” e a aliança ao movimento comunista internacional. Vê-se, assim, que, talvez não coincidentemente, o manifesto divulgado pelo *Jornal do Brasil* tinha elementos necessários para encetar pânico na população, ou, em se tratando de documento de uma organização já derrotada, legitimar sua proscricão.

De acordo com *Jornal do Brasil*, ao versar sobre a forma de luta dos Grupos dos Onze, o “manifesto secreto” recomenda seguir o “exemplo vitorioso da Guarda Vermelha da União Soviética”, agindo como “aríete do povo” na libertação do domínio imposto pelo “capital espoliativo norte-americano”²¹². Dessa forma, os Grupos dos Onze

Não poderiam se deter à procura de justificativas acadêmicas para os atos que possam vir a ser considerados pela reação e pelos companheiros sentimentistas agressivos demais ou, até mesmo, injustificados. (...) Devemos, e é nossa obrigação pessoal, fazer ver aos Grupos dos Onze companheiros que estamos em permanente luta contra os inimigos externos e internos do povo brasileiro e que, qualquer que seja a situação que se lhes apresente ou as ordens a serem executadas, os FINS JUSTIFICAM OS MEIOS e que TUDO será ainda pouco para a LIBERTAÇÃO NACIONAL. (grifos do documento)²¹³.

²¹² *JORNAL DO BRASIL*, Rio de Janeiro: 16 de julho de 1964, p. 15

²¹³ *Idem, ibidem*.

Além da flagrante pregação à violência contida no documento, identificada principalmente pela conclama aos fins que justificam quaisquer meios, há também na passagem uma idealização do que teria sido a guarda soviética. Esta aqui aparece como a ponta de lança da revolução que teria ido até as últimas consequências para realizar seus objetivos revolucionários, passando inclusive por cima de “sentimentalismos” e “academicismos”. Esse modelo de atuação, no documento uma das matrizes tática dos Grupos dos Onze, deveria ser cotejado à análise das demais revoluções populares ocorridas, as quais poderiam legar saberes técnicos que auxiliam no triunfo da insurreição. No conjunto de experiências, destaca-se a Revolução Cubana com suas guerrilhas.

O estudo da arte militar e dos ensinamentos advindos das revoluções populares já havidas em outros países, assim como os exemplos patrióticos das Frentes de Libertação Nacional de outros povos, devem ser incentivados ao máximo em todas as nossas várias unidades, razão pela qual precisamos nos armar sempre e cada vez melhor para destruir o inimigo comum que se levantou, apoiado nas forças mais retrogradadas e antipopulares, contra nossos ideais de libertação nacional e contra as indispensáveis reformas de base. (...) A condição de militantes dos gloriosos G-11 traz consigo enormes responsabilidades e, por isto, embora para formação inicial das nossas unidades não seja condição sine qua non o conhecimento da técnica propriamente militar, torna-se absolutamente necessário o da técnica de guerrilha e a leitura, entre outras importantes publicações, do folheto cubano a respeito daquele mister²¹⁴.

Aqui, dois pontos se destacam por sua importância: o primeiro, a questão da inspiração tática cubana, o que seria posteriormente desmentido pelo principal biógrafo de Leonel Brizola e amigo pessoal, F. C Leite Filho, segundo o qual o petebista nunca confiara muito no modelo de guerrilha, preferindo a ativação das massas de modo mais instantâneo, preferencialmente por meios de comunicação²¹⁵. O segundo ponto é uma espécie de divisão no movimento dos Grupos dos Onze, ressaltada no documento por duas “etapas”, a primeira, em que o conhecimento militar não era imprescindível, e a segunda, então evocada, na qual o conhecimento das artes da guerra, especialmente de guerrilhas, impunha-se como um imperativo. Essa separação parece corresponder à existência das duas versões de manifesto dos Grupos dos Onze, sendo a primeira mais devotada a aspectos organizacionais e políticos *intraordem*, como veremos, enquanto a versão apresentada pelo *Jornal do Brasil* corresponde a uma intencionalidade mais diretamente revolucionária e, portanto, contra a ordem.

²¹⁴ *Idem, ibidem.*

²¹⁵ F. C. LEITE, *Op Cit.*

Esse chamado à ação direta fica claro quando o autor versa sobre a preparação que antecede o “dia glorioso” do levante. Na letra do texto,

os companheiros dos Grupos dos Onze procurarão conseguir, de já, os armamentos necessários para o momento supremo, e lembramos que tudo servirá como arma, desde as rudimentares e pouco eficientes manulichas e espingardas de carga dos camponeses, até revólveres, pistolas e metralhadoras, sendo de não esquecer os preciosos “coquetéis molotov” e outros tipos de bombas incendiárias, até mesmo estopa e panos embebidos em óleo ou gasolina²¹⁶.

O chamado à beligerância fica evidente no excerto destacado, bem como a intencionalidade de romper a ordem. Características que posteriormente seriam identificadas pelo mesmo *Jornal do Brasil* como “terroristas” também têm sua origem no documento apresentado, notadamente o tratamento dispensado aos prisioneiros. De acordo com o autor das “instruções secretas”, os Grupos dos Onze deveriam ser instruídos para

(...) missões especiais de prisão, guarda e julgamento sumário dos prisioneiros de guerra. (...) em caso de derrota do nosso movimento, o que é improvável mas não impossível, dado a certas características da situação nacional, e termos que ser verdadeiros em todos os nossos contactos com os comandos regionais e esta é uma informação para uso somente de alguns companheiros de absoluta e máxima confiança, os reféns deverão ser sumária e imediatamente fuzilados, a fim de que não denunciem seus aprisionadores e não lutem, posteriormente, para sua condenação e destruição²¹⁷.

Eis, portanto, a descrição de um grupo pronto para atos bárbaros a fim de atingir seu objetivo. A ordem não estava ameaçada apenas pela orientação subversiva estratégica, mas também pela modalidade de luta: uma “guerra sem quartel” que não observaria sequer as convenções internacionais que regiam conflitos bélicos, estando uma das partes em conflito pronta para fuzilar os reféns a fim de se preservar sem retaliação. Nesse plano de ação, algumas personagens sociais seriam eleitas como inimigos preferenciais do “povo”, o que, nesse ponto, está de acordo com a criação do *antipovo*, conforme debatemos nos capítulos anteriores: são os *poderosos*, os

²¹⁶ *Idem, ibidem.*

²¹⁷ *Idem, ibidem.*

latifundiários, os grandes empresários que atuam contra a nação e a favor da espoliação internacional os principais rivais do suposto levante dos Grupos dos Onze.

Os Grupos dos Onze Companheiros terão, como finalidade primordial, deter, em todo o seu raio de ação, municípios, vilas, distritos e povoados, todos as autoridades públicas, tais como Juiz de Direito, Prefeito, Delegado de polícia, Vereadores, Presidente da Câmara, Políticos influentes e outras personalidades que por acaso estejam dentro de sua esfera de atribuição e limites de ação, recolhendo-os a locais apropriados preferencialmente no meio da mata, sob guarda armada permanente. (...) Os Grupos dos Onze terão de ser instruídos da importância e gravidade que é a de deter, guardar e eliminar antirrevolucionários, os antipovo, aos quais poderão se juntar os latifundiários e grandes proprietários²¹⁸.

Vemos, pois, na letra do documento, aparecerem como inimigos da “Guerra de Libertação Nacional” aqueles que eram corriqueiramente arrolados no rol de inimigos da nação, agrupados sob a insígnia do *antipovo*, mas também autoridades e políticos, independente de sua filiação partidária ou inserção na luta contra ou a favor das chamadas reformas de base. Este é mais um elemento do texto que, indubitavelmente, favoreceu a repressão aos Grupos de Onze, então classificados como inimigos do Estado brasileiro, não só de classes sociais específicas. Sendo tal manifesto verdadeiro – isto é, proveniente das direções dos Grupos de Onze – ou não, o fato é que ele atuou muito mais *contra* o movimento do que a seu favor.

Além de potencialmente ofensivo às classes dominantes do país, incluindo aí os representantes políticos de todos os grupos sociais que por ventura ocupassem cargos de autoridade em sua área de ação, o ataque a cargo dos Grupos dos Onze, assim, tal qual expresso no manifesto apresentado pelo *Jornal do Brasil*, concentra-se também no sistema social. É igualmente lesivo, pois, a qualquer tipo de regra que institua limites para as condutas humanas, superando em abrangência um mero ataque ao governo. Este, aliás, é identificado como um aliado em potencial nesta guerra de libertação que se avizinhava.

Os companheiros dos Grupos dos Onze deverão procurar conseguir, como já ficou esclarecido, todas as instruções revolucionárias possíveis, referentes às técnicas guerrilhascas, eis que a falta de preparação e a

²¹⁸ *Idem, ibidem.*

ignorância em momentos que poderiam ter sido decisivos para a libertação nacional, deixaram de ser aproveitados em decorrência daquelas insuficiências; devemos nos lembrar que, hoje, temos tudo a nosso favor, inclusive o beneplácito do governo e a complacência de poderosos setores civis e militares, acovardados e temerosos de perder seus atuais e ignominiosos privilégios²¹⁹.

Assim, nessa perspectiva de ataque à ordem, a tática de luta defendida pelo mencionado documento integra a ponta militar – os Grupos dos Onze – à mobilização da classe operária, expressa por uma greve geral ser detonada por senha específica originada no “Comando Supremo” – como, no texto citado, apresentava-se o Comitê Nacional dos Grupos dos Onze. Dessa forma, à agitação social se seguiria a derrubada do sistema e posterior construção de uma nova nação, emancipada do “imperialismo” e da espoliação internacional, causas das mazelas do *povo*.

A greve geral será o sinal inicial de que a massa operária está disposta à luta em qualquer terreno e, no momento exato, será ela deflagrada através de senha especial. (...) É necessário que todos os Grupos dos Onze se imbuam do sentimento místico e essencial de serem a alavanca militar do progresso e da Libertação Nacional Brasileira, e isso deve ser repisado a todo instante, pelos comandos regionais, a fim de que não se sintam eles tentados a fugir ao primeiro embate com os reacionários e outros inimigos do povo brasileiro, inclusive alguns destacamentos militares que, certamente, procurarão nos destruir²²⁰.

Vemos, pois, a perspectiva de uma aliança entre trabalhadores e os Grupos dos Onze, estes representando a frente armada da luta pela “libertação” que, então, urdia-se. Esta se daria, necessariamente, como uma irrupção violenta, pensada para causar “desordem” social.

Destruição de armazéns, pontes, passagens, vias férreas, ataque e desarmamento de pequenos grupos de soldados, procurando-se organizar a revolta nas troas, difundindo-se notícias falsas, tendenciosas e inteiramente favoráveis aos nossos G-11 e aos planos. Interceptação das comunicações telefônicas para isolamento das cidades e de seus meios de comunicação. Fechamento das barreiras, isolamento, por meio de barricadas, dos bairros, ruas principais e praças mais movimentadas. Lembrar sempre que a surpresa é o fator principal de sucesso inicial da Libertação Nacional e trabalhar, naquele momento, com o máximo de nossos esforços, por meio de atingir aquela libertação.

Convém ressaltar, ainda, que, conforme visto acima, o documento abre como possibilidade o combate a setores do exército que, na perspectiva do autor, mantendo-se aliados às forças retrogradadas, procurariam destruir os Grupos dos Onze. Convém

²¹⁹ *Idem, ibidem.*

²²⁰ *Idem, ibidem.*

relembrar, nessa altura, que o panfleto debatido fora divulgado pelo *Jornal do Brasil*, tendo sido remetido para a referida redação pelo Ministro da Guerra, então parte da chamada *linha dura* dos golpistas que conquistaram o Estado. Dessa forma, não seria fantasioso suspeitar que tal documento tivesse sido alterado para legitimar a perseguição encetada sobre as organizações brizolistas no imediato pós-golpe.

No entanto, essa conjectura se situa no campo da especulação, não sendo possível para este trabalho – e nem sua intenção – determinar se o manifesto apresentado era realmente oriundo dos Grupos dos Onze. Sendo o documento um factóide ou não, há que estabelecer como fato que o seu conteúdo contribuiu demasiado para a justificativa de repressão às organizações de esquerda que se aliavam aos Grupos dos Onze. Estas são listadas no manifesto, ao lado de táticas entendidas como *típicas* dos grupos – notadamente violentas.

Os Grupos dos Onze Companheiros terão que suportar o peso de toda operação inicial. O Partido Comunista do Brasil será nosso principal aliado, ao lado de organizações poderosas, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), o Comando Intersindical (CIS) e todos os sindicatos nacionais²²¹.

Dessa forma, a publicação desse documento servia para pavimentar o caminho da repressão legítima a tais organizações – entendidas como “terroristas”, “arruaceiras”, etc. Nesse sentido, o manifesto com as “instruções secretas” dos Grupos dos Onze pode ter sido esgrimido contra organizações políticas identificadas como subversivas, mas com outra orientação tática e estratégica. Não é possível saber ao certo. O que se pode estabelecer, no entanto, é que, após a publicação do documento, a repressão sobre os Grupos dos Onze endureceu, tanto que, dois dias depois, em tom eufórico, o *Jornal do Brasil* anunciava a prisão de “todos os Grupos dos Onze” no Rio de Janeiro.

O diretor do Departamento de Ordem Política e Social do Estado do Rio (DOPS), major Jairo Leri dos Santos, disse ontem ao *Jornal do Brasil* que os organizados dos Grupos dos Onze no território fluminense já foram presos e encontram-se recolhidos ao presídio político de Neves, em São Gonçalo. (...) No Palácio do Ingá prosseguem os trabalhos da Comissão Revisora das Sindicâncias Sumárias realizadas no Estado do Rio para apurar, entre os servidores, quais os que atentaram contra a segurança do país e a probidade da administração pública²²².

²²¹ *Idem, ibidem.*

²²² **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro: 19 de julho de 1964, p. 5

Por fim, poder-se-ia ressaltar como o mesmo manifesto legitimava o expurgo interno sofrido pelas Forças Armadas no pós-golpe. Historiografia especializada mostra que muitos oficiais foram passados a reserva pelos golpistas, assim como soldados foram perseguidos, notadamente aqueles com histórico de rebeliões contra a hierarquia da corporação. Nesse sentido, o documento apresentado pelo *Jornal do Brasil* prestava um serviço aos sujeitos daquela depuração interna, uma vez que, na letra do autor, o levante teria “aliados militares”.

A escassez inicial de armas poderosas e verdadeiramente militares será suprida pelos aliados militares que possuímos em todas as forças armadas, notadamente nos Grandes Centros como Guanabara, Pernambuco e, especialmente, nos Estados do Rio de Janeiro (PM) e no Rio Grande do Sul (B), além do corpo de fuzileiros navais, que nos fornecerá, de imediato, para a Ação Libertadora na Guanabara, o material potencialmente necessário²²³.

Conforme visto acima, o documento atribuído aos Grupos dos Onze lançou as bases para a repressão sobre essa organização, bem como outros do campo popular e reformista. Mas isso não foi tudo. Também uma linhagem interpretativa da iniciativa de Leonel Brizola lança raízes nessa fonte documental, tomando-a como expressão verificada da ação política daqueles grupos, consequentemente qualificando-os como movimento armado.

Na historiografia, essa matriz teve como pioneiro o brasilianista Thomas Skidmore. O historiador estadunidense, ao refletir sobre o conjunto da história política brasileira entre Getúlio Vargas e o golpe de 1964, qualifica aquela experiência política de Leonel Brizola como uma tentativa de insurreição militar mal sucedida.

Em 1963, Brizola tentou institucionalizar seus adeptos. Obteve o controle de uma cadeia de estações de rádio e começou a organizar células políticas armadas que denominou “Grupos dos Onze”. Em princípios de 1964, lançou seu próprio semanário, o Panfleto, que foi engrossar o número dos diários e semanários de esquerda. Fortalecido pelo rádio e pelo periódico de sua propriedade, Brizola tinha um público maior para seus apelos insistentes em favor das medidas radicais junto a seu cunhado presidente²²⁴.

A perspectiva de Skidmore tem uma qualidade que consideramos interessante, tanto que procuramos desenvolvê-la mais aprofundadamente neste trabalho: a de considerar as iniciativas de Leonel Brizola à frente da Mayrink Veiga, suas intervenções no semanário O Panfleto e a criação dos Grupos dos Onze como parte de um todo

²²³ *JORNAL DO BRASIL*, Rio de Janeiro: 16 de julho de 1964, p. 15

²²⁴ SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. p. 341

integrado, que aqui optamos por chamar de *Rede do Esclarecimento*, aceitando uma sugestão do próprio petebista. No entanto, a relação entre o Skidmore e a documentação com que trabalha é deficitária. O historiador não parece criticar suas fontes, aceitando como espelho das intenções de Brizola um manifesto divulgado pelo *Jornal do Brasil*, seu declarado inimigo, a pedido do Ministro da Guerra dos golpistas que então tinham conquistado o Estado, e, por extensão, cassado politicamente – e quase que fisicamente - seu suposto autor. Essa postura descuidada foi seguida por vasta historiografia que identificou Grupos dos Onze a insurreição armada – com o que discordamos, por falta de evidência.

É o caso de Carlos Cortés, historiador que se debruçou sobre a conjuntura política do Rio Grande do Sul nos anos que antecederam o golpe de 1964. Nas palavras desse autor, Brizola

Criou um sistema de Grupos dos Onze, pequenas unidades de guerrilheiros que, teoricamente, eram preparados para entrar rapidamente em ação. (...) À medida que sua organização político-militar crescia, Brizola reforçava suas críticas ao programa de reformas moderadas de Jango, tornando-se mais extremista com suas exigências e ameaçando usar a força se elas não fossem realizadas. (CORTES *apud* HARRES e BRANDALISE, p. 189).

Essa matriz interpretativa seria acolhida por Alzira Alves de Abreu em coletânea sobre o governo João Goulart, organizada por Marieta de Moraes Ferreira. Na ocasião, Abreu sustentou que

através da Rádio Mayrink Veiga e do jornal Panfleto, intensificou sua campanha em favor de medidas radicais, como a moratória da dívida externa, a substituição do Congresso por uma Assembleia Constituinte e a organização de células políticas armadas, os chamados “grupos de onze”²²⁵.

Historiador com especial afeição por temas controversos, Luiz Alberto Muniz Bandeira também se debruçou sobre a questão do propalado golpe de esquerda, que estaria sendo urdido com auxílio dos Grupos dos Onze. Sua pesquisa, no entanto, revelou que um levante militar poderia ser evocado, mas em oposição a um golpe contra as instituições democráticas. Tratar-se-ia, portanto, de uma peça de resistência, a ser iniciada nos quartéis, mas abraçada por elementos da sociedade civil organizada – provavelmente os G-11. Note-se, no entanto, que em sua argumentação não há qualquer atribuição aos grupos de um papel diretamente militar, mas de suporte civil.

²²⁵ ABREU, Alzira Alves de. A imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **João Goulart**. Entre memória e história. Rio de Janeiro, FGV, 2004, p. 21.

A insurreição começaria no Rio Grande do Sul, com a sublevação da Brigada Militar e a tomada de vários quartéis do Exército, contando com a participação de militantes do PTB, sindicatos, associações de bairros, bem como de fazendeiros no interior, e seria secundada por outros levantes populares em São Paulo e no Rio de Janeiro. O comando militar desta insurreição, chamada Operação Pintassilgo, caberia ao general Ladário Teles, e Brizola assumiria a liderança civil, ocupando uma estação de rádio em Porto Alegre, a fim de conclamar o povo à revolta e reproduzir as jornadas de 1961, quando levantou o Rio Grande do Sul em favor da legalidade e da posse de Goulart na presidência do Brasil. Porém a Operação Pintassilgo, cuja deflagração foi quatro vezes tentada, abortou. E, de acordo com o depoimento do deputado federal cassado José Neiva Moreira, no período de dois ou três anos, ‘desenvolveram-se cinco ou seis conspirações no Rio Grande do Sul, todas inspiradas na doutrina que Brizola defendia: insurreição armada, apoiada por poderosos contingentes civis, com o uso dos meios de comunicação’²²⁶.

Menos cuidadoso foi o trato da questão pelos conglomerados de comunicação. Em 2009, a Rádio CBN, das Organizações Globo – rival por excelência de Leonel Brizola – “descobriu” um dossiê sobre os Grupos dos Onze entre arquivos de militares do período da ditadura. Tratava-se do manifesto acima comentado, divulgado pelo *Jornal do Brasil* em julho de 1964 e disponível pelo sistema de busca de periódicos da Biblioteca Nacional, acessível de qualquer computador com ligação à internet. A jornalista responsável pela notícia, Mariza Tavares, então, denunciava a conspiração já no título de seu texto: “o braço armado de Brizola”. Ao longo da argumentação, nota-se pouco cuidado na crítica documental, com frequentes reproduções diretas do discurso presente no acervo que consultou – dos militares, os mesmo que perseguiram os Grupos dos Onze. O resultado é uma narrativa que funde o sensacionalismo com uma leitura apologética do golpe de 1964. Segue um excerto.

A CBN teve acesso a documentos daquela época (ditadura) – que estavam em poder dos militares – que detalham como Brizola idealizou os Grupos dos Onze: uma militância que pretendia utilizar mulheres e crianças como escudos civis; realizar ataques a centrais telefônicas, de rádio e TV; e previa a execução de prisioneiros²²⁷.

O tino de jornalista não a faz desconfiar sequer da intencionalidade dos militares que, como diz a reportagem, enviaram-na a documentação. A postura da autora diante da fonte é quase que declaratória, e por consequência pouco investigativa. Guia sua

²²⁶ BANDEIRA, Muniz. **O governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil de 1961 a 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 189.

²²⁷ TAVARES, Mariza. O braço armado de Brizola. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/hotsites/grupo-dos-onze/GRUPO-DOS-ONZE.htm> (acessado em 09/11/2015) às 00:39

análise a procura por audiência, o que encaminha seu texto para o realce de elementos que causem o efeito de escândalo, como destacado no trecho mencionado.

Dessa forma, vemos que os inimigos do passado se conservam na fronteira ainda no tempo presente. Se Brizola enfrentou a oposição em vida, sua memória ainda é atacada após a morte. Afinal, talvez seja possível levantar como hipótese – sem qualquer possibilidade de testá-la – que a pronta aceitação, sem maiores críticas, da fonte pela jornalista indica disposição em aceitar fatos que depusessem contra um tradicional alvo das Organizações Globo. Se Mariza Tavares fosse funcionária experiente da empresa, já demonstrava saber como a banda tocava.

Há, no entanto, que matizar essa interpretação sobre os Grupos dos Onze, contrapondo-a a outras perspectivas sobre os grupos e sobre a estratégia brizolistas durante aquela conjuntura de crise nacional. Se seus detratores insistem em considerar as células populares como um proto-exército armado e revolucionário, o depoimento de participantes dos Grupos dos Onze não corroboram tal ponto de vista, coadunando-se mais com o que estabelecemos como hipótese de trabalho. Em outras palavras, a atuação histórica dos Grupos dos Onze – não entrando no mérito da discussão sobre suas intencionalidades *reais* – parece indicar que os mesmos serviram principalmente para disputar o consenso da opinião pública acerca das reformas de base. Assim, esses homens serviriam para completar o elo de uma organização que, contando ainda com a Rádio Mayrink Veiga e o jornal *O Panfleto*, buscavam lançar as bases de um consenso reformista, etapa fundamental para a efetivação do conjunto de reformas identificado por Leonel Brizola como necessário para a libertação e desenvolvimento do Brasil. Mais: tratava-se de um tipo de expansão democrática, uma vez que o conjunto de transformações estruturais versava inclusive sobre ampliação do contingente eleitoral, pela inclusão do voto de analfabetos. Nesse sentido, em vez de ser um *braço armado contra a ordem*, os Grupos dos Onze atuavam no sentido de expandi-la, a ponto de incluir no exercício da democracia aqueles que, incluídos no sistema econômico, estavam excluídos da participação política. Na próxima seção, utilizando a documentação divulgada pelo próprio Leonel Brizola acerca dos Grupos dos Onze, certificar-se-á se essa proposta de leitura tem alguma sustentação.

Grupos dos Onze em *O Panfleto*: uma análise do manifesto de Brizola

Como exposto acima, esta seção se debruçará sobre a relação entre os Grupos dos Onze e a disputa política na sociedade civil pelo bloco reformista. Entendemos que a Rede do Esclarecimento lutou pela manutenção da democracia e, em certo sentido, sua ampliação institucional, incluindo novas personagens na disputa política – avanço representado principalmente pelo projeto de reforma eleitoral com ampliação do direito do voto a analfabetos. Vimos, ainda, que a defesa das instituições democráticas foi evocada por Leonel Brizola pela Rádio Mayrink Veiga, contra um golpe que se urdia.

Isso nos traz à questão da funcionalidade dos Grupos dos Onze na estratégia política de Brizola no início dos anos 1960. Sem entrar na discussão sobre a real intenção da criação dessas células populares, podemos afirmar que, historicamente, não há qualquer indício que elas tenham se constituído como milícias armadas, tal qual aponta o documento apresentado pelo *Jornal do Brasil* e evocado por parte da historiografia sobre o tema. Recorrendo a depoimentos de participantes dos Grupos dos Onze, bem como a outros indícios, como peças memorialistas de sujeitos que viveram e disputaram politicamente os significados daquela conjuntura, além da ausência de provas materiais de levantes armados pelos citados grupos, nossa pesquisa aponta que a significação histórica daquelas organizações está mais próxima a um grupo de pressão na sociedade civil do que propriamente uma guerrilha – ainda que de um tipo novo.

Torna-se nosso objeto de atenção, pois, o manifesto oficial dos Grupos dos Onze, a fim de averiguar se nele há indicações que orientem esses grupos de pressão no sentido de disputar consciências na sociedade civil. Se assim for, a lógica da estratégia aponta para o fortalecimento da pauta reformista a partir de uma base popular, acumulando forças para a posterior implementação na esfera da sociedade política.

No que toca aos aspectos formais do manifesto oficial dos Grupos dos Onze, veiculado na primeira edição de *O Panfleto*, datada do dia 17 de fevereiro de 1964, há muitas semelhanças com a versão com “instruções secretas” divulgadas pelo *Jornal do Brasil* e anteriormente debatida. São 10 pontos com temas específicos, que debatem a conjuntura política do Brasil, propõem um modelo de ação e justificam a organização popular em células de “onze companheiros”. Ao contrário daquele documento “secreto”, no entanto, aqui não há menções a armas e táticas de guerra. Além disso, aqui

o documento é assinado por Leonel Brizola, definindo-se como “deputado”. No manifesto “secreto” do *Jornal do Brasil*, não havia assinaturas nominais, apenas indicava a autoria de um “Comando Supremo”. Vejamos mais de perto alguns pontos particularmente interessantes para nossos objetivos.

No primeiro item, Leonel Brizola discorre sobre a situação política e econômica do país. Sua análise encaminha uma conclusão: viveríamos um momento de desfecho em que as forças populares, necessitadas das “reformas de base”, encontrariam a resistência do antipovo – grupo de inimigos da nação porque atrelados aos interesses do capital espoliativo internacional, que internamente asseguravam seus privilégios em troca de usurpar as riquezas do Brasil. Essa análise é conhecida, uma vez que era intensamente repetida na rádio Mayrink Veiga e já fora debatida acima. De novo a orientação que segue essa análise de conjuntura: para que as forças populares pudessem fazer frente ao antipovo, a organização se impunha.

E diante do desfecho, o que fazer? É a pergunta que formulam, por toda a parte, milhões de brasileiros nacionalistas. Até agora, o que se tem feito é um grande esforço pela conscientização e esclarecimento dirigido a cada um dos 70 milhões de brasileiros. Milhões e milhões de brasileiros já despertaram, já adquiriram a necessária compreensão sobre as causas e as verdadeiras origens de nossos males, dos sofrimentos e injustiças que vem recaindo sobre o nosso povo. (...) A quase totalidade, porém, pensa fala ou age, apenas, isoladamente. À si mesma vive perguntando o que fazer, como e quando deve fazer o que lhe cabe. (...) Milhões e milhões de brasileiros, esclarecidos e inconformados estão mais do que prontos para agir e fazer alguma coisa, clamando por uma tomada de posição das lideranças e pela distribuição de tarefas, mas todos ou quase todos, sem qualquer articulação, imobilizados pela falta de organização que viria justamente dar impulso e canalizar a força invencível que representa o povo brasileiro mobilizado. *A organização de nosso povo, eis a tarefa urgente e imprescindível, neste momento. Povo desunido, povo desorganizado é povo submetido, sem condição de defender seus mais sagrados interesses e de realizar seu próprio destino*²²⁸. (grifos do documento)

No trecho destacado há uma crítica velada à falta de clareza das chamadas lideranças populares, que, representando “o povo”, não formavam decididamente seu partido. Trata-se de um ataque claro a João Goulart que, nesse momento, ainda buscava se equilibrar em uma política de conciliação de interesses. A opinião de Brizola, pois, era de que os líderes deveriam se colocar ao lado do *povo*, organizá-lo para fazer

²²⁸ *O PANFLETO*. Rio de Janeiro: 17 de fevereiro de 1964, p. 15-16.

avançar seus “mais sagrados interesses” – o conjunto de reformas que eliminaria o “saque internacional de nossas riquezas”²²⁹.

Esse objetivo maior seria alcançado pela *organização e mobilização* popular, finalidade última dos Grupos dos Onze. Assim, no mesmo documento que por ora debatemos, é explícita a crença de que, por meio da articulação, as forças reformistas poderiam não só defender a democracia, mas fazer avançar seu projeto societário.

O povo brasileiro precisa urgentemente organizar-se. Onde quer que se encontre, mesmo nos lugares mais longínquos da pátria. Se, em curto espaço de tempo, conseguirmos estruturar uma organização razoável, estarão criadas as condições para que o nosso povo, na hora do desfecho que se aproxima, os momentos em que pretendam garrotear as nossas conquistas democráticas, *venha assumir* uma posição, não apenas de defesa de suas liberdades, mas, também, para caminhar, por si mesmo, em busca de sua própria libertação. O que cabe fazer, portanto, neste momento, a todos nós é exatamente: organização, organização e organização²³⁰.

Mas como, organizado, esse *povo* lutaria? Sobre isso Brizola não é claro. As lacunas do texto sugerem que a mobilização popular, por si só, seria suficiente para fazer recuar o golpe contra o regime democrático e avançar as reformas estruturais. Nesse sentido, a experiência de 1961 parece ainda viva na memória do político. A organização do povo seria uma arma a se sacar, mas sem necessidade de ser disparada. Sujeitos que viveram aquele acirramento político, ao serem perguntados sobre os Grupos dos Onze, frequentemente revelam formas de atuação dos grupos, ainda que ironicamente. Sereno Chaise, ex-prefeito de Porto Alegre e considerado um dos “brizolistas históricos”²³¹, lembra que a tarefa dos Grupos dos Onze era “a coisa mais fácil do mundo. Tinham que parar ali na Avenida Borges de Medeiros, esquina com a Rua da Praia, e bater um papo às 11 e meia da noite”²³². Outra de suas frentes de atuação, ainda de acordo com Chaise, era a “panfletagem com discursos de Brizola e palavras de ordem a favor das ‘reformas’”²³³.

É, como já avançado aqui, problemático afirmar esta ou aquela forma de atuação como “típica” dos Grupos dos Onze, sendo tal afirmação mais um contributo à construção de uma ideia sobre as organizações do que mais propriamente uma peça da

²²⁹ *Idem, ibidem.*

²³⁰ *Idem, ibidem.*

²³¹ SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo.** Estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999, p. 48

²³² HARRES, BRANDELISE, *Op. Cit.* p. 190

²³³ *Idem, ibidem.*

historiografia. Isso porque a forma de atuação dos G-11 era, por definição, muito variada. Cremos que essa dispersão, porém, ao contrário de nublar a percepção do fenômeno, é um poderoso indício de sua flexibilidade, o que nos revela um dos aspectos de seu democratismo. Como visto no Manifesto de fundação dos grupos, havia indubitavelmente uma orientação estratégica para sua atuação: a defesa da democracia e das reformas de base, incansavelmente expressas por Brizola em todos os meios sob sua influência. A forma tática de se alcançar aqueles objetivos, no entanto, permanecia em aberto, sujeita à apreciação dos grupos.

O que nos leva a refletir sobre sua lógica interna. Em sua formação, as células populares nomeadas por Brizola de Grupos dos Onze Companheiros são bastante autônomas. Sua criação parte do entendimento de dois ou três “companheiros” que, desejando fundar um dos grupos, entram em acordo e, a partir de então, passam a selecionar outros membros, até o número limite de 11, equivalente a um “time de futebol”. Brizola instrui dessa forma esses momentos iniciais.

O ponto de partida deve ser o entendimento entre dois ou três companheiros, perfeitamente identificados e entendidos. Depois desse entendimento é que devem partir para novos contatos e para o recrutamento dos demais companheiros. Decidida em reunião a fundação do Grupo ou Comando, deve ser lavrada uma ata assinada por todos e onde constem os objetivos acima estabelecidos. Um compromisso verbal afirmado por todos tem a mesma significação da ata escrita²³⁴.

Há uma premissa claramente democrática na base dos Grupos dos Onze. Em que pese a seleção dos membros a partir de um núcleo inicial – os fundadores do grupo – a liderança ou chefia do mesmo fica a cargo de votação de todos os membros. Além disso, em apesar dos objetivos gerais serem bastante claros – defesa da democracia e luta pelas “reformas de base” ser geral – não há, no documento de fundação das células populares, nenhuma orientação tática *a priori*. No limite, os grupos podem traçar seus planos próprios sobre como alcançar aquele objetivo estratégico. Outro dado importante é o valor dado à palavra, igualada a um documento escrito. São as bases de uma forma de sociabilidade que prima pela mútua confiança, não sem razão a ressalva sobre a necessidade de os fundadores e demais membros do grupo terem “profundas afinidades”. Tratam-se, pois, de onze companheiros, no sentido mais amplo da palavra.

A seguir, deve ser feita, entre os companheiros, a escolha do líder ou chefe e seu substituto eventual. Uma comunicação imediata por carta ou

²³⁴ *Idem, ibidem.*

telegrama (será preferível entregar, sempre que possível, pessoalmente essa comunicação) deve ser dirigida ao deputado Leonel Brizola, aos cuidados da Rádio Mayrink Veiga²³⁵.

No entanto, essa estrutura, à primeira vista significativamente horizontal, em uma análise mais detida se estrutura em última instância em um eixo vertical. Ora, uma vez formados, tais grupos tem como tarefa obrigatória sua subordinação ao deputado Leonel Brizola. Em um primeiro momento, enviando-lhe correspondência, a fim de que o mesmo possa quantificar o crescimento de seu apoio na sociedade civil. Em um segundo momento, mesmo ouvindo as orientações táticas do deputado, por meio da Rádio Mayrink Veiga. No programa, inclusive dúvidas são tiradas, uma maneira mais explícita de orientar a atuação daqueles grupos.

Tarefa importante para os companheiros é acompanhar as transmissões da Rádio Mayrink Veiga. Convém que se torne uma tarefa obrigatória ouvir as transmissões da Rádio Mayrink Veiga, às sextas feiras, a partir das 21h30 horas (ou seja, 22h30 horas da Guanabara, devido à diferença de horário). Logo após a meia noite de sexta-feira, a partir de zero hora, serão lidas as comunicações enviadas pelos companheiros e difundidos esclarecimentos e instruções para as atividades dos Grupos ou comandos integrantes da organização²³⁶.

Tais são os limites do democratismo no interior dos Grupos dos Onze, já que o líder supremo – Brizola – é dado de antemão. Essa observação, aliás, engendra, como condição de possibilidade, a hipótese que aqui formulamos. O aspecto verticalizado e, em certo sentido, tutelado dos Grupos dos Onze permite entendê-los como parte de um projeto pessoal de Leonel Brizola, a fim de ampliar seu prestígio e representação na sociedade civil. Os efeitos diretos disso seriam o acúmulo de capital simbólico no campo político-partidário, na conceituação de Pierre Bourdieu, uma vez que suas posições políticas, inclusive em favor das reformas estruturais do Brasil, apareceriam referendadas por tantos Grupos dos Onze quanto os que seriam formados. Seria essa, pois, uma forma atualizada da estratégia de mobilização popular empreendida pelo então governador gaúcho quando do impasse de 1961 e do lançamento da Cadeia da Legalidade. Se aquele evento catapultou Brizola como líder regional, os Grupos dos Onze, parte integrante de uma organização maior, chamada por Leonel Brizola de Rede do Esclarecimento, teriam como potencialidade alçá-lo a líder de inserção nacional.

²³⁵ *Idem, ibidem.*

²³⁶ *Idem, ibidem.*

Essa hipótese de os Grupos dos Onze serem também engrenagem de uma máquina eleitoral de Brizola parece ter sido aventada por algumas personagens históricas que viveram aqueles eventos. Lembremos Ney Ortiz Borges, já aqui referido, expressando a forma como os G-11 foram formados para além dos limites do partido trabalhista por serem compreendidos como uma “coisa do Brizola”²³⁷.

Nesse sentido, entendemos que análises sobre a estruturação da organização é fundamental para se compreender a lógica que a sustentava, pauta que ainda não foi objeto de atenção mais atenta da historiografia sobre o tema. Cremos que os mecanismos de formação dos grupos podem explicar a diversidade de atuação dos Grupos dos Onze – inclusive seu eventual imobilismo. Sob essa ótica, ainda, ganha especial sentido a leitura de Brizola sobre o dia vindouro após a vitória dos Grupos dos Onze, segundo ele, momento em que o “povo poderia caminhar por si só rumo à sua libertação”²³⁸. A passagem sugere o democratismo e a autonomia como marcas do movimento, o que parece ser referendado pela dispersão de formas de atuação dos Grupos dos Onze. Tal premissa, todavia, esbarra em uma contradição, qual seja, a posição do próprio Brizola como polo de irradiação, se não das orientações táticas, das ordenações estratégicas das organizações populares.

²³⁷ Entrevista de Ney Borges Ortiz concedida a Marluza Harres e Carla Brandelise, disponível em BRANDELISE, Carla; HARRES, Marluza, *Op. Cit.*, p. 187.

²³⁸ *O PANFLETO*. Rio de Janeiro: 17 de fevereiro de 1964, nº 1, p. 15.

Considerações finais

Na noite do dia 31 de março Brizola foi aos microfones da Rádio Mayrink Veiga chamar por uma reação dos Grupos dos Onze que impedisse o desfecho do golpe que sepultou a democracia no Brasil por mais de 20 anos. Ele não foi ouvido. A história dos Grupos, da rádio Mayrink Veiga e do jornal *O Panfleto*, integrantes de um bastião de defesa da democracia e de luta pelas “reformas de base” que o próprio Brizola nomeou de Rede do Esclarecimento, foi escrita acima. Nos estertores desse trabalho, no entanto, conviria se perguntar qual o sentido histórico dessa experiência, o que talvez sintetize o núcleo das reflexões que perpassaram essa dissertação.

Com efeito, quando Brizola monta sua tentativa de resistência democrática e de avanço reformista, o Brasil era convulsionado por disputas políticas que expunham as clivagens existentes em sua realidade tão socialmente desigual. Era o tempo de levante de sargentos, de greves de metalúrgicos, de organização das hostes empresariais pelo complexo IPES-IBAD-ESG. Blocos sociais ficavam mais definidos, ao passo que classes sociais avançavam em rápida formação, condicionando o debate sobre o futuro do país. Deveria o Brasil fazer uma reforma agrária? Se sim, de que tipo? Analfabetos teriam direito a voto? Quem pagaria a conta da crise econômica que despontava no início dos anos 1960?

As respostas eram variadas, talvez tão díspares como diferentes eram os setores sociais em conflito. Porém, será possível considerar o câmbio de sistema uma possibilidade significativa no país? A resposta, aos olhos dos grupos dominantes, é conhecida. Atemorizados pela ameaça do comunismo, marca da Guerra Fria avivada pela conversão da Revolução Cubana de 1959 em uma experiência socialista, aqueles homens enxergavam em João Goulart um óbice potencial à ordem capitalista. Não à toa alguns vetaram sua posse presidencial em 1961, na sequência da renúncia de Jânio Quadros. A ameaça da revolução, aos seus olhos, era real.

O papel de Leonel Brizola nesse processo subversivo, possivelmente central. Brizola tinha sido governador do Rio Grande do Sul entre 1959 e 1963. Sua gestão fora marcada pela estatização das empresas estadunidenses *Bond and Share* e *I.T.T.*, que serviram à construção de uma matriz energética pública naquele Estado. A medida,

claro está, foi identificada como um passo na subversão do sistema de livre mercado no Brasil, e por isso combatida pelos defensores daquela forma social.

Abria-se, dessa forma, a condição de possibilidade de se tratar Leonel Brizola como um representante da esquerda revolucionária brasileira. O petebista, seguidor de Vargas e defensor do trabalhismo, fora então eleito inimigo dos grandes conglomerados de comunicação, notadamente aqueles que formariam campanha pela queda de João Goulart – *Diários Associados*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*. Também por isso passou a ser identificado como um agitador radical do PTB e um líder revolucionário em potencial. Essa imagem pode ser percebida também na historiografia que qualifica a conjuntura política brasileira de 1964 como terreno em que germinavam dois golpes, um da direita e um da esquerda. É a percepção de um Brizola avesso à ordem que sustenta essa hipótese.

E ela se sustenta? Cremos que a resposta para essa pergunta pode significar um avanço no debate sobre o caráter do golpe empresarial-militar que ocorreu no Brasil em 1964. Se pudermos contribuir com alguma reflexão que ao menos indique um caminho de luta democrática por parte de Brizola – e seu respeito ao sistema social vigente, isto é, ao capitalismo –, talvez possamos contribuir de alguma forma para a reafirmação da conquista do Estado de 1964 como um fato também ativo, além de reativo. Tratar-se-ia de dizer que o golpe das classes dominantes brasileiras, além de seu caráter preventivo acerca de uma ameaça comunista mais imaginada do que real, atendera a um projeto societário específico, que presidiria a construção de uma nova composição da sociedade política pela ditadura que se iniciou naquele ano.

Ressaltada a importância dessa análise, conviria indicar os meios de realizá-la. Ora, talvez essa seja uma tarefa irrealizável, por esbarrar na necessidade de desvelar as reais intenções de um sujeito histórico, atributo fora do alcance de qualquer historiador. Ainda assim, podemos buscar indícios, sendo o melhor caminho para tanto a análise dos discursos de Brizola, principalmente nos órgãos componentes da Rede do Esclarecimento, sua principal trincheira nas lutas políticas daquela quadra histórica, em busca de seu projeto societário – se é que há um. Uma forma de aprofundar esse estudo é, assim, analisar essa documentação em busca de projetos incompatíveis com a lógica da sociedade de mercado, ou que potencialmente indiquem sua superação.

O objetivo não foi a tarefa principal deste trabalho, mas ainda assim, aqui e ali, serviu de norte de pesquisa, a fim de entender o papel histórico desempenhado tanto por Brizola quanto por sua Rede do Esclarecimento. Ao longo das últimas páginas, emergiu um Brizola decididamente nacionalista, defensor genuíno das reformas de base que, segundo ele acreditava, eram capazes de superar os obstáculos a um desenvolvimento autônomo do país. Vimos aqui um Brizola que se colocou decididamente na trincheira contra o que ele caracterizou de espoliação imperialista, que mantinha o Brasil sob o jugo econômico dos países do norte, em especial os Estados Unidos. Em seus discursos e propostas, porém, havia pouco de propriamente revolucionário no que toca a transformações radicais do sistema social existente. Uma alternativa capitalista aparentemente não estava em pauta.

Se destacamos isso não é para cobrar da personagem histórica uma ausência. Não se trata de qualificar um desvio de um padrão esperado. Com isso, quer-se, primeiro, ressaltar que este estudo aponta para a possibilidade de que opções antissistêmicas gozassem de pouca possibilidade de realização na crise brasileira do início dos anos 1960, a qual se costuma qualificar como sendo uma bifurcação na história nacional. Segundo, as consequências dessa asserção indicam que era pouco provável que Brizola e seus companheiros urdissem um plano de golpe de esquerda, ao qual se seguiria uma revolução semelhante à experimentada em Cuba, espantallo das classes dominantes do nosso país. Se existia um projeto de ruptura institucional e democrática por parte dos petebistas reunidos na Rede do Esclarecimento, ou ele não ameaçaria a continuidade da sociedade de mercado ou não instrumentalizaria a Rede do Esclarecimento, pois tais foram os limites dessa pesquisa, e para além deles jaz meu desconhecimento.

Assim, a Rede do Esclarecimento, fronteira que mais ocupou as atenções de Brizola na agonia da república iniciada em 1946, queria, sim, reformas. Mas reformas que ampliassem a adesão social à modernização capitalista imaginada como aceitável por aqueles trabalhistas. A votação para os analfabetos; a reforma agrária que expandiria o número de proprietários de meios de produção; a melhora das condições de emprego, com aumento de salários e maior seguridade; todas pautas que se adéquam bem a uma sociedade do capital. Nos modestos limites desse trabalho, portanto, parece ganhar sentido a tese de Gilberto Calil, segundo a qual esse processo social de incorporação das massas à sociedade dita moderna representou uma frente de

construção de hegemonia burguesa²³⁹. Do nosso ponto de vista, pois, tratar-se-ia de um avanço da revolução passiva à brasileira, em que a reforma das estruturas assegura e aprofunda a dominação classista no país.

Se assim for, teríamos à mesa nos anos 1960, pelo menos entre os projetos com mais vigor, capitalismo mais ou menos inclusivos. Os petebistas reunidos na Rede do Esclarecimento e defensores das reformas, ao advogar uma sociedade do capital em que os benefícios fossem relativamente mais bem distribuídos, ainda que não significassem historicamente uma alternativa contrassistêmica, punham-se decisivamente contra a forma de capitalismo então vigente no país, em que o moderno e o arcaico se articulavam de forma única, como tão bem analisou Francisco de Oliveira²⁴⁰. Isso os colocou em defensiva em relação às “poderosas forças internas”, o antipovo de Brizola, aqui qualificados como precisamente os setores que se articulam nessa forma histórica de sociedade de mercado verificada no Brasil.

Essa é uma hipótese que permeia essa obra, e que segue como hipótese ao seu fim: Brizola e sua Rede do Esclarecimento teriam representado a tentativa de construção de uma forma diferente de capitalismo nacional, por tentar romper o que considerava como as características de uma sociedade dependente como a Brasileira. Não à toa a frequente evocação à dominação econômica que ainda em seu tempo privava a liberdade do Brasil. Porém, isso não é tudo. Em uma sociedade individualista, os indivíduos também têm frequentemente projetos pessoais, ainda que constringidos pelo choque entre seus interesses e os dos grupos que tentam representar. Parece ter sido assim com Brizola.

Isso porque, à frente da Rede do Esclarecimento, paralelamente às reformas de base, ao aprofundamento da democracia e à independência econômica do Brasil, outros projetos eram defendidos. Vimo-los ao longo dos três capítulos, especialmente quando analisamos a estruturação dos Grupos dos Onze. Trata-se da construção de Brizola como líder nacional, o dirigente que conduziria o *povo* a esse novo Brasil, “livre” porque não mais explorado na arena internacional. Era Brizola o editor-chefe de *O Panfleto*, também Brizola ocupava majoritariamente as intervenções políticas da rádio Mayrink Veiga, ainda o mesmo era responsável pela palavra final nas orientações

²³⁹ CALIL, Gilberto. O populismo e a hegemonia burguesa na América Latina. In: Revista História e Luta de Classes, n. 4

²⁴⁰ OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista. São Paulo: Boitempo, 2003.

estratégicas dos Grupos dos Onze. O protagonismo de Brizola na Rede do Esclarecimento é irrefutável, e foi reconhecido mesmo por contemporâneos, como os petebistas que consideravam a organização como um projeto pessoal do ex-governador do Rio Grande do Sul.

Assim, colocando-se como um continuador de Vargas, seja por sua interpretação da Carta-Testamento, seja por uma identificação imagética em *O Panfleto*, Brizola buscou capitalizar o apoio popular ao ex-presidente. Na lógica do campo político-partidário, o capital simbólico específico que significa aquele apoio tinha potencialidade em se converter em votos. Defender as reformas – e mais: atribuir essa defesa a uma continuação da obra de Vargas – assim, aplainava o caminho da construção de uma nova liderança popular, a ser o continuador do trabalho iniciado em 1930, agora em uma nova fase da modernização social no Brasil. Era dessa forma que Brizola se projetava de um líder regional a um político de estatura nacional, instrumentalizando o momento de crise para avançar no campo político-partidário. O que não significa que a defesa do reformismo foi falseada, apenas por um interesse egoísta de crescimento pessoal. Ao contrário, indica que sua visão de mundo constituiu um exemplo do que Pierre Bourdieu chamou de ideologia duplamente determinada, conformada pelas disputas do campo reformista e por seus interesses pessoais.

Temos, assim, a síntese de nossas conclusões. A Rede do Esclarecimento teria desempenhado, da forma como entendemos, um papel que seus membros julgavam importante – dado seu investimento – na luta pelas reformas de base e contra a ruptura democrática no Brasil de 1963 e 1964. Juntamente a isso, significou por parte de Brizola um esforço tático na construção de seu papel como líder popular. Seu frequente apelo à ampliação do contingente de votantes para incluir analfabetos e mesmo suas arengas pela substituição do congresso por meio de um plebiscito explicitavam que sua arma de luta preferencial era o voto. O ataque contra sua Rede do Esclarecimento, desfechado já no primeiro de abril de 1964, assim, representou um ataque não apenas ao reformismo brasileiro, mas também à democracia.

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel *A Revolução Falhou ao Encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

AARÃO REIS, Daniel. Entre Reforma e Revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. *In*: RIDENTI, Marcelo e AARÃO REIS, Daniel. *História do Marxismo no Brasil*, v 5. Campinas: Editora Unicamp, 2007

BALDISSERA, Marli. **Onde estão os grupos de onze?** Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS. Passo Fundo: UPF, 2005.

BALDISSERA, Marli. Os “perigosos” grupos dos onze e sua repressão no Alto Uruguai Gaúcho. *In*: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Lugares dos Historiadores. Velhos e novos desafios. Florianópolis: UFSC, 2015.

BANDEIRA, Muniz. **O governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil de 1961 a 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

COUTINHO, Carlos Nelson. “A democracia como valor universal”, *In*: LÖWY, Michael (Org), **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política**. A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1996

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
de Janeiro, Zahar, 1975.

DELGADO, Lucília de Almeida (org). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, v. 3.

DELGADO, Lucilia Maria Neves. O governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo v. 28**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

DINES, Alberto et al. **Os idos de março e a queda de abril**. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964

DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da dependência**. Balanço histórico e teórico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DREIFUSS, René. **A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981

DULCI, Otávio. **A UDN e o antipopulismo no Brasil**, Belo Horizonte, Editora da UFMG/PROED, 1986.

FALLETO, Enzo; CARDOSO, Fernando Henrique. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. Historiografia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

FELIZARDO, Joaquim. **Legalidade**. O último levante gaúcho. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2003

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Globo, 2010.

FERREIRA, Jorge (Org.). **Populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.) *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...)*, v 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, 2004.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **João Goulart**. Entre memória e história. Rio de Janeiro, FGV, 2004

FICO, Carlos. **Além do Golpe**. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou Reformas. Alternativas Democráticas à Crise Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FORTES, Alexandre (Org.), *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó: Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. **Vargas e a crise dos anos 1950**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004

GOMES, Angela Maria de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

GORENDER, J. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1990.

GRAMSCI, Antônio. Maquiavel. Notas sobre política. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999a.

GUTEMBERG, Luiz. **Pedro Simon**. Uma biografia. Brasília: Dédalo, 2001

HOBSBAWM, Éric. **Estratégias para uma esquerda racional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2003.

LADEIRA, César. **Acabaram de ouvir...** Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1933

LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El Caudillo**: Leonel Brizola: um perfil biográfico. São Paulo: Aquariana, 2008.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Sinfonia inacabada**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e economia no Brasil**. Opções de desenvolvimento. São Paulo: Graal, 2011

MORAES, Denis. **A Esquerda e o Golpe de 64**: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth**, Ed. da Unicamp, v. 11, p. 13-36, 2004.

OLIVEIRA, Francisco. **Economia Brasileira: a crítica à razão dualista**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2012.

ORTRIWANO, Gisela. Radiojornalismo no Brasil. Fragmentos de História. **Revista USP**. São Paulo, dezembro/fevereiro, 2002-2003, n. 56, p. 66-85

PACHECO, Diego. **Ecos da resistência**. Os Grupos dos Onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961-1964). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

PACHECO, Diego. Os “Times do Povo”: “Grupos de Onze” e memória trabalhista em Santa Catarina. **Visão Global**, Joaçaba, v. 14, n. 2, p. 229-250, jul./dez. 2011.

PINTO, Antônio Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **O passado que não passa**. A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1977

RIDENTI, Marcelo e AARÃO REIS, Daniel. *História do Marxismo no Brasil*, v 6. Campinas: Editora Unicamp, 2007

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). **A Construção Social dos Regimes Autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v 1

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). **A Construção Social dos Regimes Autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v 1

SANTOS, João Marcelo Pereira. **Os herdeiros de sísifo**. Ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos 1958 a 1963. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 2002

SEGATTO, J. A. **Reforma e Revolução**. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo**. Estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Record, 2003

SODRÊ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1964

STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. **Ruy Mauro Marini**. Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005

STEPAN, Alfred (org.), **Authoritarian Brazil**, New Haven, Yale University

STIRLING, Heloísa. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964**, Petrópolis, Vozes, 1986.

TAVARES, Maria Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**, Rio de Janeiro: Zahar, 1975

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB**. Fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1977.

TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**. Iberismo e americanismo no Brasil. São Paulo: Revan, 2004.

WEBER, Max. **Ciência e política**. Duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Unesp, 2011